



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**ABDULAI DANFÁ**

**SUJEITO NULO E SISTEMA PRONOMINAL DO KRIOL: UMA  
ABORDAGEM COMPARATIVA COM O KABUVERDIANU**

**CAMPINAS**

**2021**

**ABDULAI DANFÁ**

**SUJEITO NULO E SISTEMA PRONOMINAL DO KRIOL: UMA  
ABORDAGEM COMPARATIVA COM O KABUVERDIANU**

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da  
Linguagem da Universidade Estadual de Campinas  
como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do  
título de Mestre em Linguística.

**Orientadora: Charlotte Marie Chambeland Galves.**

**Este exemplar corresponde à versão  
final da Dissertação/Tese defendida pelo  
aluno Abdulai Danfá e orientada pela Profa. Dra.  
Charlotte Marie Chambeland Galves.**

**CAMPINAS**

**2021**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

D21s Danfá, Abdulai, 1988-  
Sujeito nulo e sistema pronominal do kriol : uma abordagem comparativa com o kabuverdianu / Abdulai Danfá. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Charlotte Marie Chambelland Galves.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua kriol - Sujeito nulo. 2. Kabuverdianu - Sujeito nulo. 3. Língua kriol - Pronomes. 4. Kabuverdianu - Pronomes. 5. Sentenças copulares. I. Galves, Charlotte, 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Null subject and pronominal system of kriol : A comparative approach with kabuverdianu

**Palavras-chave em inglês:**

Kriol language - Null subject

Kabuverdianu - Null subject

Kriol language - Pronoun

Kabuverdianu - Pronoun

Copular sentences

**Área de concentração:** Linguística

**Titulação:** Mestre em Linguística

**Banca examinadora:**

Charlotte Marie Chambelland Galves [Orientador]

Fernanda Pratas

Shirley Freitas Sousa

**Data de defesa:** 25-02-2021

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística

**Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)**

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-9076-2196>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9643845527572751>



**BANCA EXAMINADORA:**

**Charlotte Marie Chambelland Galves**

**Shirley Freitas Sousa**

**Fernanda Pratas**

**IEL/UNICAMP**

**2021**

**Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.**

## Dedicatória

A Deus, por ter me ajudado a chegar até aqui e a atravessar as barreiras que me aparecem pelo caminho!

Aos meus pais, Yaya Danfá e Fanta Bodjam, por me mostrarem o caminho da escola e por terem me apoiado, não obstante as dificuldades financeiras com que se deparam. E por sempre terem feito também preces (dwaus) por mim pedindo a Allah (Deus) para que eu possa alcançar os objetivos pretendidos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me ter permitido chegar até aqui, ajudando-me a atravessar os obstáculos enfrentados ao longo dos estudos e da minha vida diária.

Aos meus pais, Yaya Danfá e Fanta Bodjam, por me mostrarem o caminho da escola, sempre acreditando em mim e me apoiando nos meus estudos, desde o ensino pré-escolar até o ensino universitário, mesmo com recursos econômicos limitados, sempre eles me dão forças e têm feito preces (dwau) por mim para atingir os objetivos pretendidos. Minha gratidão por tudo!

À minha orientadora, professora Charlotte, que me fez apaixonar pelo estudo da minha própria língua materna, o kriol, com o qual tenho aprendido a cada dia sobre os mistérios da língua. Gratidão, professora, pela oportunidade e pelos ensinamentos!

A Binta Bodjam e a Binta Seide, minhas madrastras, e ao meu padrasto Abu Danfá, que também me ajudaram nos meus estudos e na minha viagem ao Brasil. Tenho consciência de que ambos, abertamente ou não, têm me ajudado e torcido por mim para conquistar os objetivos pretendidos, sempre fazendo preces para o efeito.

Aos meus irmãos e às minhas irmãs, pela força e coragem que me deram para eu poder seguir com os meus estudos.

A todos os meus professores e professoras (da Guiné-Bissau e do Brasil), que algum dia compartilharam seus conhecimentos e suas experiências comigo, contribuindo com o meu crescimento pessoal, social, escolar e acadêmico. Em especial, agradeço aos meus professores e às minhas professoras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Aos meus tios, em especial, a Bacar Bodjam, que sempre me ajudou no meu processo dos estudos, e a Malam Bodjam, paz à sua alma, que foi uma das primeiras pessoas a me incentivar nos meus estudos e a tentar me ajudar para seguir com os meus estudos no contexto universitário, o que não poderia ter esquecido. Minha gratidão a todos vocês!

A Sana Mané, a Ussumane Conaté, a Lamine Seide e a Braima Mané (Braima Cubano), pelo dado em termos documentais e financeiros para a minha viagem ao Brasil.

Aos meus amigos, em especial, Albate Yurna e José Elderson de Sousa Santos, bem como a vários outros amigos, colegas e irmãos com os quais tenho aprendido e compartilhado experiências e conhecimentos da língua kriol e da linguística.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar comparativamente o parâmetro do sujeito nulo e o sistema pronominal do kriol e do kabuverdianu. As duas línguas têm como substrato línguas Nígero-congolesas (DONEUX & ROUGÉ, 1993) e pertencem aos chamados crioulos de Alta Guiné (PEREIRA, 2006). Sobre estas línguas, realizamos testes de cliticização (KAYNE, 1975, *apud* PRATAS, 2004); analisamos a posição dos clíticos na sentença, e averiguamos o preenchimento da posição de sujeito, realizando testes e verificando o contexto de verbos inacusativos, inergativos e de alçamento, bem como a posição estrutural do sujeito e as funções de sujeitos clíticos. Além disso, investigamos o caso do “*i*” no kriol e “*e*” no kabuverdianu nas sentenças com cópula. Os nossos resultados apontam que o kriol é a língua que mais exige a realização do sujeito; ao contrário do kabuverdianu, que apresenta vários contextos com sujeito nulo. Sugerimos que essa diferença entre as duas línguas é o resultado de contato linguístico nos respectivos territórios em que são faladas; enquanto em Cabo Verde convivem o kabuverdianu e o português, na Guiné-Bissau convivem o kriol, o português (que não é muito falado no país) e cerca de 20 línguas locais. Sobre os testes de cliticização, constatamos, em ambas as línguas, certos comportamentos semelhantes e diferentes entre os clíticos e os não-clíticos (pronomes fortes e fracos). E em relação ao “*i*” e ao “*e*”, verificamos que estes elementos estão a passar por um processo de gramaticalização ou mudança linguística (LOHNDAL, 2009), observando-se a perda de traço de pessoa, o que lhes permite funcionar como cópula nas respectivas línguas.

**Palavras-chave:** Kriol; Kabuverdianu; Sujeito nulo; Sistema pronominal; Cópula.

**Abstract:** This work aims to analyze comparatively the parameter of the null subject and the pronominal system of kriol and kabuverdianu. The two languages are based on Nigerian-Congolese languages (DONEUX & ROUGÉ, 1993) and belong to the so-called Creoles of Upper Guinea (PEREIRA, 2006). On these languages, we performed cliticization tests (KAYNE, 1975, *apud* PRATAS, 2004); we analyzed the position of the clitic in the sentence, and we verified the filling of the subject position, carrying out tests and verifying the context of unusable, inergative and elevation verbs, as well as the structural position of the subject and the functions of clitic subjects. In addition, we investigated the case of “i” in kriol and “e” in kabuverdianu in copula sentences. Our results indicate that kriol is the language that most require the subject’s achievement; unlike the kabuverdianu, which presents several contexts with a null subject. We suggest that this difference between the two languages is the result of linguistic contact in the respective territories in which they are spoken; while in Cape Verde kabuverdianu and Portuguese coexist, in Guinea-Bissau kriol, Portuguese (which is not widely spoken in the country) and about 20 local languages coexist. Regarding cliticization tests, we found, in both languages, certain similar and different behaviors between clitic and non-clitic (strong and weak pronouns). And in relation to “i” and “e”, we found that these elements are going through a process of grammaticalization or linguistic change (LOHNDAL, 2009), observing the loss of person's trait, which allows them to function as copulation in the respective languages.

**Keywords:** Kriol; Kabuverdianu; Null subject; Pronominal system; Copula.

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ADV** – Advérbio

**ADJ** – Adjetivo

**ART.IND** – Artigo indefinido

**CONJ** – Conjunção

**COP** – Cópula

**D** - Determinante

**DP** – Sintagma Determinante

**DP – PL** - Sintagma Determinante (usado para nome próprio)

**ENF** – Ênfase

**FOC** – Focalizador

**LOC.ADV** – Locução adverbial

**MD** – Marcador Discursivo

**N** – Negação

**MOD.P** – modalidade em forma predicativa

**NÃO-CLT** – Não Clítico (Pronome forte e fraco)

**NUM** – Numeral

**NP** – Sintagma nominal

**PP** – Sintagma preposicional

**P.DEM** – Pronome demonstrativo

**SCLT** – Clítico sujeito

**SPEC, IP** - Especificador de Flexão

**SPEC, TP** - Especificador de Tempo/Flexão

**OCLT** – Clítico objeto

**OCLP** – Objeto clítico preposicionado

**TMA** – Tempo, Modo e Aspecto

**TOP** - Tópico

**PAST** - Passado

**P.IND** – Pronome Indefinido

**P.INT** – Pronome Interrogativo

**P.POSS** - Pronome Possessivo

**P.REL** – Pronome relativo

**PREP** – Preposição

**SG** - Singular

**VOC** – Vocativo

**V.ADJ** - Verbo Adjetival

**1 S** – Primeira pessoa de singular

## SUMÁRIO

	<b>Introdução</b> .....	14
<b>1</b>	<b>PIDGINS E CRIoulos</b> .....	18
<b>1.1</b>	Teorias sobre a origem dos crioulos e dos pidgins .....	18
<b>1.2</b>	O surgimento dos crioulos em África .....	20
<b>1.3</b>	Julgamentos negativos sobre os crioulos .....	22
<b>1.4</b>	Hipóteses sobre a gênese e formação dos crioulos: Bioprograma (universalista), monogenética, superstratista e substratista .....	25
<b>1.5</b>	Contacto de línguas: Pidgins e Crioulos .....	29
<b>2</b>	<b>FORMAÇÃO DE CRIoulos NA GUINÉ-BISSAU (O KRIOL) E EM CABO-VERDE (O KABUVERDI- ANU)</b> .....	22
<b>2.1</b>	A formação do kriol .....	35
<b>2.2</b>	A formação do kabuverdianu .....	37
<b>2.3</b>	Hipóteses sobre a origem do kriol e do kabuverdi- anu .....	39
<b>2.4</b>	O kriol .....	45
<b>2.5</b>	Estudos sobre o kriol .....	48
<b>2.6</b>	Estudos sobre o kabuverdianu .....	50
<b>2.7</b>	Situação linguística na Guiné-Bissau .....	52
<b>3</b>	<b>O SISTEMA PRONOMINAL DO KRIOL E DO KABUVERDIANU</b> .....	62
<b>3.1</b>	Os clíticos .....	64
<b>3.2</b>	A diferença entre os clíticos e os não-clíticos .....	65
<b>3.3</b>	Testes de cliticização no kabuverdianu .....	66
<b>3.4</b>	A posição dos clíticos sujeitos e objetos no kabuverdianu .....	72
<b>3.5</b>	Objetos preposicionados no kabuverdianu: pronomes fra- cos .....	73
<b>3.6</b>	Testes de cliticização no kriol .....	75
<b>3.7</b>	A posição dos clíticos sujeitos e objetos no kriol .....	84

3.8	Objetos preposicionados no kriol: pronomes fracos .....	86
4	<b>O PREENCHIMENTO DA POSIÇÃO DO SUJEITO NO KRIOL E NO KABUVERDIANU .....</b>	<b>91</b>
4.1	Verbos inacusativos e inergativos .....	104
4.2	Posição estrutural de sujeito .....	111
4.3	Funções de sujeitos clíticos .....	119
5	<b>O CASO DE <i>I</i> NO KRIOL E <i>E</i> NO KABUVERDIANU NAS SENTENÇAS COM CÓPULA: PRONOME CLÍTICO OU CÓPULA? .....</b>	<b>125</b>
6.	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PAPEL DE CONTATO COM AS LÍNGUAS AFRICANAS – O CASO DE MANDINGA .....</b>	<b>139</b>
7	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>145</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar de forma comparativa o sistema pronominal e o sujeito nulo no kriol e no kabuverdianu. Especificamente, investigaremos o funcionamento dos pronomes clíticos e não-clíticos; averiguaremos o parâmetro do sujeito nulo no kriol e no kabuverdianu; bem como investigaremos a origem e o funcionamento do elemento copulativo *i* no kriol e *e* no kabuverdianu. O kriol é a língua do dia a dia na Guiné-Bissau e, através dele, pessoas de vários grupos étnicos do país se comunicam. Por isso, é conhecido como língua de unidade nacional. O território guineense conta com cerca de 20 línguas, incluindo o kriol. E em Cabo Verde a língua de comunicação diária é o kabuverdianu, que convive no país com o português, que é língua oficial nos dois países.

Há uma relação histórica entre os dois países, ligada ao período da colonização portuguesa, e as duas línguas em estudo apresentam muita semelhança estrutural; por isso, a hipótese de alguns autores é de que o kriol teria sua origem no kabuverdianu, originando-se da variedade cabo-verdiana de Sotavento (SILVA, 1957, *apud* COUTO, 1994). Portanto, defende-se que o kriol nasce nas ilhas de Cabo Verde (CARREIRA, 1983, *apud* COUTO, 1994). Tal posição é conhecida como hipótese insular. Entretanto, há autores que refutam essa tese, argumentando que os colonizadores portugueses chegaram primeiro à Guiné e que não existem registros sobre a emigração em grande número de cabo-verdianos a então Guiné ou Guiné Portuguesa. Por conta disso, defende-se a posição conhecida como ambigeneidade (ROUGÉ, 1986; COUTO, 1994), ou seja, de que o kriol e o kabuverdianu nasceram, respectivamente, na Guiné e em Cabo Verde, sem que uma das línguas esteja na origem da outra, pelo fato de não haver dados concretos para comprovar isso.

Por conta da semelhança estrutural entre as duas línguas, que pertencem aos chamados crioulos da Alta Guiné (PEREIRA, 2006) e tendo como substrato as línguas Nígero-congolesas (DONEUX & ROUGÉ, 1993), decidimos compará-las como forma de contribuir com um estudo sintático em termos do parâmetro de sujeito nulo e do sistema pronominal dessas línguas. Tentamos relacionar o sistema pronominal com a discussão de sujeito nulo, pelo fato de que, embora mais no kriol do que no kabuverdianu, verifica-se com muita frequência a realização do sujeito expletivo. E tal sujeito expletivo é uma das formas pronominais que também ocorre no contexto da cópula *ser*, passando por um processo de mudança linguística (LOHNDAL, 2009). Então, percebemos ser relevante debruçar-se sobre o sistema pronominal

das duas línguas. É com base nisso, portanto, que procuramos articular os nossos tópicos do trabalho.

Adotamos uma noção sintática ou estrutural de sujeito, que se distancia da noção tradicional de sujeito. Ou seja, não estamos a trabalhar com a ideia de sujeito na perspectiva da gramática tradicional, que seria uma “entidade ou ser que desenvolve a ação expressa pelo verbo e que com ele concorda em número e pessoa<sup>1</sup>” (DONATI, 2008, p. 77, tradução de Aquiles Tescari Neto). Tendo em conta que, nas línguas que estamos a pesquisar, a ordem básica da frase é Sujeito-Verbo-Objeto, os elementos gramaticais (pronomes ou substantivos) que ocorrem como sujeito se encontram na posição pré-verbal, podendo ocorrer em contexto adjacente ao verbo ou antes de elementos como negação e advérbios. Assim, o que chamamos de sujeito é qualquer pronome ou substantivo que se encontra na posição pré-verbal. Vale dizer que nessas línguas os traços de número e pessoa se encontram somente no sujeito, pois o verbo não é flexional.

Os dados da nossa pesquisa são provenientes de diferentes fontes, desde dados da intuição do pesquisador, sendo guineense e falante do kriol como língua materna, e do mandinga como segunda língua, passando por dados de entrevistas e de textos literários. Sobre o kriol e o mandinga (aqui tomado como um exemplo do substrato do kriol), procurou-se averiguar o contexto de ocorrência de sujeito, bem como investigar, no caso do kriol, por meio de testes de cliticização, o funcionamento dos pronomes clíticos e da cópula.

Na linguística chomskyana, os falantes podem ter intuições sobre a boa formação ou não de “sentenças em sua própria língua e saber quais são as relações estruturais entre as sentenças. Isso significa, de acordo com Chomsky, que qualquer falante nativo pode fazer o julgamento sem ter que recorrer a regras ou processos conscientemente aprendidos” (JOHNS-TONE, 2000, p. 73).

Em relação ao kabuverdianu, trabalhamos com dados de Pratas (2004), de Andrade (2015) e de Lang (2018). Pratas (2004) realizou como método de coleta de dados a entrevista, deslocando-se a Cabo Verde para coletar seus dados. Ela recorreu à elicitación de dados. Por seu lado, Andrade (2015) teve como ponto de partida o levantamento bibliográfico; enquanto que Lang (2018) trabalhou com dados de diferentes fontes, entrevistas efetuadas pelo autor e colaboradores, e textos literários, tais como: contos tradicionais transcritos na sua maioria por

<sup>1</sup> Utilizei-me de uma versão em português, deste livro, traduzida pelo professor Aquiles Tescari Neto, ainda em processo de análise editorial.

professores, e romance. O que aqui chamamos de kabuverdianu é a variedade falada em Santiago, também chamada *crioulo-tronco* (VEIGA, 2015) ou crioulo antigo de Cabo Verde.

Um outro esclarecimento que procuramos fazer em relação aos nossos dados tem a ver com o fato de o crioulo apresentar variedades. De acordo com Couto (1989), dentre elas, temos o crioulo tradicional (ou *fundu*), que é falado por pessoas idosas; o crioulo nativizado, influenciado pelas línguas locais; e o crioulo *lebi* ou aportuguesado, o qual é mais influenciado pela língua portuguesa e é falado por jovens, sobretudo, por pessoas escolarizadas. A variedade do crioulo que o pesquisador fala se enquadra nesta última (crioulo *lebi*), tendo em conta a sua idade e o seu nível de escolaridade.

Sobre a língua mandinga, embora ainda não existam estudos sobre esta língua, sabe-se que apresentaria variedades, o que, aliás, é uma característica inerente às línguas. No território guineense, podemos perceber algumas variedades do mandinga, o que fica claramente mais evidente em termos geográficos. Podemos dividi-las em duas grandes variedades geográficas, entre a zona norte do país, onde se fala mandinga de Oio; e a zona leste, onde se fala mandinga de Gabu (conhecido localmente como kabunka). Vale dizer que Oio e Gabu são nomes de duas regiões do país. As variedades sociais dessa língua precisam ser estudadas com cuidado para se ter uma resposta clara sobre elas.

As duas variedades geográficas apresentam diferenças principalmente em nível fonético e fonológico e algumas pequenas diferenças em nível lexical. Entretanto, isso não impede a intercompreensão entre os falantes dessas variedades. Além disso, na capital do país, Bissau, percebe-se que elas são muito influenciadas pelas línguas portuguesa e, principalmente, pelo crioulo, devido à grande convivência com esta língua. O pesquisador é falante de mandinga de Oio (de onde são originários os próprios pais) com influência de português e crioulo, sendo que nasceu e cresceu em Bissau e possui o nível de escolaridade superior. Deixar essas questões claras ajudaria a esclarecer nossa pesquisa, fornecendo aos leitores uma informação que possa ajudar na compreensão do trabalho. Aliás, isso evita de certa forma algumas generalizações, conforme sabemos, a língua não é homogênea e os falantes também não o são.

O presente trabalho está organizado em seis (6) capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Pidgins e Crioulos*, abordamos teorias que se debruçam sobre os *pidgins* e os *crioulos*, no que diz respeito a suas origens e formação; também consideramos *os julgamentos negativos sobre os crioulos*, sobre *as hipóteses em relação à gênese e formação dos crioulos* e sobre *o contato de línguas*. No segundo capítulo, sob o título *A formação dos crioulos na Guiné-Bissau*

(o *kriol*) e em Cabo Verde (o *kabuverdianu*), apresentamos teses que defendem a formação e a origem dessas línguas, as *hipóteses insular* e *ambigeneidade*, a respeito da possível origem comum ou não das duas línguas; além disso, propomos a denominação *kriol*, aliás, como os guineenses assim o chamam, para a língua do dia a dia deste povo, problematizando a denominação *crioulo* (termo genérico e muitas vezes associado a conotações pejorativas), e por fim fizemos uma breve abordagem no que se refere aos estudos sobre o *kriol* e à situação linguística na Guiné-Bissau.

Tratamos, no terceiro capítulo, *do sistema pronominal do kriol e do kabuverdianu*, partindo de Cardinaletti & Starke (1994). Averiguamos as posições dos clíticos sujeito, objeto e dos objetos preposicionados (pronomes fracos) nas duas línguas, realizando testes de cliticização, com base na proposta de Kayne (1975, *apud* PRATAS, 2004). No quarto capítulo, que trata sobre *O preenchimento da posição do sujeito*, investigamos o preenchimento da posição de sujeito no *kriol* e no *kabuverdianu*, realizando testes e verificando o contexto de verbos inacusativos, inergativos e de alçamento, bem como a posição estrutural do sujeito e as funções de sujeitos clíticos. No quinto capítulo, analisamos *O caso do “i” no kriol e “e” no kabuverdianu nas sentenças com cópula*, dois elementos semelhantes em termos estruturais e funcionais nas duas línguas, cuja natureza sintática tentamos problematizar. E por fim, no capítulo sexto, abordamos *o papel do contato com as línguas africanas*, destacando o caso da língua mandinga.

## CAPÍTULO I.

### PIDGINS E CRIoulos

#### 1. Teorias sobre a origem dos crioulos e dos pidgins

Não há consenso entre os autores sobre a origem do crioulo e do pidgin. Alguns consideram que a palavra *crioulo* foi utilizada pela primeira vez em 1590, “com a forma espanhola *criollo*, no livro *Historia natural y moral de las Indias*, escrito pelo missionário José de Acosta”, tendo as formas *crioulo* em português e *créole* em francês (IOANA VINTILA-RADULESCU, 1976, *apud* SCANTAMBURLO, 2013, p. 36-37). Segundo Petter (2015, p. 211), foi por volta do século XVI que a denominação *crioulo* surgiu em colônias ibéricas “para referir-se a europeus nascidos nas colônias da América. Posteriormente, o termo foi adotado por franceses e ingleses, um século mais tarde”. Essa palavra era utilizada para nomear as pessoas, os animais e as plantas e, depois, as línguas.

Vasconcelos (1928) e Michaelis de Vasconcelos (1945), citados por Pratas (2004, p. 24), sugerem que o termo teria sido utilizado a partir do século XV para designar “o escravo, nascido e criado na casa do senhor”. Ideia também defendida por Ioana Vintila-Radulescu (*apud* SCANTAMURLO, 2013, p. 37), para quem o sentido corrente da palavra crioulo “é o de um ser criado em casa, quer dizer nascido nas Colônias”, mas a autora acrescenta que não é indígena. Por seu lado, Mané (2007) afirma que a palavra era usada em relação aos “‘escravos’ nascidos e criados numa colônia da América, por oposição aos nascidos na África” (MANÉ, 2007, p. 98). E para Pereira (2006), o termo crioulo aplica-se aos que estavam ligados às terras colonizadas pelos europeus; porém, ela explica que essa palavra tem sentido muito variável, podendo referir-se “tanto à mistura de sangue quanto à naturalidade (p. 19)”.

Segundo Pratas (2004 e referências incluídas), a origem da expressão *crioulo* estaria ligada, em português, primeiro a pessoas e depois a animais. Aponta-se a palavra *criação* ou *cria* como sendo da mesma raiz do termo *crioulo*, e tal palavra seria usada para fazer referência a animais domésticos (cf. PRATAS, 2004; PEREIRA, 2006; MANÉ, 2007), como os porcos, as galinhas, as cabras e entre outros, que nascem na propriedade do dono ao seu cuidado. Pereira (2006, p. 19) apresenta como significado do termo *cria*, de que resultaria o crioulo, “‘pequena cria’ e ‘pequeno animal de mama’”.

E posteriormente a palavra *crioulo* passou a designar as línguas faladas pelos indivíduos chamados crioulos, “nomeadamente na zona dos Caraíbas e da África Ocidental, num primeiro momento; e depois em todas as zonas onde a sua formação ocorreu” (Pacífico Sul, Oceano Índico) (COUTO, 1996, *apud* MANÉ, 2007, p. 99). Mufwene (2002, *apud* PETTER, 2015, p. 212) defende que “O seu uso como referência linguística só ocorreu no século XVIII e era empregado pelos europeus da metrópole para designar as variedades de suas línguas faladas nas colônias. Não se sabe quando a designação passou a referir-se apenas a vernáculos falados por não europeus”.

Para Pereira (2006, p. 20-21), a primeira atestação conhecida do uso do termo crioulo para fazer referência a uma língua “data apenas de 1684, numa descrição da Guiné feita pelo viajante Francisco Lemos Coelho. Dizia ele, falando da região dos banhuns, que estes povos fazem algũas arróneas [palavras de crioulo de Cachéu]”. Ao explicar o significado de uma rocha chamada ‘Nicolao Sàquedo’, o referido autor “registra mesmo uma palavra crioula que ainda hoje faz parte do léxico corrente do cabo-verdiano, *sakedu* (de estar quedo), com o valor de ‘estar de pé’”.

Além disso, Pereira (2006) aponta que uma segunda referência ao termo crioulo no sentido de língua foi encontrada num relato feito por La Courbe em 1685, quando viajou à Cacheu, norte da Guiné-Bissau. Desse relato a autora destaca o seguinte: “Há entre eles alguns negros e mulatos que se dizem portugueses porque descendem de portugueses que antigamente habitaram a região; esta gente, além da língua da região, fala ainda um certo jargão que tem muito pouca semelhança com a língua portuguesa e que é chamado crioulo” (PEREIRA, 2006, p. 21).

Por outro lado, em relação à palavra *pidgin*, considera-se que foi cunhada em 1807, “dois anos depois de o termo crioulo ter sido usado para referir-se a uma variedade linguística. *Pidgin English* parece ser uma distorção de *business English* que surgiu em Cantão (China), uma área onde não houve nenhuma colônia *plantation* e onde não se formou nenhum crioulo” (MUFWENE, 2002, *apud* PETTER, 2015, p. 212).

Entretanto, há autores que defendem o surgimento desse pidgin de contato entre o chinês e o inglês ou *business english* no período de 1850. Ademais, outras hipóteses tentam explicar a origem da palavra pidgin, entre as quais a de Kleinecke, este autor propõe que o termo teria chegado à América do Sul no começo do século XVII, através dos marinheiros e comerciantes ingleses da colônia de Leigh que teriam estabelecido contato com os povos índios

Pidian do rio Oiapoque. O nome da tribo - *pidian* - teria passado por uma “palatalização do (d) à inglesa, transformando-se assim em (dz) como em *soldier* [...]. O termo já palatalizado pidgin, usado inicialmente como referência ao grupo indígena, passou, por conseguinte, a ser empregado para indicar a língua de contato com os índios em geral” (TARALLO & ALKMIN, 1987, p. 81). Por seu lado, Hancock (apud TARALLO & ALKMIN, 1987), entre outras hipóteses, sugere que o termo deveria ter se originado da África, onde o pidgin seria usado com o sentido de *pequeno*, da expressão *pequeno português*.

Não pretendemos realizar uma discussão exaustiva sobre a origem do crioulo, bem como a do pidgin. Pretendemos mostrar a diversidade de hipóteses, não consensuais como podemos perceber, sobre a origem desses termos; e como veremos adiante, há também discussão entre os autores sobre a possibilidade ou não de o pidgin transformar-se no crioulo. A possibilidade desse processo de transformação ou passagem de um no outro é conhecida como *nativização*, hipótese que foi refutada por alguns autores.

Por outro lado, em relação ao termo crioulo, podemos observar que houve mudanças de significado da palavra crioulo ao longo do tempo, usado para referir-se a animais, plantas, pessoas e depois a línguas. E essa diversidade de sentidos teria influenciado, primeiramente, o surgimento dessa palavra (o crioulo), por volta do século XV ou XVI, e posteriormente o da palavra pidgin, entre século XVII ou XIX, tal como verificamos nos dados. Em relação às pessoas, percebemos que à palavra crioulo foram associados diferentes sentidos, tal como vimos, para alguns autores, designa indivíduos que nasceram da miscigenação entre autóctone e colonizador europeu e/ou faz referência à naturalidade; para outros, usa-se o termo para se referir a “escravo”, nascido e criado em casa do senhor; outros ainda associam a palavra crioulo a qualquer indivíduo nascido nas colônias, mas não considerado indígena.

## 1.2 O surgimento dos crioulos em África

A colonização europeia no continente africano provocou o contato linguístico entre as línguas europeias e as línguas africanas, resultando no surgimento dos pidgins e crioulos (novas línguas veiculares) durante os séculos XVI ao XIX (PETTER, 2015). Para certos autores, o crioulo é considerado como o desenvolvimento de um pidgin (de vocabulário reduzido e estrutura gramatical menos desenvolvida), ao tornar-se língua materna de uma determinada população, passando a ganhar mais vocabulário e a desenvolver sua estrutura gramatical. Essa

teoria de formação do crioulo é conhecida com o nome de nativização. Considera-se que o processo de pidginização vai em direção à simplificação, enquanto que o processo de criouliização ocorre no sentido oposto, isto é, em direção à “elaboração, não somente em termos de enriquecimento do léxico, mas também de complexidade estrutural e de funções de comunicação” (MANÉ, 2007, p. 100). Segundo Rougé (1986, p. 38), “É esse processo de complexificação, de estruturação, de alargamento, que chamamos criouliização, pois o seu resultado é o surgimento dum crioulo, duma nova língua”; sendo os crioulos, portanto, línguas plenamente desenvolvidas.

Entretanto, alguns autores têm ideia contrária em relação à teoria de nativização, isto é, não consideram que o crioulo seria necessariamente a continuação de um pidgin. É nessa linha de pensamento que Mufwene (2015) nega a ideia tradicional de que os crioulos surgiram do pidgin, argumentando que isso não é sustentado pela história da colonização, que, segundo o autor, produziu as duas variedades em espaços diferentes: os pidgins nas colônias mercantis (ou de exploração) e os crioulos nas colônias de povoamento. Segundo o autor, os pidgins desenvolveram-se “ao longo de rotas comerciais, como a costa da África Ocidental, onde havia muitos grupos com diferentes línguas e nenhuma língua comum para comunicar-se” (PETTER, 2015, p. 210). Enquanto que, no espaço de surgimento do crioulo (colônias de povoamento), tinha-se como atividade primária “a plantação de cana de açúcar ou arroz, com o emprego maciço de mão de obra escravizada” de produção voltada para o mercado externo (MUFWENE, 2002, *apud* PETTER, 2015, p. 210).

Dentre as variedades crioulas existentes no continente africano, estão as faladas nos seguintes países: Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial - Ano Bom, Serra Leoa e Seicheles (PETTER, 2015). Petter (2015, p. 211) aponta que os crioulos são formados principalmente pelo léxico proveniente da língua do ex-colonizador e por uma gramática que se constituiu pela reestruturação “de traços de várias línguas faladas nas regiões onde surgiram”.

Vale destacar que os crioulos, assim como os pidgins, são comumente categorizados ou agrupados conforme a base lexical (língua lexificadora ou de superstrato) e a região em que são falados. Nesse sentido, segundo Velupillai (2012), o agrupamento de pidgins e crioulos pelo critério lexificador produziria categorias como, por exemplo, as línguas de contato lexificadas em inglês, lexificadas em português, lexificadas em francês e, podemos acrescentar aqui, lexificadas em espanhol. Por região, alternativamente, os pidgins e os crioulos podem ser

agrupados como pidgins e crioulos do Atlântico, assim também como pidgins e crioulos do Pacífico. O aspecto regional é considerado como aquilo que possivelmente refletiria melhor as origens socio-históricas, tendo em conta que a maneira como as populações se deslocavam ou eram deslocadas dependia em grande parte de como os mares eram navegados para o comércio. As regiões de ambos os lados do Oceano Atlântico estavam, por exemplo, ligadas pelo tráfico transatlântico de “escravos”; enquanto que, entre outros aspectos, as regiões do Pacífico estavam ligadas por movimentos de massas de trabalhadores que se inscreviam como trabalhadores assalariados em plantações ou que se registravam em navios como trabalhadores na indústria das embarcações.

Com base nisso, agrupando os crioulos numa língua lexificadora ou de base lexical falada no continente africano, teremos como os de base lexical: francesa em Seicheles; inglesa em Serra Leoa; e portuguesa nos seguintes países: na Guiné-Bissau (o kriol), em Cabo Verde (o kabuverdianu), em São Tomé e Príncipe (o são-tomense, o angolares e o principense) e na Guiné Equatorial (o fa d’ambu – falado na ilha do Ano Bom (cf. Mané, 2007)). Quanto à região, podemos considerar estes países, assim como Seicheles e Serra Leoa como onde se fala o crioulo do Atlântico, devido ao tráfico de “escravos” (escravização das pessoas) perpetrado pelos europeus sobre os povos de África. No que diz respeito aos países africanos de língua portuguesa, Pereira (2006) agrupa os crioulos nos de Alta Guiné e nos de Baixa Guiné, apontando que se formam os crioulos da Alta Guiné (em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Casamansa; Jacobs (2009) acrescenta neste grupo o Papiamento<sup>2</sup>); enquanto que os crioulos do Golfo da Guiné se encontram em São Tomé, Príncipe e Ano Bom.

Em seguida, apresentaremos alguns julgamentos presentes nos dicionários e trabalhos de alguns linguistas sobre as chamadas línguas crioulas.

<sup>2</sup> A partir de dados linguísticos e históricos, Jacobs (2009) defende a hipótese de que o Papiamento é um desdobramento (parcialmente) relexificado do crioulo da Alta Guiné inicial, comparando cinco categorias gramaticais entre o Papiamento (PA) e os crioulos de Alta Guiné (UGC): o sistema pronominal, palavras interrogativas, preposições, conjunções, reciprocidade e reflexividade. Segundo o autor, existem correspondências estruturais e funcionais entre PA e UGC. Para ele, a transferência linguística da Alta Guiné para Curaçao deve ter ocorrido no período de 1634 a 1677. Dessa forma, o autor procura refutar a tese dos que sustentam que a base lexical do papiamento viria do espanhol (MADURO, 1965; 1966; 1969; DEBOSE, 1975; RONA 1976, *apud* JACOBS, 2009).

### 1.3 Julgamentos negativos sobre os crioulos

Para Bloomfield (1984), o surgimento dos crioulos poderia ser explicado no sentido de que “falantes de uma língua inferior fazem tão poucos esforços na aprendizagem da língua dominante que os mestres ao se comunicarem com eles recorrem ao ‘baby-talk’” (*apud* PRATAS, 2004, p. 23-24). Existem ainda sobre os crioulos julgamentos com categorias do tipo: “o crioulo de Haiti é altamente aberrante” (HOCKET, 1958, *apud* PRATAS, 2004, p. 23-24).

Sobre os crioulos de Guiné-Bissau e Cabo Verde, há julgamentos semelhantes, em relação a este último, afirma-se que se trata das “modificações que as línguas cultas Europeias sofreram em terras extra-europeias na boca de povos de civilização inferior, postos em contacto com línguas radicalmente diversas” (VASCONCELOS, 1928, *apud* PRATAS, 2004, p. 24); e em relação ao crioulo fala-se que é uma “deformação do português”, um “português mal falado”, e que não tem uma gramática, esta é a noção normativa ou tradicional da gramática, como se ela fosse apenas um livro de regras que prescreve o falar certo e errado. Curiosamente, tal ideologia foi assimilada por muitos guineenses.

Veiga (2015) explica que, nos finais do século XVIII, houve a primeira grande preocupação de puristas da língua portuguesa e defensores do Império colonial em relação à força do kabuverdianu. Segundo o autor, principalmente no século XIX e na 1ª metade do século XX, verificou-se uma grande contestação ao uso desta língua. Dentre as vozes contestatárias, destacaram-se “António Pusich, José Conrado Carlos de Chelmich, Francisco Adolfo de Varnhagen, José Joaquim Lopes de Lima” (FERREIRA, 1973, *apud* VEIGA, 2015, p. 181), os quais acreditam que o kabuverdianu representava uma grande ameaça ao português em Cabo Verde. “Pelo facto de o CCV [crioulo de Cabo Verde] exhibir uma fonética e uma morfologia diferentes do modelo português, consideravam-no como uma algarviada, sem regras, nem normas, e que, apesar de tudo, fazia uma grande concorrência ao português que, para eles, era a única língua de civilização existente em Cabo Verde” (VEIGA, 2015, p. 181).

O dicionário Larousse do século XX, fazendo referência ao termo crioulo, trata os crioulos da Louisiana e do Haiti “como ‘um francês corrompido’ [...]. Esta língua, muitas vezes ininteligível quando falada por um velho africano, é extremamente doce quando falada por mulheres crioulas brancas” (DE GRAFF, 2001, *apud* PRATAS, 2004, p. 23).

Caberia aqui, entretanto, as seguintes indagações: como é que uma língua pode ser uma variedade mal falada da outra? Será que nesse sentido o português ou francês seria um

latim mal falado? Como se fala uma língua sem se ter o conhecimento gramatical dela? Isso seria inconcebível em termos linguísticos. E tais julgamentos são muito motivados por questões sociais e históricas com prestígio de certos povos sobre outros, conforme, ainda, podemos perceber abaixo.

De forma semelhante, em relação à língua falada pelos escravizados e seus descendentes (negros e mestiços), lê-se, nos escritos de Michaelis de Vasconcelos citada por Almada (1961), o seguinte: “os dialetos crioulos, que são essas mesmas línguas românicas, mas muito abastardas, na boca de indígenas, sem cultura...” (ALMADA, 1961, *apud* PRATAS, 2004, p. 24).

Concordamos com Pratas que, ainda que em graus diferentes, tem relação com o grupo de teses superstratistas a abordagem da autora cabo-verdiana Almada (1961) sobre o crioulo de Cabo Verde, quando afirma que foi o carácter “quase repentino da adaptação do português na boca dos Negros que deu origem a um dialeto, não a uma língua, com os seus processos lentos de evolução” (*apud* PRATAS, 2004, p. 25). Ainda, para Almada (1961), os crioulos nascem da simplificação comunicativa, que “já distante das considerações sobre a ‘civilização inferior’ dos seus falantes deve-se sobretudo a um certo sentido de urgência”: embora necessária a aprendizagem da língua do colonizador pelo colonizado, segundo a autora, este nem tempo tinha para longos aperfeiçoamentos, nem havia possivelmente “desejo por parte dos vencidos, para quem o aprendizado de uma língua de índole tão diferente era, por força, extremamente difícil” (ALMADA, 1961, *apud* PRATAS, 2004, p. 25).

Entende-se claramente a preocupação dessa autora na aproximação do crioulo ao português, tendo como padrão este último. Entretanto, não leva em consideração que as duas línguas são gramaticalmente diferentes, assim, desconsidera as outras línguas que entraram em contacto com o português para a formação do crioulo. E, na opinião dela, o crioulo seria resultado de uma falta de aperfeiçoamento comunicativo e da falta de vontade ou de capacidade de seus falantes.

Assim, a autora reforça seus julgamentos afirmando que:

A parte da gramática que mais mutilações sofreu foi, como não podia deixar de ser, a morfologia, sobretudo o capítulo da flexão verbal, que ficou praticamente reduzido ao infinitivo. A estrutura morfológica do português deve ter parecido demasiado complexa ao povo dominado. [...] A cultura dos povos dominados pelos Portugueses de certo que ainda não os levava à necessidade de criar determinado número de vocábulos, por não estarem ainda de posse dos conceitos que eles exprimiam [...] Se atentarmos na linguagem infantil, veremos que a criança só joga com palavras que exprimem

objectos concretos ou estão, pelo menos, relacionadas com eles. A criança representa, neste caso, a mentalidade dos povos dominados (ALMADA, 1961, *apud* PRATAS, 2004, p. 25).

Em todas essas abordagens em relação aos crioulos, desde a referência feita na entrada dos dicionários Larousse, bem como os posicionamentos dos linguistas vistos até aqui, percebe-se que eles emitem julgamentos sobre os crioulos a partir de uma comparação que fazem com as línguas europeias que participaram em sua formação (sendo tomadas como modelo), o que é um problema em termos linguísticos! Não obstante estas línguas tenham participado na formação dos crioulos, são consideradas geralmente línguas lexificadoras (ou de base lexical), tendo em conta a influência vocabular que exercem nestes; mas não têm a mesma estrutura gramatical. E curiosamente nem todas as línguas europeias têm a mesma estrutura gramatical.

Nota-se também o uso de termo dialeto associado à ideia que se tem vulgarmente de que não se trata de língua. Assim, seria o uso de dialeto numa perspectiva social do termo, relacionado ao pensamento de que os indivíduos com desenvolvimento sociocultural, político e econômico são considerados como falantes de língua; e os que não alcançaram tais níveis de desenvolvimento são considerados como falantes de dialeto, entendido como “não-língua”. O que não tem nada a ver com a concepção que se tem desse termo do ponto de vista linguístico. Pois, linguisticamente, o dialeto tem a ver com a variedade de uma mesma língua; então, o crioulo não seria uma variedade do português, porque as duas são línguas diferentes.

Além disso, verificou-se também referência à questão da morfologia “rica” e “pobre”, ligada à flexão morfológica das línguas crioulas no sentido de que estas não seriam “línguas desenvolvidas” ou seriam “línguas inferiores” em relação às europeias, consideradas “superiores”. Tais julgamentos reforçam assim a ideia de dominação colonial ou de superioridade europeia. Transportam-se questões sociais e históricas para tentar justificar as questões linguísticas.

#### **1.4 Hipóteses sobre a formação dos crioulos: Bioprograma (universalista), monogenética, superstratista e substratista**

A teoria sobre os crioulos sustentada a partir dos princípios da gramática universal pela abordagem das línguas naturais defende que “a base biológica da linguagem é uma preciosa herança genética comum a todos os seres humanos” (PRATAS, 2004, p. 27).

Defendendo a tese de bioprograma (ou bioprograma biológico), Bickerton (1984; 1988; 1989; 1992; 1999, *apud* PRATAS, 2004) afirma que, tendo em conta um *input* linguístico restrito, constituído basicamente por um pidgin (de vocabulário reduzido e estrutura gramatical menos desenvolvida, usado nos primeiros momentos de contato durante a colonização entre falantes cujas línguas eram ininteligíveis), as crianças que nasceram nessas comunidades aplicaram, a partir desse pidgin, sua faculdade da linguagem para criarem uma nova língua. Dessa forma, conforme esse autor, um crioulo nasce de um pidgin, que passou a ser “a língua materna de uma comunidade de falantes, e seus primeiros falantes nativos (não importa quantos) ‘aprendiam a variedade de pidgin que os adultos falavam mas aplicavam a sua *faculté de langage* de modo a criarem para si uma língua natural’” (*apud* PRATAS, 2004, p. 28).

Este autor relaciona a faculdade de linguagem comum a todos os seres humanos com tal situação específica de surgimento dos crioulos:

Esta subclasse [a dos crioulos de plantação] foi escolhida pela razão seguinte: se queremos aprender alguma coisa sobre a componente inata e de que modo ela determina a aquisição, temos que procurar situações em que a transmissão normal de dados bem formados de uma língua de uma geração para a outra tenha sido drasticamente interrompida. Com os crioulos essa interrupção ocorreu quando as populações foram deslocadas (para as colônias de plantação) [...] novas línguas são formadas no espaço de uma única geração a partir de um *input* que pode ser caracterizado como um jargão ou quase-pidgin com uma escassa, se é que alguma, estrutura gramatical (BICKERTON, 1999, *apud* PRATAS, 2004, p. 28).

Bickerton, com seu *Bioprogram Hypothesis*, é considerado um dos maiores representantes do pensamento universalista. Segundo ele, as semelhanças gramaticais que existem entre os crioulos não dependem de “suas matrizes de superstrato ou substrato, uma vez que são explicáveis pelos universais inscritos na GU, como parte do patrimônio biológico dos seres humanos dotados da linguagem” (MELLO, 2007, p. 70). Tal pensamento é baseado na teoria gerativa ou inatista de Chomsky (1965, *apud* MELLO, 2007, p. 69), que afirma que “a construção da gramática da língua se dá com a criança exposta a um número reduzido e finito de dados que, ao final do processo de aquisição, é capaz de gerar um número infinito de sentenças”.

Ideia semelhante é encontrada em Naro (1973), que defende como origem do pidgin uma situação de contato linguístico entre os adultos em que os falantes da língua de superstrato

simplificam a comunicação deles e os falantes da língua de substrato tentam imitá-los para poderem estabelecer uma interação. Segundo ele, os adultos não têm acesso à predisposição inata (ou faculdade da linguagem) para aprenderem as línguas, ao contrário das crianças, o que pode resultar na diferença formal entre um pidgin e uma língua natural.

Entretanto, autores como Singler (1992), Mufwene (1986; 1996; 1999) e Lumsden (1996; 1999) (cf. PRATAS, 2004) tiveram posicionamentos contrários à abordagem anterior. Para eles, o processo de transição do pidgin a crioulo não se deu por meio da nativização; embora aceitem que os processos de crioulição (mais ou menos consensuais) tivessem ocorrido graças “ao uso da faculdade de linguagem”, segundo eles, isso foi da parte dos adultos, não das crianças, conforme defendido por Bickerton (1999) e Naro (1973). Assim, para Singler (1992), a crioulição, entendida como ‘traço dos crioulos’, obtém-se sem a nativização.

Por seu lado, a hipótese monogenética prevê que os crioulos resultariam de um ancestral linguístico comum, isto é, um proto-pidgin, com o qual se relacionam geneticamente. Defendendo a existência de traços semelhantes entre os crioulos, a teoria monogenética, em sua versão radical,

[...] afirmava que todos os crioulos de base européia tinham origem em uma única língua, no caso um proto-crioulo, pidgin, proto-pidgin ou língua franca portuguesa que teria se formado ao longo da costa oeste-africana a partir de meados do século XV e se propagado pelo resto do mundo então explorado por europeus. Assim, salvava-se a filiação européia dos crioulos (COUTO, 2002, p. 223-224).

Segundo Mello (2007), essa ideia teve grande influência nos anos 60 e 70 do século XX, em que se acreditava que o proto-pidgin seria um pidgin português falado ao longo da costa africana durante o século XV, expandindo-se em decorrência da colonização portuguesa na época das grandes navegações realizadas nos séculos XV e XVI até a Ásia, e teria o seu valor histórico entre os cavaleiros medievais como língua de comunicação durante a guerra das cruzadas. “O pidgin português da Teoria da Monogênese é em hipótese o pidgin português do séc. XV o qual pode ter sido uma relíquia do sabir, a língua franca medieval que acreditavam ser a língua dos cruzados e a língua comum no comércio mediterrâneo” (ROUMAINE, 1988, *apud* MELLO, 2007, p. 66).

A noção da existência de um ancestral comum (ou parentesco linguístico) das línguas crioulas constituía a base do pensamento dos seguidores da teoria monogenética. Dessa

forma, procurava-se explicar as semelhanças e diferenças entre os crioulos. Pelo parentesco busca-se explicar as semelhanças entre os crioulos; e pelas diferentes colonizações europeias, as diferenças entre eles (MELLO, 2007).

Enquanto isso, a hipótese superstratista defende a língua de superstrato como o principal responsável pelo surgimento do crioulo. Segundo Mello (2007, p. 68), o termo superstrato é usado na linguística para fazer referência “a um conjunto de formas ou traços que vieram a influenciar a língua menos dominante em um ambiente onde há contato linguístico e, geralmente envolve dominação cultural e linguística”. Nessa hipótese percebe-se a ideia de superioridade europeia em relação a outros povos. Entre os primeiros crioulistas, generalizava-se a hipótese superstratista; inclusive Adolfo Coelho não defendia a importância das línguas de substrato na formação dos crioulos (MELLO, 2007).

Concordamos com Mello (2007) que ainda existe o pensamento preconceituoso entre os leigos e/ou falantes das línguas crioulas em relação a estas línguas, vulgarmente entendidas como uma deformação da língua do colonizador, desconsiderando as línguas africanas que contribuíram em sua formação, sugerindo as ideias pejorativas de que os crioulos são “línguas europeias mal faladas” e de origem sempre exógenas. Mello aponta o francês Chaudenson como um superstratista dentro de uma abordagem sociohistórica, entendendo a criouliização como uma aprendizagem imperfeita da língua-alvo que acaba por gerar um outro sistema, o qual, porém, “utiliza o material da língua-alvo de forma reestruturada” (p. 68). Ainda, este autor entende que foi mínima a contribuição das línguas africanas no processo de pidginização e criouliização.

Por outro lado, Lumsden (*apud* PRATAS, 2004) defende que, apesar de muitas formas fonológicas e unidades lexicais derivarem da língua lexificadora, os crioulos refletem as propriedades sintáticas e semânticas das mais proeminentes línguas africanas envolvidas na sua origem, portanto, tal posicionamento leva com que este autor seja considerado como parte da chamada corrente substratista.

Mufwene (2015) recorda que posições de substratistas estão historicamente relacionadas com posicionamentos racistas até a época dos crioulistas franceses do final do século XIX, como Bertrand-Bocandé (1849), Baissac (1880), Adam (1883) e Vinson (1882). Os crioulos eram considerados como baby talk (variedades simplificadas e estereotipadas ou fala de bebês). Segundo esses autores,

as línguas africanas eram ‘primitivas’, ‘instintivas’, no estado ‘natural’, e mais simples do que as línguas europeias ‘cultivadas’ com as quais entraram em contato. Os sistemas de crioulos eram considerados reflexos dos idiomas não europeus, que alegadamente refletiam a inferioridade mental daqueles que os produziam e falavam. Os escravos africanos eram, portanto, considerados incapazes de aprender as estruturas supostamente mais evoluídas das línguas europeias. A conexão com a fala dos bebês é que, para serem entendidos, os europeus supostamente tinham que falar com os africanos como os bebês. Mais ou menos a mesma ideia pode ser encontrada na hipótese da ‘conversa estrangeira’, segundo a qual os europeus reproduziam as aproximações imprecisas das línguas dos não-europeus<sup>3</sup> (MUFWENE, 2015, p. 139, tradução nossa).

Entretanto, houve o renascimento da hipótese do substrato (sem seu componente racista), que foi atribuído a Sylvain (1936). Embora a autora “reconheça a influência significativa dos dialetos franceses, ela concluiu seu livro, surpreendentemente, com a afirmação de que o crioulo haitiano é Ewe falado com um vocabulário francês” (MUFWENE, 2015, p. 139, tradução nossa). A hipótese substratista entende que existe “uma transposição da gramática da língua de substrato para o léxico das línguas de superstrato” (MELLO, 2007, 69).

Tentando fazer uma síntese entre as diversas perspectivas advindas de universalistas, superstratistas e substratistas, Mufwene propõe que é a partir de todas as línguas envolvidas na sua formação que os crioulos obtiveram suas estruturas; contudo, segundo ele, a ‘escolha’ de cada um dos aspectos gramaticais foi operada por meio da Gramática Universal (dispositivo inato da linguagem), “conforme as estruturas candidatas eram mais ou menos marcadas” (PRATAS, 2004, p. 29).

### **1.5 Contacto de línguas: Pidgins e Crioulos**

Segundo Couto (2009), o conceito de pidgin é problemático. Entre outros, é definido como língua de contato usada pelos falantes cujas línguas são ininteligíveis entre si, ou seja, não são mutuamente compreensíveis. E não é considerado como sendo língua materna de nenhum dos falantes. Entretanto, levantam-se algumas perguntas sobre o pidgin, questionando

<sup>3</sup> These early creolists assumed African languages to be ‘primitive,’ ‘instinctive,’ in ‘natural’ state, and simpler than the ‘cultivated’ European languages with which they came in contact. Creoles’ systems were considered to be reflections of those of non-European languages, which allegedly reflected the mental inferiority of those who produced and spoke them. The African slaves were thus considered as incapable of learning the putatively more evolved structures of the European languages. The ‘babytalk’ connection is that, in order to be understood, the Europeans supposedly had to speak to the Africans like to babies. More or less the same idea is to be found in the ‘foreigner talk’ hypothesis, according to which Europeans reproduced the non-Europeans’ inaccurate approximations of their languages (MUFWENE, 2015, p. 139).

se é “efetivamente uma língua ou apenas uma pré-língua, ou protolíngua” (BICKERTON, 1990, *apud* COUTO, 2009, p. 102). Nesse sentido, Couto (2009) afirma que o pidgin está mais para um processo do que para “uma língua firmemente estabelecida e estabilizada”. Por isso, segundo o autor, o nome pidginização, que se trata de processo, seria mais adequado do que um resultado, o pidgin.

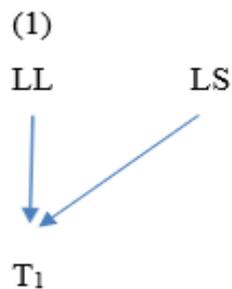
Além disso, a teoria de nativização de um pidgin para a formação de um crioulo também é questionada. Partindo da perspectiva de que existe uma interdependência entre linguagem e comunidade, Honório do Couto propõe a substituição do termo nativização para comunitarização, porque, conforme ele, o que se tem na formação de um crioulo é a “comunitarização de um meio de comunicação específica”. Segundo o autor, o conceito de comunitarização evita problemas como de saber a quantidade de crianças que são necessárias para o surgimento de uma nova língua ou para a nativização de um crioulo e de saber se haveria ou não a nativização caso nascer apenas uma criança.

O crioulo é considerado como resultado de contato entre povos de línguas mutuamente ininteligíveis que passaram a conviver num território comum, geralmente em ilhas ou em fortes caseiros, durante o período da colonização europeia na África, Ásia e América, havendo entre eles uma relação de poder/força.

A partir de uma visão ecolinguística, que é definida como estudo das relações entre língua e meio ambiente, Couto (2009) defende que existe uma língua (L) quando existe um povo ou uma população (P) que vive e convive num determinado território (T). Entretanto, o autor explica que essa situação não é uma regra. Segundo ele, o que se verifica atualmente é o bilinguismo ou multilinguismo, em que se tem a convivência de duas ou mais línguas num mesmo território. Ele chama essa situação de ecologias complexas (situações linguísticas complexas), que são causadas por migrações dos povos, “provocadas por vicissitudes históricas posteriores ao momento de formação de cada língua” (COUTO, 2009, p. 49).

Esse movimento migratório dos povos ganha um resultado de influência de uma língua sobre outra, o que leva a um certo tipo de convergência linguística. A época conhecida como de grandes navegações demonstra um processo de migrações de povos europeus para outros cantos de mundo, dominando outros povos. E as línguas europeias foram impostas aos povos de quatro cantos da terra. A globalização é um outro caso de contato de indivíduos e suas respectivas línguas (COUTO, 2009).

Considera-se que não são as línguas que entram em contato de forma direta, mas sim os povos. Couto (2009) apresenta quatro situações de contato entre os povos e suas respectivas línguas num determinado território. Essas situações, que o autor chama de contato interlinguístico, são representadas em quatro figuras e com símbolos. O símbolo  $PL_1$  é usado em referência ao lado “mais forte” em termos econômicos, políticos, militares e de prestígio; o  $PL_2$  representa o lado “mais fraco”, nos termos já referidos; e o T representa o território. Representaremos nas figuras os símbolos ( $PL_2, PL_3, \dots, PL_n$ ) com (LS), que corresponde a línguas de substrato; e ( $PL_1$ ) com (LL), correspondendo à língua lexificadora.



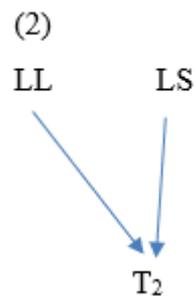
Na figura 1, representa-se uma situação de interação em que um povo ou parte dele se desloca com sua respectiva língua para o território de outro povo que já constitui uma comunidade (EFL<sup>4</sup>) relativamente estruturada, tendo de forma relativa uma língua estabelecida e estabilizada. Dependendo do poder econômico, político, militar e do prestígio de cada PL (língua lexificadora/lado mais forte), esse tipo de contato pode levar a diversos resultados. Como exemplo de casos em que PL é lado mais fraco, foram citados os casos dos:

imigrantes hispânicos e outros no território dos Estados Unidos; os alemães, italianos e japoneses no Brasil; os turcos na Alemanha e os árabes na França. Nesse caso, frequentemente se dá o que se tem chamado de Lei das Três Gerações. De acordo com ela, a primeira geração (quando migra já adulta) aprende quando muito uma variedade pidginizada da língua hospedeira. Os seus filhos geralmente aprendem a língua do país hospedeiro e a dos pais, sendo, portanto, bilíngues, continuando a usar a língua original em todas as interações intragrúpicas. Os netos, porém, tendem a preferir a língua da nova terra, mantendo, quando muito, um conhecimento passivo da língua original de seus avós. A quarta geração frequentemente não tem quase nenhum conhecimento da língua dos antepassados. Mas os resultados podem ser diferentes

4 Ecosistema Fundamental da Língua (EFL) é constituído por um povo (P), que habita num determinado território (T). Idealiza uma situação com a existência de um povo, um território e uma língua; porém, como afirma Couto (2009), permanece apenas como ideal e serve como ponto de referência para o estudo de situações complexas como o bi/multilinguismo.

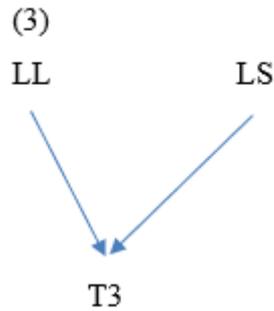
dependendo da natureza de  $PL_1$  e  $PL_2$ , bem como das condições em que contato se deu, além de um certo sentido de pertença étnica (resistência cultural) (COUTO, 2009, p. 51-52).

Segundo Couto (2009), ocorre o segundo tipo de contato quando se verifica a deslocação do povo “mais forte” ( $PL_1$  ou LL) para o território ( $T_2$ ) do povo “mais fraco” ( $PL_2$  ou LS). Na figura abaixo representada, apresenta-se a possibilidade de haver mais de um povo com suas respectivas línguas, por exemplo, numa situação de conquista a outros povos.



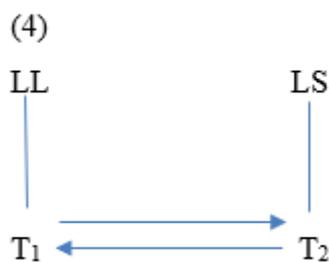
Nesse contexto, lembra-se a situação de dominação dos romanos na península Ibérica, assim como dos espanhóis, ingleses, portugueses e franceses na África, Ásia, América, Oceania e Oceano Pacífico. Dessa situação de contato, podem aparecer resultados muito diversos. Comumente pode ocorrer o caso da implantação total da língua e cultura dos conquistadores, como exemplo, Couto (2009) aponta o caso de Cuba, Nova Zelândia e vários países africanos. O autor afirma que restam das línguas locais somente os enclaves, que com mais força vão sendo influenciados cada vez mais pela língua do invasor. Entre os resultados dessa situação da figura 2, tem-se o caso da formação das línguas crioulas que, na Guiné-Bissau, por exemplo, resultou do contato entre os portugueses e os povos locais, de diferentes grupos étnicos. Como algo semelhante, destacou-se também o caso de Serra Leoa e de Papua Nova Guiné. Pode acontecer também situação em que a língua do colonizador pode permanecer pidginizada, como o inglês na República dos Camarões; ou a língua do colonizador impor-se como língua local, como o inglês na Índia, onde se considera que a entrada do inglês se deu por via culta pela escola, ganhando, porém, espaço a cada dia que passa; como uma das características, é considerado um inglês com uma forte influência fonética das línguas locais, como as consoantes coronais retroflexas (COUTO, 2009).

A figura 3 representa uma situação de deslocação tanto dos povos considerados “mais fortes” quanto dos povos considerados “mais fracos” para um terceiro território ( $T_3$ ).



O terceiro território (T3) para onde se deslocam os povos “mais fortes” e os “mais fracos” não pertence a nenhum deles. De modo geral, esse território é uma ilha. A situação representada na figura é considerada ideal para o surgimento de um pidgin, bem como de um crioulo. O principal exemplo nessa situação é a formação dos crioulos de base portuguesa na ilha de Cabo Verde; de base francesa na ilha de Maurício e nas ilhas Seychelles; de base inglesa nas ilhas do Havaí, e entre outras.

O quarto tipo de situação de contato pode ilustrar a possibilidade de membros de LL deslocarem-se temporária ou sazonalmente para o território de membros de LS ou vice-versa. Nesse contexto, exemplifica-se o caso dos russos que se deslocavam no período de verão para norte de Noruega para trocar suas mercadorias por peixe, no final do século XIX e início do século XX.



Os russos são considerados como LL, tendo em conta que somente eles se deslocavam, estabelecendo um contato com os noruegueses dessa região, assim, surgiu um pidgin conhecido como *russenorsk*, que quer dizer russo-norueguês. “O russo-norsk é um sistema de comunicação linguística que continha elementos tanto do russo quanto do norueguês (assim como de outros idiomas), mas não era nenhum deles” (NARO, 1973, p. 98). Naro (1973) chama esse tipo de sistema de comunicação linguística de pidgin, cuja característica é o fato de não

ser língua nativa de ninguém. Tal pidgin tem um nome alternativo *moya po tvoya*, que literalmente significa “eu em tu”, isto é, “eu [falo] em a tua [língua]” (BROCH, 1927, *apud* COUTO, 2009, p. 54).

Além disso, um dos casos de contato entre povos e suas línguas é entre o povo motu dos arredores de Port Moresby, de Papua-Nova Guiné, e os povos distantes e aloglotas através de expedições comerciais; os dois povos trocavam troncos por canoas e outros objetos, vasos de cerâmica e outros artigos por sagu. Surgiram desse contato duas línguas de contatos ou pidgins (COUTO, 2009).

## CAPÍTULO II.

### FORMAÇÃO DOS CRIoulos NA GUINÉ-BISSAU (O KRIOL) E EM CABO VERDE (O KABUVERDIANU)

#### 2.1 A formação do kriol

Ao longo da dominação colonial portuguesa em África, os colonizadores lançavam-se ao mar numa aventura de “descobertas” e de exploração do continente; eram chamados de “lançados<sup>5</sup>” os que se lançavam ao mar assimilando-se ao povo com o objetivo de conhecer e explorar a nova terra. Conforme iam se aportando em direção ao sul da costa africana, perpetravam escravização do povo nativo. Mais tarde, os nativos capturados serviam aos colonizadores portugueses de intérpretes, chamados ‘turgimãos’ (MELLO, 2007). Couto (1994) destaca o papel decisivo dos lançados, grumetes e tangomas<sup>6</sup>, ou tangomau, no contato intercultural e linguístico entre os europeus e os povos da Guiné, considerados também como núcleo básico para a formação do crioulo.

Segundo Couto (1994), o primeiro lançado de que se tem notícia foi João Fernandes, que se lançou ao mar por volta de 1445. Este autor defende que, tanto na colonização quanto na formação dos pidgins e dos crioulos na Guiné-Bissau e na costa ocidental africana, os lançados e seus auxiliares imediatos, os grumetes, tiveram grande contribuição. Os lançados arranjavam mulheres africanas e com elas constituíam famílias, o nome com que suas esposas (ou simplesmente suas concubinas) eram conhecidas era ‘tangomãs’, e os filhos nascidos dessa união eram chamados ‘filhos da terra<sup>7</sup>’, conhecidos em outros lugares como mestiço, mulato e crioulo. Afirma-se que “estas mulheres tinham também a função de intérpretes e são chamadas ‘tangomãs’, provavelmente com origem na palavra da língua árabe ‘tarjuma’, que significa

5 Os lançados eram “também designados de tangomãos, tangomaus, tangomangos, consoante a grafia utilizada” (SOARES, 2000, *apud* SCANTAMBURLO, 2013, p. 45).

6 Tangomas: ‘termo nativo’, feminino de tangomau (CARREIRA, 1972, *apud* COUTO, 1994).

7 “Estes, assim como as suas próprias mães, formaram uma classe social e cultural nova, obrigados a residir nas ‘praças’ porque, como me esclareceu, em 1976, o amigo Edikó, régulo da aldeia de Bijante, na Ilha de Bubaque, eram ‘indivíduos sem chão’ e não bem aceites pela cultura tradicional africana, que não permitia miscigenação de sangue nas linhagens dos fidalgos com direito a possuir o chão da aldeia” (SCANTAMBURLO, 2013, p. 47).

‘traduzir’: ‘targuman’ eram os intérpretes das Embaixadas Europeias no Oriente nos séculos XIII-XV” (SCANTAMBURLO, 2013, p. 45).

Vale dizer que, não obstante essa união entre os europeus e as mulheres da Guiné, através dos lançados e as tangomãs, nesse país não se verificou um elevado processo de miscigenação, tal como ocorreu em outras colônias de Portugal, como o caso de Cabo Verde e do Brasil, por exemplo.

Os grumetes<sup>8</sup> eram auxiliares que serviam de intérpretes e guias aos comerciantes europeus. Alguns deles eram batizados, mas, mesmo assim, não perdiam suas identidades étnicas e suas liberdades. “Os ‘grumetes’, dada a sua convivência com os europeus, foram facilmente cristianizados pelos missionários; mas, como a maior parte da população, permaneceram apegados às suas crenças animistas, fortemente enraizadas exceptuando-se alguns régulos islamizados” (NOLASCO DA SILVA, 1970, *apud* MELLO, 2007, p. 30-31). Contudo, eram conhecidos vulgarmente:

por alcunhas crioulas: vestiam ao modo ‘português’, viviam essencialmente do comércio atlântico e eram conhecidos com ‘kriston’ no Crioulo Guineense: A sua intervenção junto com os moradores muito contribuiu para a difusão do Crioulo da Guiné (o Kriol), mais acentuada depois da criação das ‘praças’ como Cacheu, Ziguinchor, Bissau e Geba no século XVI e XVII (HAVIK, J. PHILIP, 2000, *apud* SCANTAMBURLO, 2013, p. 45).

Couto (1994) afirma que se encontrava o ambiente propício, no núcleo familiar dos lançados, para o aparecimento de uma língua crioula. Para se comunicar com as tangomas e os grumetes, os lançados usavam um português simplificado. Tais registros simplificados, segundo o autor, apontam para a simplificação conhecida nos registros especiais como *baby*<sup>9</sup> *talk*, linguagem utilizada por adultos para se comunicarem com as crianças, e *foreigner talk*, linguagem utilizada para comunicar com estrangeiros. Essas formas simplificadas seriam recebidas

8 Palavra que veio da linguagem náutica, significando homem de posição inferior, marinheiro auxiliar. A datação consta do século XIII como gurmete, no séc. XIV como grumete e no séc. XV gromete (HOUAISS, *apud* MELLO, 2007, p. 30). Segundo Carreira (1984, *apud* SCANTAMBURLO, 2013, p. 43-44), os grumetes são “indivíduos das mais diversas etnias africanas da área e que, por múltiplas e diferentes razões, se haviam cristianizado, aprendendo alguma profissão ou ofício (calafates, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, etc.), e também a falar crioulo como forma de se entenderem com os outros grupos sociais”.

Este termo ainda é usado em setores mais conservadores do país, com o sentido de remador ou marinheiro da Guiné-Bissau (BIASUTTI, 1981, *apud* COUTO, 1994).

<sup>9</sup> Não é consensual a abordagem de *baby talk* e de *foreigner talk* para tratar do surgimento de línguas crioulas.

pelos tangomas e grumetes como dados (*inputs*), e a nativização teria ocorrido na primeira geração dos filhos da terra (MELLO, 2007). Entre os primeiros locutores africanos que participaram na formação do kriol, segundo Marcelino Marques de Barros (*apud* SCANTAMBURLO, 2013, p. 37), deve-se considerar “Os mandingas de Dandu colincás de Geba e de Farim, e mesmo do Casamansa e alguns biafadas, [que] seriam os primeiros – naquela idade em que ninguém aprende lingoas, mas vocabularios – a conhecer a criolar a lingoa do ‘branco’”.

Destacam-se as praças (ROUGÉ, 1986; 1995) e os interpostos comerciais como o berço da crioulização na região dos “‘Rios da Guiné’, que nos séculos XV-XVII abrangia a Costa Africana do rio Senegal até à Serra Leoa” (CARREIRA, 1982, *apud* SCANTAMBURLO, 2013, p. 38). Havia a realização de atividades comerciais entre os europeus e o povo da Guiné e a presença destes pequenos centros autónomos, que é:

documentada desde o século XVI pela ‘Praça de Cacheu’ (1587-88), no rio homónimo, e pelo interposto de ‘Santa Cruz de Guínala’ (1592-95), no Rio Grande, hoje rio de Buba, onde havia uma Igreja e muita actividade comercial. As Praças de Ziguinchor, Farim, Fá, Geba, e Bissau foram fundadas meio século depois e a cidade de Bolama só em 1793, uma época em que o Crioulo Guineense estava já uma realidade linguística (SCANTAMBURLO, 2013, p. 40).

Passaremos em seguida a tratar da formação do kabuverdianu, para o qual, como veremos, devido à história de colonização portuguesa, com a captura de pessoas pertencentes a regiões dos rios da Guiné, se percebe a presença de grupos étnicos que também participaram da formação do kriol, sendo falantes de línguas chamadas Nígero-Congolesas. Tendo em conta essas questões, abre-se uma discussão teórica sobre se as duas línguas tiveram ou não uma origem em comum, que será tratada na seção (2.3).

## 2.2 A formação do kabuverdianu

Aponta-se a data de 1460 como o período em que os colonos portugueses chegaram às ilhas de Cabo Verde, na altura desabitada. O povoamento dessas ilhas teve início em Santiago; depois disso, as ilhas pertencentes ao grupo de Sotavento foram povoadas: sendo a ilha do Fogo a primeira delas, em seguida as ilhas de Maio e Brava. Foi constituída a primeira capital em Ribeira Grande, conhecida hoje como Cidade Velha (PRATAS, 2004); mais tarde, porém, a Cidade da Praia passou a ser a capital do país. Além dos europeus, entre os quais os portugueses, os genoveses, castelhanos e entre outros (CARREIRA, 1982, *apud* PRATAS, 2004), as pessoas

escravizadas das regiões dos Rios da Guiné, principalmente as da etnia jalofa, mandinga e pepel, constituíram o grupo de habitantes das ilhas setenta anos depois de se ter iniciado o povoamento. Cabo Verde era usado também como rota de comercialização dos escravizados, que eram levados dali para as colônias europeias das Antilhas e para o continente Americano; alguns deles permaneciam nas ilhas para prestar serviços nas plantações e nos trabalhos aos “senhores” (PRATAS, 2004).

Foi também na cidade de Ribeira Grande, em Santiago, que se deu o primeiro contato linguístico e cultural, levando a uma experiência de globalização entre África e Europa (VEIGA, 2015). O proto-crioulo que daria origem ao kabuverdianu teria surgido, segundo Veiga (2015), dos laboratórios de formação e estruturação nos séculos XV e XVI que foram as ilhas de Santiago e Fogo, de onde se originaria o *crioulo-tronco*, que emigrou depois para as ilhas do país como *crioulo-ramos*, contribuindo para o surgimento das variedades desta língua. Isso aconteceria no século XVII, momento em que o proto-crioulo passaria à língua materna dos cabo-verdianos.

Sobre o surgimento do kabuverdianu, Pratas (2004) aponta os jalofas, os mandingas e os da etnia pepel como aqueles que, em contato com os algarvios, seriam responsáveis pela formação desta língua. Depois de ser uma língua desprestigiada no contexto social e político do país, a língua nacional cabo-verdiana passou a ser valorizada nesses ambientes, principalmente depois da independência do país, que teve lugar em 1975 (PEREIRA, 2006).

Diferentemente da Guiné-Bissau, o alfabeto da língua nacional de Cabo Verde, o kabuverdianu, já foi institucionalizado em 16 de março de 2009, “pelo Decreto-Lei número 8/2009” (VEIGA, 2015, p. 184). Esse alfabeto padronizado é considerado por Veiga (2015), não obstante ter tido várias críticas, como “o único sistema coeso e abrangente existente que, para além de ser utilizado em Cabo Verde, ganhou credibilidade junto de várias academias em Portugal, nos EUA e na Alemanha” (VEIGA, 2015, p. 184). Outros decretos-lei e a própria constituição da República de Cabo Verde reconhecem e valorizam esta língua, este último documento, inclusive, em seus pontos 2 e 3, abre o espaço para a oficialização do kabuverdianu: “O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa”. E “Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las” (VEIGA, 2015, p. 184).

O kabuverdianu e o português convivem em uma situação de “privilegio diferenciado” (bilinguismo em construção) em Cabo Verde, com aquele a ser usado mais no contexto informal, e este no contexto formal (VEIGA, 2015).

tanto o CCV [Crioulo de Cabo Verde] como o português, em Cabo Verde, estão num processo de bilinguismo em construção. A massificação de um ensino rigoroso e com metodologia adequada para a L1, aplicada ao CCV, e de L2, aplicada ao português, é o caminho mais adequado (VEIGA, 2015, p. 185).

Há uma discussão acerca da questão da escolha de uma variedade caboverdiana que deve ser padronizada, com alguns a preferirem a padronização de uma única variedade; e outros a defenderem uma estratégia do “Eixo Norte e do Eixo Sul, à volta das variedades de maior peso linguístico e sociolinguístico” (VEIGA, 2015, p. 186) como uma proposta que, apesar de mais custosa, é mais democrática, como é o caso de Veiga (2015).

Esta discussão sobre a padronização de uma variedade do kabuverdianu é muito relevante, pois busca-se achar uma dentre outras que deveria ser institucionalizada. E vale dizer que, não obstante o reconhecimento de uma língua por meio oficial ou das leis de um país, não significa resolver o problema. É necessário um trabalho árduo para se traduzir na prática o que os documentos dizem (e/ou esforçar-se para um reconhecimento oficial quando não é o caso) procurando valorizar ainda mais a língua, principalmente quando se trata das línguas que muitas vezes são associadas a conotações pejorativas, como acontece com as línguas crioulas. A padronização da grafia, a produção de materiais didáticos, a institucionalização como língua de ensino e como língua oficial são passos muito significativos para a conquista do espaço que merecem, sendo geralmente línguas do dia a dia da população local e línguas maternas da grande parte das pessoas, como se verifica em Cabo Verde e na Guiné-Bissau.

Seguimos então apresentando hipóteses sobre o surgimento do kriol e do kabuverdianu, duas línguas cuja origem e cuja história dos países onde são faladas estão relacionadas.

### **2.3 Hipóteses sobre a origem do kriol e do kabuverdianu**

Os linguistas têm opiniões diferentes quanto à origem do kriol e do kabuverdianu. Naro (1978) defende a ideia de que os crioulos de base portuguesa teriam surgido na Europa e posteriormente levados para África. Ele afirma que:

the basis for the pidgin Portuguese used in Africa throughout the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries (and later creolized in some regions) had been substantially, if not entirely, formed in Europe long before it became current in Africa [...] it was exported to the Guiné region by the Portuguese lançados, probably around the first quarter of the 16<sup>th</sup> century (NARO, 1978, *apud* COUTO, 1994, p. 33).

Conforme podemos perceber, Naro (1978) defende que a base para o pidgin português usado na África, inclusive na Guiné, ao longo dos séculos XVI e XVII (que depois se tornou crioulo) tinha sido substancialmente, se não completamente, formada na Europa antes de se tornar corrente na África. O autor acredita na existência desse pidgin português na fala de algumas personagens presentes nas peças teatrais como em Gil Vicente e António Chiado. Ele reconhece os lançados e os primeiros cativos durante a colonização como os responsáveis pelo surgimento dos crioulos portugueses (ou de base portuguesa). A captura e o ensinamento dos cativos da costa africana eram considerados como parte da política expansionista de Dom Henrique, que tinha previsto a utilização dos negros como seus intérpretes na África. Portanto, defende-se que o pidgin, depois de estabelecidas suas bases na Europa, foi levado à África pelos africanos que retornaram à terra e com os lançados. Considera-se que essa afirmação de Naro (1978) é baseada na teoria chama monogenética de formação dos crioulos, tentando explicar as semelhanças na formação dos crioulos através da política expansionista de Dom Henrique, com a justificativa de que os portugueses foram os que ultrapassaram o Bojador e o Cabo Não<sup>10</sup>, e os primeiros a chegar à Costa africana (MELLO, 2007). Para ele, muitos lançados, com a chegada à Costa da Guiné a partir de 1508, utilizavam de forma quotidiana o que o autor chamou de ‘linguagem de reconhecimento’, que estes supostamente tinham “aprendido na Europa como um ‘código adquirido de forma similar à telegrafia ou a sotaques estrangeiros’ com os africanos (NARO, 1983, *apud* MELLO, 2007, p. 33).

Alguns estudiosos de línguas crioulas fizeram uma contestação em relação a essa abordagem de Naro sobre a gênese dos crioulos. É o caso de Rougé (1986) e Couto (1994), por exemplo. Rougé (1986) considera que Naro (1978) nos mostra “essencialmente, como um europeu imaginava, na literatura portuguesa de século XV e XVI, a linguagem de um africano” (ROUGÉ, 1986, p. 31). Segundo o autor, a descrição dos lançados feita por Naro não corresponde ao que se conhece destes. “Os lançados não eram colonos mas traficantes e não tinham frequentado em Portugal os lugares onde viviam os primeiros africanos capturados nas costas de África, e que deviam falar esta linguagem de reconhecimento” (p. 31). Sobre isso, Couto (1994, p. 33) acrescenta que, “se hoje o teatro é uma arte iminentemente urbana, naquela época ele devia sê-lo ainda mais”. Ademais, afirma que eles eram homens rudes e em geral analfabetos;

<sup>10</sup> O Cabo Não ou Cabo do Não, actual Cabo Chaunar, também conhecido como Cabo Nun, Cabo Noun e Cabo Nant, é um cabo situado na costa atlântica do noroeste de África, no sul de Marrocos, entre Tarfaya e Sidi Ifni (Cf. PEREIRA, 2013).

portanto, isso leva-o a refutar a ideia de que os lançados tinham frequentado as chamadas escolas da política de Dom Henrique como forma de eles prepararem-se profissionalmente antes de se ‘lançarem’ para aventura nas novas terras.

Por outro lado, Carreira (1983) defende a hipótese insular para o surgimento do crioulo, cuja formação, segundo o autor, teve lugar em Cabo Verde e tendo sido levado mais tarde pelos cabo-verdianos à Guiné. Ideia também defendida pelo crioulista cabo-verdiano Lopes da Silva (1957), que destaca a variedade do crioulo de Sotavento como a que teria sido levada à Guiné, sendo também uma hipótese defendida por outro crioulista chamado Nélon Eurico Cabral e com muitos adeptos em Cabo Verde (COUTO, 1994).

Carreira (1983, apud MELLO, 2007) sustenta seus argumentos na história conjunta dos dois países tendo como seu ponto de referência o que chama de “período negro” de comércio escravocrata e a relação de formação social e linguística entre Guiné e Cabo Verde. Para ele, o crioulo corresponde à língua de comunicação verbal que se baseia no português quinhentista, “nascida no arquipélago: e posteriormente levada para as praças e presídios dos ‘rios da Guiné’ pelos mestiços, filhos de homens brancos e de mulheres pretas” (escravizadas ou livres) (CARREIRA, 1983, apud MELLO, 2007, p. 35). Entretanto, Rougé (1986, p. 32) assume que:

o verdadeiro problema é que o Carreira não sabe o que é um crioulo, não conhece a diferença entre o pidgin e o crioulo. Na realidade, os primeiros intermediários entre os portugueses e os reinos africanos não falavam crioulo mas o português pidginizado (ou mesmo o português) e não eram totalmente ‘aculturados’ já que podiam falar língua[s] africanas.

Vale dizer que o crioulo de Sotavento é constituído por um conjunto de variedades dialetais, de que faz parte o crioulo de Santiago, considerado um dos crioulos mais antigo das ilhas de Cabo Verde (VEIGA, 2015), sendo destacado como uma das fontes ou laboratórios do primeiro contacto de línguas, a partir da Cidade de Ribeira Grande. Segundo Veiga (2015, p. 179-180), Santiago foi também a primeira experiência em termos de “globalização entre África e Europa de que resultaria a criouldade, não só linguística como antropológica também. Note-se que os laboratórios da formação e estruturação do CCV [Crioulo de Cabo Verde] no século XV e XVI foram, única e exclusivamente, as ilhas de Santiago e do Fogo”.

Segundo Mello (2007, p. 35), a emigração dos cabo-verdianos para a Guiné teve início a partir do final do século XVIII:

com o começo de um período de fome e decadência deflagrado por longos períodos de seca e a proibição do comércio (oficial) de escravos. Para fugir da fome, que no ano 1850 vitimou mais de 30 mil pessoas ou mesmo na busca de emprego, os caboverdeanos iniciam uma época de emigração para a Guiné levando consigo sua língua. Os emigrantes letrados passaram a ocupar cargos públicos e administrativos, ingressando assim nas funções estatais. Outros se firmaram no comércio. É claro que a ideia da hipótese insular, [sic] vai ao encontro do pensamento dos portugueses, que davam ao arquipélago maior importância dado o seu fomento econômico e comercial em relação aos rios da Guiné, uma vez que nas ilhas aconteciam grandes negociações comerciais. Os rios eram, na sua maioria, apenas os fornecedores das ‘mercadorias’.

Enquanto isso, McWhorter (2005) sugere que se deve traçar a origem do kabuverdiano a partir do pidgin português falado na Guiné-Bissau. Segundo o autor,

alguns consideram que o cabo-verdiano nasceu primeiro e depois transportado para a atual Guiné-Bissau (por exemplo, Quint 1998). Entretanto, Cabo verde foi suportado por escravos da Guiné-Bissau, e as duas regiões eram de facto administradas como uma única colônia até 1879. Como tal, é provável que o pidgin português tivesse uma função no contexto sociolinguístico de escravos de Cabo Verde. Este é especialmente o caso dado que as plantações eram geralmente pequenas em Cabo Verde devido à pobreza do solo, e sua principal função era suportar com a comida os navios que passavam. Muita interação entre os escravos e marinheiros que passavam poderia ter sido conduzida provavelmente em pidgin português<sup>11</sup> (MCWHORTER, 2005, p. 243, tradução nossa).

Por seu lado, Couto (1994), amparando-se também nos dados históricos, nega a hipótese insular como origem do crioulo mediante a falta de ‘dado concreto’ para confirmação dessa ideia. O autor questiona o seguinte: “em que condições o presumível crioulo cabo-verdiano se teria transplantado para a Guiné?” (COUTO, 1994, p. 31). Para ele, a gênese ou o surgimento do crioulo deu-se simultaneamente nos dois países. Tal posicionamento é conhecido na literatura crioulista como a Hipótese de Ambiguidade, que já havia sido mencionada por Rougé, ainda que tacitamente, quando afirma não achar de extrema relevância científica “saber se o crioulo do Cabo Verde está na origem do crioulo da Guiné-Bissau ou se o crioulo da Guiné-Bissau está na origem do de Cabo Verde” (ROUGÉ, 1986).

Ainda, Couto (1994) retoma a questão histórica entre a Guiné (onde primeiro chegaram os portugueses) e Cabo Verde durante a colonização portuguesa, momento em que

<sup>11</sup> some consider Cape Verdean to have been born first and later transported to present-day Guinea-Bissau (e.g., Quint 1998). However, Cape Verde was supplied with slaves from Guinea-Bissau, and the two regions were in fact administrated as a single colony until 1879. As such, it is likely that Portuguese pidgin had a role in the sociolinguistic context of slaves in Cape Verde. This is especially the case given that plantations were generally small on Cape Verde due to poor soil, and its main role was to supply passing ships with food. Much interaction between the slaves and passing sailors would likely have been conducted in Portuguese pidgin (MCWHORTER, 2005, p. 243).

ocorreu uma constante deslocação das pessoas em ambas as direções, com os escravizados levados da Guiné para as ilhas cabo-verdianas, onde havia entreposto comercial. O autor acrescenta na hipótese por ele defendida que o crioulo deve ter surgido na Guiné e em Cabo Verde ao mesmo tempo, o que, segundo ele, pode ser explicado pelas semelhanças estruturais e funcionais entre os crioulos falados nos dois países.

Em todo o caso, a argumentação do autor explicando ou não essa hipótese, de facto há uma semelhança entre as duas línguas. Apresenta-se uma estimativa de que “80% das palavras de origem africana do crioulo de Santiago existem também na Guiné” (ROUGÉ, 1999, *apud* HAGEMEIJER & ALEXANDRE, 2012, p. 236). Assim, apesar de serem dois crioulos diferentes sobre os quais não se sabe ainda claramente se um está na origem do outro ou não, sem dúvida existem semelhanças em termos estruturas, lexicais e funcionais entre eles, como iremos observar mais adiante.

Por seu lado, Jacobs (2010) concordando com a evidência de Parkvall (2000), defende que a hipótese do nascimento do kriol e do kabuverdianu a partir de “Santiago fornece uma explicação bastante direta para os lexemas Wolof no léxico africano compartilhado do UGPC [crioulos portugueses de Alta Guiné]”, tendo em conta:

a afirmação de que o wolof não é, ou dificilmente, falado na Guiné-Bissau, mas ainda contribuiu significativamente para a parte africana do léxico do GBC [Crioulo de Guiné-Bissau] e para o léxico compartilhado entre SCV [Crioulo de Santiago] e GBC [...]. O tamanho e a antiguidade do léxico derivado do wolof no UGPC [crioulos portugueses de Alta Guiné] justificam a alegação de que um contingente considerável de falantes do wolof deve ter estado presente no momento e no local onde o UGPC passou a existir. Este foi o caso de Santiago, enquanto na região da Guiné-Bissau do século XVI ao XVII, por outro lado, comunidades Wolof estáveis definitivamente não são encontradas, como afirmam Parkvall e Rougé<sup>12</sup> (JACOBS, 2010, p. 316-318, tradução nossa).

Segundo o autor, “Para dar conta da transferência linguística de Santiago para o continente, foram revelados os padrões de migração dos séculos XVI-XVII de Santiago para o continente em geral e para Cacheu - fundado por cabo-verdianos - em particular<sup>13</sup>” (JACOBS,

<sup>12</sup> What appears to be very solid is the second part of Parkvall’s evidence, which is based on the claim that Wolof is not, or hardly, spoken in Guinea-Bissau, but still contributed significantly to the African part of the GBC lexicon and to the African lexicon shared between SCV and GBC [...]. The size and antiquity of the Wolof-derived lexicon in UGPC justifies the claim that a sizeable contingent of Wolof speakers must have been present at the time when and in the place where UGPC came into existence. This was shown to be the case for Santiago, whereas in the 16th–17th century Guinea-Bissau region, on the other hand, stable Wolof communities are definitely not, as affirmed by Parkvall and Rouge, to be found (JACOBS, 2010, p. 316-318).

2010, p. 334, tradução nossa). E ele ampara-se em dados históricos e fonéticos como forma de fortalecer a tese de que SCV [Crioulo de Santiago] não teve sua origem no continente (ou na Guiné):

o fonema / ʒ / foi realizado como uma fricativa [ʒ] ou como uma africada [dʒ] [...]. É difícil dizer se essa evolução ocorreu durante o período que estamos estudando [1200–1350] ou depois (Teyssier 1983: 28). No entanto, Teyssier não faz mais menção a um alófono [dʒ] no período que se estende do século 14 até o presente. Portanto, parece seguro supor que em meados do século 16 (se não antes) os dois alofones definitivamente se fundiram em uma fricativa palatal sonora / ʒ /. Se então lembrarmos que antes de 1589 (a fundação de Cacheu), as condições para qualquer crioulo emergir não eram satisfeitas no continente, a preservação da dupla realização do fonema / (d)ʒ / no GBC coloca um problema óbvio para a hipótese<sup>14</sup> (JACOBS, 2010, p. 333, tradução nossa).

Assim, o autor questiona a possibilidade do nascimento do kriol na Guiné-Bissau. Jacobs (2010) defende a tese de que esta língua nasceria em Cabo Verde, considerando que o wolof e o mandinga teriam influenciando o kriol e o kabuverdianu embora aquele (o wolof – do qual viria a dupla realização dos fonemas [ʒ] e [dʒ]) não seja falado na Guiné-Bissau; por isso, argumenta que o kriol viria das ilhas de Cabo Verde levado pelos caboverdianos (que fundariam o Cacheu – berço desta língua na Guiné-Bissau) (JACOBS, 2010). Parece ser uma hipótese plausível. As praças (ROUGE, 1986; SCATAMBURLO, 2013) foram importantes na formação do kriol na Guiné-Bissau.

Diferentemente de Cabo Verde, o território guineense conta com vários povos vivendo em comunidade, cada um falando sua própria língua, embora aquele país apresente situação considerada favorável para o surgimento dos crioulos, por conta da sua constituição por conjunto de ilhas habitadas por europeus e diferentes povos escravizados, podendo existir,

<sup>13</sup> To account for the linguistic transfer from Santiago to the mainland, 16th–17th century migration patterns from Santiago to the mainland in general and to Cacheu – founded by Cape Verdeans – in particular were revealed (JACOBS, 2010, p. 334).

<sup>14</sup> Teyssier (1983: 26–28) mentions that in the Portuguese of the period between 1200–1350 the phoneme /ʒ/ was realized either as a fricative [ʒ] or as an affricate [dʒ]. For this period, he therefore phonetically represents the phoneme as / (d)ʒ / ‘*Torna-se difícil saber se tal evolução ocorreu durante o período que estamos estudando [1200–1350] ou depois dele*’ [‘It is difficult to say whether this evolution occurred during the period that we are studying [1200–1350] or after’] (Teyssier 1983: 28). Nevertheless, Teyssier makes no more mention of an allophone [dʒ] in the period that extends from the 14th century to the present. Therefore, it seems safe to guess that by the mid-16th century (if not earlier) the two allophones had definitely merged into one voiced palatal fricative /ʒ/. If we then recall that before 1589 (the foundation of Cacheu), conditions for any creole to emerge were not met on the mainland, the preservation of the double realization of the phoneme / (d)ʒ / in GBC poses an obvious problem to the continental birth hypothesis (JACOBS, 2010, p. 333).

portanto, a possibilidade de surgimento do pidgin e seu desenvolvimento numa língua materna, bem como sua possível transferência para a Guiné-Bissau. Entretanto, se considerarmos que, segundo Rougé (1986, p. 94), “a maior parte das palavras de origem africana do crioulo de Santiago para as quais temos uma etimologia vêm dessas línguas veiculares, mandinga e temne, bem como do wolof”, as quais por funcionarem como línguas veiculares nas regiões da Guiné, pode nos levar a supor que esse contacto entre os povos da região por meio dessas línguas não tiraria também a possibilidade de se influenciarem diretamente em termos linguísticos.

Sobre a formação desses crioulos, bem como o de Casamansa, Senegal, Doneux e Rougé (1993) defendem que houve a reconstrução da gramática, com base nas gramáticas das línguas locais/africanas. Os autores esclarecem que esse fato, mais do que nas ilhas de Cabo Verde, fica claro no que ele chama de “crioulos continentais” falados na Guiné-Bissau e em Casamansa, Senegal, justificando que existe nessas localidades o contato linguístico entre os falantes dessa língua com as línguas africanas.

## **2.4 O Kriol**

Nesta seção faremos uma breve discussão sobre as denominações “crioulo” e guineense, atribuídas à língua do dia a dia do povo da Guiné-Bissau.

Conforme vimos nas seções anteriores, sobre as línguas “crioulas”, criaram-se vários julgamentos negativos, dentre os quais, citamos: “dialeto de português”, “português mal falado” e às vezes são tratadas como “gíria ridícula”, “composto monstruoso” e até como “não-língua”. Geralmente, percebe-se que os crioulos são comparados com as línguas europeias, tidas como modelo ou padrão para eles, o que é problemático, uma vez que são línguas diferentes.

Assim, devido às conotações pejorativas criadas sobre os “crioulos” (uma denominação genérica), tem-se procurado uma denominação alternativa no sentido de valorizar ainda mais estas línguas. Conforme Calvet (2007), nomear as línguas é uma questão da política linguística, renomeia-se o mundo, as pessoas e as coisas nele existentes. Tal como explica o autor, “Deus criou o mundo e nomeou seus constituintes. Entretanto, desde então, os homens não pararam de renomear o mundo: os nomes dos povos, os nomes dos lugares não pararam de variar. De acordo com as invasões ou as alternâncias de poder” (CALVET, 2007, p. 78).

A busca de renomear as línguas ocorre em muitos países, percebe-se com frequência uma tentativa de associar o nome de uma língua com o de um Estado ou parte dele - a chamada denominação toponímica; ou de associar o nome de uma língua com o de uma etnia - a chamada denominação etnonímica. Além disso, em alguns casos, procura-se renomear uma língua com o intuito de revalorizar simbolicamente sua função e insistir na sua dimensão identitária. Nesta situação, encontram-se muitas línguas “crioulas”, que passam por um processo de renomeação; tal como pode se observar nos exemplos apresentados por Calvet (2007, p. 80): “haitiano, reunionês, guineano, martiniquês, cabo-verdiano ou mauriciano”.

Assim, sobre o “crioulo” da Guiné-Bissau, alguns autores buscam revalorizá-lo contra as conotações pejorativas. Para isso, uma das denominações que se propõe é o guineense. Nas palavras de Scantamburlo (sd, VI), ao citar Barros (1987), um dos precursores do uso deste termo, lemos:

A escolha do guineense para designar o crioulo da Guiné-Bissau, termo já utilizado por Marcelino Marques de Barros em 1987, ajudará a respeitar o estatuto desta língua verdadeiramente nacional, veicular e inter-étnica e a evitar a conotação depreciativa que o crioulo tem ainda no país e no mundo [...] (SCANTAMBURLO, sd, p. vi).

Faz-se necessário destacar que, conforme nos lembra Mello (2007), do ponto de vista do guineense, há correspondência entre o nome da língua e o nome do grupo étnico, ou seja, *língua i raça* (no sentido da etnia). Na Guiné-Bissau, cada grupo étnico tem uma língua cujo nome é igual ao da própria etnia. Dessa forma, os balantas falam balanta, os mandingas falam mandinga, os fulas e manjacos são falantes de línguas com esses respectivos nomes, e assim por diante. De acordo com Calvet (2007), trata-se da denominação etnonímica, que ocorre quando nome de uma determinada língua é associado à própria etnia. Se é sob esse prisma que a proposta de Barros (1987), retomado por Scantamburlo (sd), é feita, então, não haveria uma língua guineense, pois não há uma etnia guineense.

Além disso, nem sempre há necessariamente a coincidência entre o nome de língua e o de um Estado/país. Em alguns países, como, por exemplo, na Espanha, a constituição do país adota como língua oficial o castelhano, não o espanhol como vulgarmente é chamado (CALVET, 2007). Porém, ocorre que nesse caso houve associação entre o nome de uma língua com o de uma região, Castela, daí castelhano. Tal é uma forma de políticas linguísticas realizada pelo Estado, procurando nomear/renomear as línguas e suas funções. Entendemos, entretanto, que essa é uma questão que envolve relações de poder ou alternâncias do poder político. Nisso,

muitas vezes busca-se valorizar ou prestigiar uma língua ou uma variedade linguística através do status social dos falantes.

Sobre a proposta do termo guineense para língua “crioula”, que, além de ser um termo generalizante (pois não há uma língua “crioula”), está carregada de conotações pejorativas, entendemos que o que se busca é valorizar o estatuto dessa língua (e com razão), considerando sua importância na interação ou intercompreensão entre o povo guineense - o qual é constituído por diversos grupos étnicos. Contudo, é do nosso conhecimento que a realidade linguística da Guiné-Bissau é plurilíngue. Isto é, o país conta com várias línguas. Assim, apesar de algumas dessas línguas não serem faladas somente no território guineense, compreendemos que todas elas são também línguas guineenses. É com base nisso que percebemos a complexidade dessa proposta, por isso, parece-nos adequada a denominação kriol para a língua do dia a dia dos guineenses. Aliás, essa é a denominação que os próprios guineenses lhe deram e, conscientemente ou não, já o valorizam; pois é língua mais importante em termos de comunicação entre os guineenses, tanto no próprio país quanto no exterior. Afinal, do ponto de vista comunicativo, a maior valorização de uma língua seria por parte do próprio povo que a fala.

Diferentemente da situação linguística em Cabo Verde, onde não se tem grande diversidade linguística, isto é, convivem as línguas portuguesa e kabuverdianu, o termo kabuverdianu parece adequar-se a esse contexto; ao contrário do “guineense” na Guiné-Bissau. Aliás, eleger uma língua num contexto em que convivem muitas línguas para denominar dessa forma parece-nos uma “ideologia da unificação, fundamentada na homogeneidade linguística, [que] vem de encontro a uma realidade caracteristicamente marcada pela pluralidade [...] além de favorecer o aniquilamento dessa pluralidade” (DIAS, 2002, p. 22).

Vale destacar também que a nomeação kriol é uma forma de resistência às ideologias pejorativas que visam desvalorizar essa língua de unidade nacional, que é uma forma de expressão cultural e identitária.

unidos pela mesma língua e partilhando um território e uma história comuns, história essa forjada num combate secular de resistência em que a luta de libertação contribuiu grandemente para uma convergência de valores, povos com uma identidade cultural própria conseguiram engendrar uma identidade comum que se sobrepõe às de cada um dos grupos populacionais (EMBALÓ, 2008, p. 105-106).

Conforme podemos perceber, o kriol teve também uma grande relevância no processo de unidade e luta pela conquista da independência na Guiné-Bissau. Serve como um meio

de ligação entre pessoas de diferentes línguas, culturas e grupos étnicos, sendo, portanto, uma língua de comunicação interétnica e/ou de unidade nacional. Entretanto, segundo as políticas linguísticas, é nos textos jurídicos que um dos efeitos das leis linguísticas pode ser observado, assim, por meio deles a situação linguística pode ser definida através da Constituição da República, por lei nacional ou regional ou por recomendações, resoluções - estas últimas são consideradas leis cuja força é menor, tendo em conta que a eficácia é condicionada pelo nível de intervenção jurídica (CALVET, 2007). No entanto, no que se refere ao Estado da Guiné-Bissau, a Constituição do país não faz referência às línguas faladas no território guineense: tanto ao kriol, às línguas locais/nacionais, quanto ao português. A informação jurídica que se tem é sobre este último: “A política linguística em Guiné, através de um decreto-lei nº 7/2007 de 12 de Novembro de 2007, obriga a utilização da língua portuguesa em todas as instituições públicas, nomeadamente nas escolas e, especialmente, dentro da sala de aula e no recinto escolar” (FONSECA, 2011, *apud* CÁ, 2015, p. 95).

Percebe-se um vazio em termos jurídicos no que diz respeito ao estatuto das línguas nacionais guineenses. Situação, que, entretanto, poderia ser resolvida pelo Estado da Guiné-Bissau através da definição clara de uma política linguística no país. Sobre isso, o Técnico-Investigador do INDE (Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação) Ibraima Diallo reconhece que:

a Guiné-Bissau não tem elaborado até ao presente uma política linguística claramente definida, apesar de ter encorajado o estudo das línguas nacionais. Embora, em Novembro de 1977, o Secretário-geral do PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e de Cabo Verde) tivesse lembrado, no seu relatório, durante o IIIº Congresso do partido o assunto da promoção das línguas nacionais. Contudo, ‘Curiosamente, este assunto não aparece nas Resoluções adoptadas pelo Congresso’ (DIALLO, 2007, *apud* SCANTAMURLO, 2013, p. 124).

Em todo o caso, tais línguas desempenham um papel ou uma função muito relevante do ponto de vista de comunicação na sociedade guineense. É necessária uma definição clara de políticas linguísticas pelo Estado sobre as línguas faladas no país. Com a situação de convivência de várias línguas na Guiné-Bissau, não é raro ver uma pessoa a usar o kriol para se comunicar com seus colegas e amigos, a usar uma das línguas étnicas ou nativas para se interagir com sua própria família, a falar o português com o professor na escola. E há casos de algumas pessoas que usam mais de uma língua étnica (balanta, fula, beafada) e/ou estrangeira (francês e inglês, por exemplo).

## 2.5 Estudos sobre o kriol

Sobre o kriol há poucos trabalhos descritivos sobre os níveis gramaticais e/ou linguísticos. Data de 1849 o primeiro trabalho sobre essa língua, que é atribuído a Bertrand Bocandé, publicado no *Buletin de la soc. de Geographie de Paris* no referido ano. Segundo Couto (1994), este autor é eurocêntrico e etnocêntrico com uma visão bastante pejorativa, é considerado como o primeiro autor a tentar falar da estrutura do kriol, tendo sido dado o mérito de considerá-lo uma língua, não um dialeto do português. Couto (1994) defende que grande parte das observações de Bocandé está errada; e algumas dessas observações 48 anos depois foram notadas pelo guineense Marcelino Marques de Barros (1897/1899), considerado o segundo a estudar o kriol. Barros é apontado como o primeiro a tentar descrever esta língua, embora sendo leigo em questões linguísticas.

Em 1981, o missionário católico italiano Biasutti lança o primeiro dicionário de Vocabulário kriol-português de 230 páginas. Considera-se que antes havia apenas glossários, o que foi superado com esse trabalho. No entanto, o autor considera-se um curioso, não “um técnico” no assunto (cf. COUTO, 1994).

Tais trabalhos não eram considerados científicos, apenas no trabalho de Wilson (1962) é que se reconhece existir um estudo desse caráter; ele é um linguista treinado no estudo de línguas africanas (cf. COUTO, 1994). O senegalês Cherif Mbodj (1979) fez a primeira descrição completa da fonologia do kriol a partir da metodologia estruturalista de A. Martinet, tendo feito em 1984 *Grmmaire du Créole de Guinée-Bissau*. A autoria da primeira gramática completa é atribuída ao missionário católico italiano pe. Luigi Scantamburlo (1981) tendo objetivo pedagógico. E a Doneux e Rougé atribui-se o primeiro curso de kriol, mas escrito em francês.

Couto (1994) realizou um trabalho descrevendo os diferentes níveis gramaticais do kriol; Costa (2014) trabalhou com descrição fonológica no seu trabalho intitulado “Descrição fonológica do crioulo guineense”; Chapouto (2014; 2018) também fez uma análise sobre a fonologia dessa língua; Mané (2001) realizou um “Estudo comparativo entre a fonologia do crioulo guineense, a do mancanha, a do manjaco e a do pepel”.

Mello (2007), em sua tese de Doutorado, trabalha sobre a descrição morfológica do kriol, que a autora chama de Guineense. Sobre a morfologia do kriol, a autora faz uma

abordagem sobre o processo da composição e reduplicação nesta língua, bem como da derivação (prefixação e sufixação).

A autora refuta em sua análise a crença de transparência total nos estudos crioulos, considerando que a tendência à opacidade é nítida na análise das composições no kriol, revelando-se mais recorrentes que as composições transparentes. Ainda, ela defende que os processos composicionais e reduplicativos se revelam dentro do padrão sociocultural guineense e acrescenta que no kriol, tal como em outras línguas humanas, os processos da capacidade gerativa são plenos e ativos, de forma a rever a recursividade e criatividade linguísticas.

Tratando-se da flexão morfológica, a autora aponta que os processos flexionais ocorrem mediante parâmetros próprios do kriol, sendo reduzida e marcada de forma diferente em variedades dessa língua. Segundo ela, mais do que as outras variedades, a acroletal (a que é mais influenciada pelo português – ou a chamada kriol lebe) é a que mais manifesta as marcas do plural nos substantivos e adjetivos.

Scantamburlo (2013) também fez uma descrição sobre a morfologia do kriol no trabalho que resulta na sua tese de Doutorado/Doutoramento. O autor destaca entre outras abordagens a caracterização fonológica, lexical e morfossintática dessa língua. Apresenta uma proposta de dicionário e gramática de kriol-português, propõe a grafia fonológica (alfabeto fonêmico) e defende a proposta de ensino bilíngue a partir das duas línguas com o objetivo de apoiar algumas estruturas educativas do Ensino Básico do Arquipélago de Bijagós; para tanto, produziram-se manuais para os alunos, com gramática e dicionários bilíngues, e materiais didáticos para os professores, constituídos por dicionários e fichas, nas quais se encontram categorias gramaticais para uma comparação e análise contrastiva entre o português e o kriol.

Intumbo (2007) realizou um estudo comparativo do ponto de vista morfossintático entre o kriol, o balanta e o português. Ele defende que o kriol tem uma estrutura gramatical semelhante ou próxima à das línguas do substrato, tendo nesse aspecto o balanta como exemplo, que seria, segundo o autor, uma das línguas mais importantes do substrato e do adstrato do kriol.

Tais estudos nos serão relevantes para o presente trabalho, principalmente os trabalhos de Couto (1994), Mello (2007), Scantamburlo (2013) e Intumbo (2007), tanto na questão histórica quanto descritiva sobre o kriol. Dentre esses trabalhos, é no de Intumbo (2007) que encontramos alguma informação sobre o sistema pronominal do kriol, assunto que procuraremos explorar um pouco mais neste trabalho.

## 2.6 Trabalhos sobre o kabuverdianu

Aqui falaremos de forma breve de alguns trabalhos realizados sobre o kabuverdianu, em especial, sobre o sistema pronominal e sujeito nulo nessa língua. Dentre esses trabalhos, podemos destacar o de Pratas (2004) e Andrade (2015), que realizaram um estudo sobre o sistema pronominal do kabuverdianu. Silva (2012), em seu estudo, destaca a questão do parâmetro do sujeito nulo e do sistema pronominal desta língua. Os três autores concluíram que existem três formas pronominais no kabuverdianu, quais sejam: pronomes fortes, pronomes fracos (ambos seriam os não-clíticos) e os pronomes clíticos. Quanto à realização dessas formas pronominais, porém, Silva (2012) e Andrade (2015) divergiram um pouco de Pratas (2004) no que diz respeito ao pronome fraco.

Sobre o parâmetro do sujeito, enquanto Pratas (2004) defende que o kabuverdianu seria uma língua de parâmetro semi-pro-drop, por admitir sujeitos expletivos nulos, não obstante não admitir sujeitos referenciais nulos, por seu lado, Silva (2012), a partir de Pina (2006), assume, considerando essas mesmas características, que as línguas que admitem sujeito expletivo nulo e sujeito referencial/argumental não nulo seriam de parâmetro não pro-drop, em que, se enquadra, portanto, o kabuverdianu.

Lang (2018) realiza um trabalho (ainda em curso) intitulado *Gramática do Crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde)*, em que o autor se propõe a fazer uma descrição gramatical desde os aspectos fonéticos e fonológicos, passando por aspectos morfológicos, sintáticos até aos discursivos. Esta é uma obra em que se abordam várias questões da gramática do kabuverdianu, sendo de grande utilidade para o nosso trabalho.

Os quatro autores serão de grande relevância para o presente trabalho, em que se buscará comparar o kabuverdianu e o kriol, conforme já foi apontado, considerando, principalmente, os trabalhos de Pratas (2004), Andrade (2015) e Lang (2018).

Veiga (2015) trabalha sobre a construção do bilinguismo em Cabo Verde, abordando entre outros, o aspecto histórico sobre a formação do crioulo nas ilhas cabo-verdianas, sobre a questão dos julgamentos negativos que se tinham sobre essa língua, e retomando os primeiros trabalhos descritivos e literários que contribuíram para a valorização desta língua. Dentre os trabalhos descritivos, destacam-se o *Léxico do Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, de Napoleão Fernandes, publicado postumamente em 1991 pela filha, Ivone Fernandes; bem como

o trabalho sobre a cartilha bilingue em kabuverdianu e em português, lançado em 1902 pelo Cónego Manuel da Costa Teixeira, considerado um dos defensores da valorização do CCV (crioulo de Cabo Verde). Por meio de produções poéticas e de publicação de artigos no jornal *O Manduco*, Eugénio Tavares, segundo Veiga (2015), publica em kabuverdianu, no livro *Mornas*, o trabalho *Cantigas Crioulas* (1932).

Veiga (2015) defende que o CCV e o português, em Cabo Verde, estão num processo de bilinguismo em construção, argumentando que, num real bilinguismo, as duas línguas devem preencher, com estatuto equiparado e de forma satisfatória, as situações formais e informais de comunicação.

Este trabalho e o de Pratas (2004) também nos serão úteis para a discussão da questão histórica sobre o surgimento do kabuverdianu e sobre as ideias pejorativas tidas a respeito dessa língua.

## **2.7 Situação linguística na Guiné-Bissau**

A Guiné-Bissau é um país africano que se localiza na costa ocidental de África. O país possui uma grande diversidade cultural e linguística. Segundo Scantamburlo (2013), no território guineense, além do português e do kriol, são faladas cerca de 25 línguas, que pertencem às subfamílias Oeste Atlântica e Mandê – que fazem parte da família Nígero-Congolesa. Esta família linguística é constituída por sete subfamílias, e “as outras cinco subfamílias são: Gur, Kwa, Adamawa, Benué, Bantu” (MANN; DALBY, 1987, *apud* SCANTAMBURLO, 2013, p. 21).

Uma das características principais das línguas dessas subfamílias é a presença de “prefixos de classe e de concordância”, na subfamília Oeste Atlântica, tais como as línguas Bantu; por essa razão, Scantamburlo (2013, p. 22) explica que as línguas desse grupo são denominadas também de “Semi-Bantu, pelo facto de que os números de prefixos de classe são reduzidos”. E tais línguas “estão divididas em três grupos: Norte, Bijagó e Sul. No Grupo Norte há o subgrupo “Bak”, nome que o linguista Wilson Auquier (1984, *apud* SCANTAMBURLO, 2013, p. 22) considera basear-se “num morfema comum que indica o plural das classes que indicam pessoas” (p. 22). Enquanto isso, a subfamília Mandê tem como característica principal “o uso de ‘sufixos’ e compreende dois grupos, os Mande Tan, que vivem no norte do país e os

Mande Fu, que vivem no Sul do país e na Guiné-Konakri. Ambas as palavras ‘tan’ e ‘fu’ exprimem a palavra ‘dez’” (p. 22).

Scantamburlo (2013) apresenta as principais línguas faladas na Guiné-Bissau a partir dos dados do recenseamento da população do país realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC) em 1979 (primeiro recenseamento publicado com número de falantes correspondentes). Essa comparação levou em consideração o número real dos falantes (1979) e o número estimativo dos falantes (2009)<sup>15</sup>. Com base nisso, o autor fez uma comparação entre o número dos falantes nesses dois anos, tendo em conta os dados publicados pelo recenseamento de 1979. Para isso, foram:

somados todos os falantes, incluindo os monolíngues, os bilingues, os trilingues e até os quadrilingues: assim o número total de falantes de 2009 (1.951.071) resulta superior ao número de habitantes (1.520.830), numa percentagem de 28,29%, pelo facto de que os plurilingues são contabilizados em cada língua na qual se declararam competentes (SCANTAMBURLO, 2013, p. 28).

Abaixo, apresentaremos uma tabela em que constam doze principais línguas faladas no país:

LÍNGUA	PERCENTAGEM (%)	NÚMERO DE FALANTES	
		1979	2009
ANO	1979 e 2009		
Kriol	(44,31%)	349.638	673.880
Balanta	(24,54%)	193.722	373.212

<sup>15</sup> Os dados de recenseamento apresentados por Scantamburlo (2013) não apresentam o número real dos falantes das línguas demonstradas na tabela, pelo fato de que a comparação feita pelo autor considera um número real dos falantes apontado no recenseamento de INEC (1979) e um número estimativo de INEC (2009). Destacando o aumento do número de falantes do kriol, através de uma outra comparação feita, mas entre os dados de recenseamento de 1979 e 1991 de INEC, na sua tese de Doutorado/Doutoramento sobre a experiência de “Ensino do Crioulo Guineense” nalgumas escolas da Guiné-Bissau entre os anos de 1986 e de 1993, projeto implementado pelos Centros Experimentais de Educação e Formação (CEEF) integrados no INDE, o Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação, Carolyn Benson (1994, *apud* SCANTAMBURLO, 2013) aponta o aumento da porcentagem dos falantes do kriol de 44% em 1979, para 51% em 1991, considerando os locutores que utilizam o kriol como língua materna (L1), língua segunda (L2) ou língua terceira (L3).

Fula	(20,33%)	160.499	231.774
Português	(11,08%)	87.464	168.508
Mandinga	(10,11%)	79.790	153.756
Manjaco	(8,13%)	64.194	123.643
Pepel	(7,24%)	57.202	110.108
Biafada	(1,97%)	15.551	29.960
Bijagó	(1,97%)	15.546	29.960
Mancanha	(1,86%)	14.682	28.287
Felupe	(1,48%)	11.701	22.508
Nalú	(0,31%)	2.491	4.715
Inválidos	(0,05%)	381	760
<b>TOTAL</b>	<b>(133,38%)</b>	<b>1.052.861</b>	<b>1.951.071</b>

Fonte: adaptado de Scantamburlo (2013, p. 28).

Além disso, Scantamburlo (2013) acrescenta que há “aproximadamente outras 16 línguas que são consideradas minoritárias no País pelo facto de integrarem entre umas centenas ou mesmo alguns milhares de locutores” (SCANTAMBURLO, 2013, p. 27). Segundo ele, houve a ausência da língua Mansoanca, com 11.556, que pertence à subfamília Mandê, mas o Recenseamento incluiu-a no grupo Balanta (DONEUX, 1984, *apud* SCANTAMBURLO, 2013).

Em seguida, o autor destaca por ordem alfabética essas 16 línguas minoritárias: “Bagas, Baiotes, Bambarãs, Banhuns, Cassangas, Conhagui, Cobianas (ou Coboianas), Jacancas, Jalofos (ou Wolof), Landumãs, Padjadincas (ou Badjaranca), Saracolés (ou Soninkés), Sereres (ou Nhomincas), Sossos (ou Jaloncas), Tandas, Timenés” (SCANTAMBURLO, 2013, p. 27).

Entretanto, ressalta-se que algumas dessas variedades linguísticas tidas como línguas diferentes são consideradas nomes diferentes para dialetos (ou variedades) de uma mesma

língua. Sobre isso, Mané (2001, *apud* COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 31) defende a tese de que “manjaco, mancanha e pepel podem ser considerados como três dialetos de uma mesma língua”, com base na justificativa de que “a fonologia dos três é idêntica, exceto algumas variantes alofônicas, o que, acrescenta o autor, para a sociolinguística variacionista, e para a fonologia, não seria nenhum problema. Porém, os linguistas já admitem que a distinção entre língua e dialeto é meramente política”. Aliás, conforme alguns autores defendem, uma língua é um dialeto com um exército e uma marinha, tendo em conta que o poder político, econômico e socio-cultural leva ao prestígio de uma determinada variedade sobre outra.

Atualmente, entretanto, algumas línguas faladas no território guineense “correm sérios riscos de extinção na Guiné, nomeadamente o sarakolé, o süssu, o kassanga, o kobiana, o djakanka e o tanda” (INTUMBO, 2007, p. 6). Essa questão é conhecida na literatura linguística como “morte” ou desaparecimento de língua, que pode ser causada pela pressão de uma língua dominante sobre uma língua não dominante. Assim, essa pressão faz com que os falantes de uma determinada língua deixem de se comunicar através dela; dessa forma, as crianças começam a perder o contato com a língua, a qual, portanto, perde pouco a pouco o falante nativo, levando à glototânasia. Um outro fator da morte de uma língua pode ser através do desaparecimento de um determinado povo ou grupo étnico por, entre outros fatores, migrações para um território onde há uma outra língua dominante ou por desaparecimento em massa de um povo devido à catástrofe natural, doença ou eliminação física de falantes, o que aconteceu, por exemplo, com muitos povos indígenas no Brasil, ação barbaramente desencadeada pelos colonizadores portugueses, levando ao processo conhecido como glotofagia ou glotocídio (COUTO, 2009).

Couto e Embaló (2010, p. 30) estimam que “o crioulo é falado por uns 75% a 80% da população”. E, segundo eles, o português, língua oficial, é “conhecido por cerca de 13% da população”, que a fala essencialmente como segunda ou terceira língua.

Por outro lado, recorda-se que o último recenseamento realizado no território guineense foi feito em 2009, que é um dado estimativo; assim, ainda não temos um número atualizado de línguas existentes no território guineense e de seus respectivos falantes. Em todo caso, o crioulo é a única língua interétnica e/ou da unidade nacional na Guiné-Bissau, e tem-se expandido rapidamente através do comércio, das atividades políticas, da escola, dos meios da informação ou comunicação (rádio principalmente) e das atividades religiosas. Dessa forma aumenta cada vez mais o número de falantes dessa língua para todo o território nacional guineense.

O kriol apresenta algumas variedades no território guineense resultado do contato linguístico no país. Couto (1989) e Couto e Embaló (2010) apontam que, como resultado de resquícios de colonização portuguesa e do contato linguístico, o kriol e o português resultam numa “espécie de *continuum* que vai desde variedades do português lusitano, passando por variedades de crioulo aportuguesado e crioulo tradicional, basilectal, até as línguas nativas, étnicas” (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 31), tal como apresentado abaixo:

português lusitano  
 português “acrioulado”  
 “crioulo” aportuguesado  
 “crioulo” tradicional  
 “crioulo” nativizado  
 línguas nativas

Assim, podemos perceber que, através de contato e convivência entre a língua portuguesa e as línguas africanas no território guineense, além do aparecimento de uma língua de contato (conhecida vulgarmente como “crioulo”), a convivência entre o povo europeu e os povos africanos e suas línguas ao longo de tempo faz aparecer as variedades dessas línguas. O exemplo acima apresentado trata de variedades das línguas portuguesa e kriol na Guiné-Bissau.

Vale destacar que a variedade de nome crioulo tradicional é chamada também de kriol *fundu*<sup>16</sup>, e a de crioulo aportuguesado também é chamada de kriol *lebi*. Em seguida, apresentaremos alguns exemplos das duas variedades do kriol, o exemplo (1) é citado por Couto e Embaló (2010) a partir de textos de Barros (1883), estudioso guineense. Em cada alínea, exemplificam-se as duas variedades – primeiro o kriol *fundu* e em seguida o kriol *lebi*:

(1)

(a) n disábu / n disau ‘eu o deixei’

(b) ndé ku bu na bai? / ndé k’u na bai? ‘aonde você vai?’

16 Frequentemente, este crioulo é também chamado de ‘crioulo de Cacheu’ e de ‘crioulo dos velhos’ (COUTO, 1989, p. 114).

(c) kabu / kau ‘lugar

De acordo com Couto e Embaló (2010, p. 32), “em Bissau, a forma com o /b/ intervocálico é opcional. É, portanto, uma forma viva no crioulo mais conservador, sobretudo na Casamansa. No entanto, ela ocorre também em outras regiões da Guiné” na fala de pessoas mais velhas ou na de falantes do kriol fundu. “No kriol lebi (mesoleto e acroleto) está enfraquecido e desapareceu no sotaque de muitos falantes” (p. 32).

Segundo os dois autores, “uma outra característica de um crioulo mais arcaizante são os ideofones, ou seja, formas que só ocorrem com determinado tipo de palavra, geralmente para intensificação” (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 34). Em (2) eles apresentam “alguns exemplos (os ideofones estão *em itálico>*). No crioulo aportuguesado, já se diz também muito sukuru, muito limpu etc” (p. 34).

(2)

(a) branku *fandan* ‘muito branco’

(b) pretu *nok* ‘muito preto’

(c) limpu *pus* ‘muito limpo’

(d) sukuru *tip* ‘muito escuro’

(e) burmedju *uac* ‘muito vermelho’.

Os dois autores consideram que o português “acrioulado” “é o português guineense propriamente dito” (COUTO & EMBALÓ, 2010, p. 35), ao que reformularíamos do seguinte modo: o português guineense (em constituição) é bastante influenciado pelo kriol, apresentando algumas características específicas advindas da influência desta língua, que é de comunicação diária dos guineenses. Por meio de dados provenientes de conversas escutadas nas ruas de Guiné-Bissau e de algumas entrevistas realizadas nesse país, os autores destacam algumas dessas características nos níveis fonético-fonológico, morfossintático e semântico, e notam que ambas são típicas da variedade veicular. “Se no nível fonético-fonológico o português falado pelos guineenses trai o ritmo crioulo, no léxico-semântico ele deixa entrever a cosmovisão africana” (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 52).

No nível fonético-fonológico, eles apontam uma série de tendências. Uma delas é a neutralização da distinção entre a consoante vibrante simples (como em “caro”) e a vibrante múltipla (como em “carro”, pronúncia sulina – supõe-se que seria Sul do Brasil). Assim, vale notar aqui a percepção de um linguista brasileiro (Couto), que observa o seguinte: quando um guineense diz a palavra ‘caro’ podemos ter “a impressão de que o ‘r’ vibra mais do que deveria; quando ouvimos “carro”, parece que ele vibra menos do que o faria alhures” (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 51). Nota-se também uma tendência à neutralização “entre as vogais /e, o/ (fechadas), por um lado, e /è, ò/ (abertas), por outro. Ou seja, se [os guineenses] dizem “ele” (pronome), parece que ouvimos “ele” (nome da letra); e vice-versa” (p. 51). E em relação às vogais nasais, elas:

tendem a virar V + consoante nasal, como em [kanta], em vez de [kãta]. O ‘l’ final parece mais débil do que em Portugal, dando até mesmo a impressão de que há uma pausa mínima entre a vogal anterior e ele, como em ‘Senegal’, que sai como [sene’ga-ll]. [...] O português guineense, isto é, o português “acrioulado”, é falado com o ritmo do crioulo que, por sua vez provém do ritmo das línguas africanas (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 51-52).

No aspeto morfossintático, Couto e Embaló (2010) apresentam sentenças com ausência de concordância, tanto nominal quanto verbal. No nível da concordância nominal, eles registram, entre outras frases, as que se seguem: “‘o minha irmã’, ‘meu mãe’, ‘ele tem três filho fêmia’” etc. No que diz respeito à concordância verbal, notaram, “*inter alia*, os seguintes exemplos: ‘eu não ouve português’ (por ‘eu não entendo português’), ‘eu não tinha tempo’ (por ‘tive’), ‘a minha namorada estive em Portugal’ (por ‘está’), ‘eu tens mas tris história’ (p. 52).

Em termos semânticos, é possível encontrar textos escritos em português que trazem a marca do kriol, que é a língua nacional do dia a dia na Guiné-Bissau. Assim, num “livro de antropologia ou de sociologia podemos ver expressões como ‘homem grande’, ‘mulher grande’, ‘dor de corpo’ etc. Aqui o adjetivo ‘grande’ nada tem a ver com a estatura da pessoa em questão” (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 53). Essas expressões são utilizadas para designar anciãos respeitáveis na *tabanca* - que é também uma expressão local, significando aldeia -, “a quem se pede conselhos e se deve obedecer, enfim, são pessoas que merecem deferência de todos. Quanto a “dor de corpo”, refere-se a uma dor mal definida, a um mal-estar geral” (p. 53). As três expressões: *omi garandi* (idoso/velho), *mindjer garandi* (idosa/velha) e *dur di curpu* (dor de corpo) respectivamente são provenientes de traduções literais do kriol.

Considerando que é a primeira língua de muitos guineenses (principalmente na capital, Bissau) e de comunicação diária no país, “mesmo que os guineenses tenham como objetivo o domínio do português, têm que fazê-lo a partir do crioulo” (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 39). Aliás, Amílcar Cabral – pai e fundador das nacionalidades guineense e caboverdiana e líder da revolução pela libertação dos dois países - dizia que o kriol é a ponte para se chegar ao português.

Por outro lado, o kriol nativizado, de um modo geral, é usado nas tabancas (ou nas aldeias). Vê-se que a aquisição desse kriol é o primeiro passo no processo glotofágico, que, usando a expressão de Calvet (1974), quer dizer, ao deixar de falar sua língua materna (balanta, fula, etc.), o indivíduo dá primeiro passo na direção da perda de sua identidade étnica (COUTO, 1989). O kriol nativizado é uma variedade marcada por uma forte influência da língua étnica dos falantes, por terem, geralmente, como primeira língua suas próprias línguas étnicas. Tais influências são verificadas nos níveis fonético e semântico.

Foneticamente, em bijagó não existe o fonema /f/, seus falantes o substituem por /p/, quando começam a falar o kriol. Exemplo, *fasi* ‘fazer’ vira *pasi*. E naquilo que Couto (1989) chama de crioulo abalantado, /p/ vira /b/. Conforme exemplificado, /*potil*/ > /*botil*/ (pote). Segundo o autor, o crioulo apapelado substitui /tʃ/ por /s/. Assim, /*tʃabil*/ > /*sabil*/ (chave), /*tʃigal*/ > /*sigal*/ (chegar), etc.

Entre as influências semânticas, apresentam-se as formas de tratamento. Para o equivalente à expressão “como vai”, “olá” ou “oi”, os guineenses dizem em geral *kuma di kurpu?*, literalmente ‘como está o corpo’?, sendo que a resposta é *kurpu sta bon* ‘o corpo vai bem’ (COUTO, 1989; COUTO e EMBALÓ, 2010). Uma outra forma também de cumprimentar é “perguntando pela posição em que a pessoa se encontra. Se ela está deitada, cumprimenta-se assim: *bu dita?* ‘você está deitado?’ Se ela está de pé, diz-se *bu firma?* ‘Você está de pé?’” (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 36-37). Os autores observam que tudo isso pode ser explicado como influência de línguas étnicas africanas da Guiné-Bissau no kriol.

Além dessas variedades, o kriol apresenta também variação regional, segundo Couto e Embaló (2010), essa é mais fácil de ser descrita do que a variedade diacrônica.

No caso do crioulo português da costa ocidental africana, as variantes que se notam em primeiro lugar são a caboverdiana e a guineense. Alguns autores consideram-nas como pertencentes à mesma língua, dada a grande semelhança e, até certo ponto, a intercompreensão que há entre ambas. Mas, além da questão guineense-caboverdiano,

temos as duas variantes do crioulo continental faladas na Guiné-Bissau e na Casamansa, como demonstrou Rougé (1986) (COUTO e EMBALÓ, 2010, p. 34).

Vejamos alguns exemplos apresentados por Couto e Embaló (2010, p. 34):

(3)

<b>Casamansa</b>	<b>Bissau</b>
kebe	kibi ‘caber’
meste	misti ‘é mister, querer’
sebe	sibi ‘saber’

Conforme vimos, a situação linguística na Guiné-Bissau é de multilinguismo<sup>17</sup>, tendo em conta que são faladas cerca de vinte (20) línguas nesse país, cuja delimitação territorial foi realizada política e geograficamente pelos europeus na conferência de Berlim, em 1884-1885, tendo lugar na Alemanha sem a presença dos africanos, e no Acordo chamado de Franco-Português, em 1886, entre a França e Portugal – pelo qual os colonizadores portugueses e franceses estabeleceram as fronteiras da Guiné-Bissau e do Senegal; assim, a chamada região da Casamansa passou para o domínio da França; e a região de Cacine, para o de Portugal.

Vale destacar que a interação comunicativa ocorre normalmente apesar dessa situação linguística. O crioulo é língua franca ou de unidade nacional dos guineenses, embora haja uma grande diversidade étnica em que cada etnia tem sua própria língua, e serve como uma língua comum e de comunicação diária entre a população do país. Aliás, conforme afirma Couto (2009, p. 120), “o fato é que a maioria dos guineenses tem pelo menos um domínio passivo do crioulo”. E o português é língua oficial, mas não é conhecido pela grande maioria da população do país.

17 Couto (2009) esclarece que usa o termo multilinguismo no sentido de multilinguismo societário ou territorial, não no sentido do multilinguismo individual. Ainda, explica que este termo vale para o bilinguismo.

Entretanto, Petter (2015) usa o termo multilinguismo no plano individual, ou seja, tem a ver com a possibilidade de os falantes usarem mais de uma língua com funções diferentes em um contexto comunicativo; e ela usa o termo plurilinguismo no contexto da existência de várias línguas num país, numa nação ou num continente. Seguimos neste trabalho as denominações de Petter (2015).

Sobre essa situação linguística, Couto (2009) fala dos conceitos de Comunidade de Língua (CL) e Comunidade de fala (CF), destacando o português e o crioulo. A CL pode ser definida como língua no sentido de um sistema entendido abstratamente como língua, ou como língua padrão, tida como algo homogêneo. Esse autor exemplifica os casos de CL portuguesa, que compreende todos os países em que se fala a língua portuguesa, como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e demais localidades onde se fala essa língua. A CL islandesa é restrita à Islândia; e a CL Coreana, à Coreia de Norte e de Sul. Enquanto isso a CF é algo mais concreto, ou seja, trata-se de uso efetivo de língua dentro de um contexto sociocultural numa determinada localidade. Assim, uma CL é constituída por várias CF's. Coreia de Norte é uma CF diferente de Coreia do Sul, visto que cada um dos dois países se interage mais entre si do que com o outro, apesar de pertencerem à mesma CL, ou de falarem a mesma língua coreana. Do mesmo modo, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste cada um deles constitui uma CF diferente da outra; não obstante pertencerem à mesma CL, ou seja, comunidade da língua portuguesa.

Vale ressaltar que numa CF pode haver mais de uma CL, como é o caso da Guiné-Bissau, que conta com uma grande diversidade linguística, e do Senegal, por exemplo. Em relação ao crioulo, os dois países pertencem a uma mesma CL, mas são de CF diferentes, embora seja falado também o chamado “crioulo” português em Casamansa (no Senegal). Os guineenses interagem-se mais entre eles do que com a população de Casamansa. Nesse sentido, considera-se uma CF simples, como é o caso da Islândia, e uma CF complexa, como o contexto multilíngue ou plurilíngue na Guiné-Bissau e no Senegal e em muitos países africanos. Entretanto, a CF é considerada um conceito instável ou relativamente dinâmico dependendo do processo de integração ou desintegração dos países, destaca-se neste caso a separação de Montenegro da Sérvia, impedindo assim a existência de uma CF iugoslava (COUTO, 2009).

### CAPÍTULO III.

#### O SISTEMA PRONOMINAL DO KRIOL E DO KABUVERDIANU

Neste capítulo, faremos uma breve explicação sobre o sistema pronominal do kriol e do kabuverdianu tendo como ponto de partida a proposta de Kayne (1975 apud PRATAS, 2004) sobre a natureza dos clíticos; em seguida, apresentaremos a proposta de Cardinaletti & Starke (1994) no que diz respeito ao paradigma do sistema pronominal que se pode encontrar nas línguas, o que tomaremos como base para procurar explicar o sistema pronominal do kriol. Após isso, retomaremos os trabalhos de Pratas (2004), Silva (2012) e Andrade (2015) sobre o kabuverdianu, nos quais se realiza uma abordagem sobre esta língua, os quais nos serão de grande relevância para o presente trabalho comparativo sobre o kriol e kabuverdianu.

A partir de sua própria observação sobre a língua francesa, Kayne (1975 apud PRATAS, 2004) busca diferenciar os pronomes clíticos dos não-clíticos, apresentando uma sistematização de testes de cliticização dentre os quais: inadmissibilidade de intervenção (ou não ocorrência) de algum elemento entre o clítico e o verbo; inadmissibilidade de coordenação com outro DP; inadmissibilidade de sofrer modificação por outro elemento; inadmissibilidade de focalização contrastiva; e inadmissibilidade de ocorrência sozinha/isolada. Não estariam sujeitas a estes contextos de restrição de funcionamento os pronomes não-clíticos.

Cardinaletti & Starke (1994) apresentam uma classificação tripartida de sistema pronominal, que são as formas pronominais fortes, fracas e clíticas. A depender de cada língua, tais formas podem fazer parte do paradigma pronominal ou somente algumas delas. No kriol, os três tipos de pronome podem ser encontrados, mas com algumas características particulares.

Segundo os autores, os pronomes fracos e os clíticos (“deficient elements”) são morfologicamente mais reduzidos que os pronomes fortes (“strong elements”); e os dois primeiros apresentam certas restrições configuracionais, entre as quais a coordenação, isto é, não são coordenáveis, diferentemente dos pronomes fortes, que podem ser coordenados. Ainda, eles defendem que as formas pronominais fortes e fracas ocupam XP na estrutura sintática; ao contrário dos clíticos, que são categoria X<sup>o</sup>, estando adjacentes ao verbo. Além disso, argumentam também que os pronomes fortes só têm interpretação + humano.

Partindo dessa tipologia transcategorial de Cardinaletti & Starke (1994) - envolvendo pronome pessoal e advérbio, bem como pronome possessivo: Cardinaletti (1998) -, Castro & Costa (2003, apud PRATAS, 2004) analisam o sistema dos possessivos e advérbios no português europeu. Com base nas evidências advindas de análise dos dados, os autores propõem revisão da proposta tipológica de Cardinaletti & Stake (1994), sugerindo que os pronomes e advérbios analisados umas vezes aproximam-se de categoria XP e outras vezes de X<sup>o</sup>: quando os possessivos e os advérbios se encontram em posição pós-nominal, apresentam um comportamento típico de projeções máximas (XP); enquanto que, ao ocorrerem os possessivos e os advérbios em posição pré-verbal, distanciam-se de XP, apesar de não terem um comportamento semelhante aos clíticos. Os autores explicam, ainda, que os advérbios analisados apresentam, em posição pré-verbal, um funcionamento semelhante ao dos núcleos.

Tal situação, a que Pratas (2004) se refere como ambiguidade, foi encontrada pela autora no kabuverdianu, que, segundo ela, apresenta as três formas pronominais propostas por Cardinaletti & Starke (1994). Porém, Pratas (2004) argumenta que os pronomes fracos XP (que segundo ela também são, como os fortes, projeções máximas) no kabuverdianu aproximam-se às vezes dos clíticos X<sup>o</sup> (núcleo), por isso a autora explica que propõe chamá-los umas vezes de pronomes fracos e outras vezes de clíticos tónicos, justificando que usou o termo “clítico” pelo comportamento sintático desse pronome, e “tónicos” pela sua morfologia em relação a outros clíticos. Ao contrário desta autora, que apresenta sentenças com o verbo *kanta* (cantar) como um dos contextos em que o pronome fraco pode ocorrer, Pina (2006, apud SILVA, 2012) e Andrade (2015) defendem que o único contexto em que as formas fracas funcionam como clítico sujeito na variedade de Santiago é quando ocorrem com o verbo copulativo *ser*<sup>18</sup>; a menos que sejam seguidas pelo elemento *ki*<sup>19</sup> ou seguidas por uma das formas átonas do pronome pessoal<sup>20</sup> (ANDRADE, 2015), ou seja, seguidas por um clítico sujeito.

Observamos características semelhantes no funcionamento de algumas formas pronominais no sistema pronominal do kriol. Em determinados contextos, os pronomes fortes funcionam como os pronomes fracos, aproximando-se das projeções reduzidas; e em outros, funcionam como os clíticos, aproximando-se destes. E há pronome que apresenta as características formais e funcionais de pronomes fortes, fracos e clíticos – dependendo de contexto. Assim,

<sup>18</sup> “- So si mi e’ dodu ...” Só se eu for doida (ANDRADE, 2015).

<sup>19</sup> “Bo ki rabati-m!” Tu que me socorreste! (ANDRADE, 2015).

<sup>20</sup> “Mi N ben li...” Eu vim aqui (ANDRADE, 2015).

comporta-se como formas não-clíticas e clíticas. Por isso, chamamo-lo de pronome híbrido (que é o pronome *Eles*).

Assim, para uma divisão sintática das formas pronominais no kriol, seguindo Cardinaletti & Starke (1994), propomos duas grandes classificações: formas não clíticas, em que enquadrámos os pronomes fortes e fracos, e formas clíticas. Vale observar que decidimos considerar as formas fracas como não clíticas, pois apresentam uma redução morfológica menor que os clíticos. Para mais desenvolvimento, retomaremos esta questão mais adiante, após trazeremos abordagens sobre a diferença entre os clíticos e os não-clíticos, e sobre o sistema pronominal do kabuverdianu.

### 3.1 Os clíticos

Segundo Velupillai (2012), os clíticos pronominais são considerados como fonologicamente dependentes do radical verbal, mas sintaticamente independentes deste. De modo geral, os clíticos são uma versão reduzida de uma contraparte livre, que são os não-clíticos. Tal como Poletto e Tortora (2016) explicam, o termo clítico é usado para fazer referência a uma relativa (ou pequena) redução de morfema que depende fonológica e/ou sintaticamente de outra unidade linguística, com a qual forma algum tipo prosódico e/ou agrupamento sintático. “A principal diferença entre um clítico sujeito e um clítico objeto é que o primeiro pronominaliza um sujeito, enquanto que o último pronominaliza um objeto<sup>21</sup>” (POLETTO e TORTORA, 2016, p. 772, **tradução nossa**).

Conforme a gramática normativa, os pronomes pessoais de caso reto, isto é, os pronomes fortes (não-clíticos) são considerados como aqueles que devem ocupar a posição do sujeito (ou argumento externo do verbo); enquanto os pronomes clíticos, nomeados como pronomes de caso oblíquo, são os que devem ocupar a posição do objeto ou complemento verbal (ou seja, argumento interno do verbo). Entretanto, os clíticos pronominais podem ser afixados em lugares diferentes: antes do verbo, sendo proclíticos; depois do verbo, sendo enclíticos; no meio do verbo, sendo mesoclíticos; e dentro da raiz, endoclítico, este último é considerado uma forma

<sup>21</sup> The main difference between a subject clitic and an object clitic is that the former pronominalizes a subject, while the latter pronominalizes an object (POLETTO & TORTORA, 2016, p. 772).

extremamente rara de clítico. As línguas Udi<sup>22</sup> (de Azerbaijão) e Pashto<sup>23</sup> (de Paquistão) são as duas únicas línguas atualmente conhecidas como endoclíticas (VELUPILLAI, 2012).

### 3.2 Diferença entre os clíticos e não-clíticos

Conforme já abordamos, o termo clítico é usado para se referir a uma relativa (ou pequena) redução de morfema que depende fonológica e/ou sintaticamente de outras unidades linguísticas com as quais se forma algum tipo de agrupamento prosódico e/ou sintático. Na perspectiva da sintaxe gerativa, “os clíticos são frequentemente analisados como núcleos sintáticos independentes ou ligados a outros núcleos<sup>24</sup>” (funcionais ou lexicais) (POLETTO & TORTORA, 2016, p. 772, **tradução nossa**). Os clíticos pronominais são considerados reduções das formas consideradas plenas, nesse caso, os não-clíticos.

Tal como apresentamos, para uma sistematização dos testes de cliticização, Kayne (1975, apud PRATAS, 2004) parte de sua própria observação sobre a língua francesa, buscando averiguar o funcionamento da expressão pronominal clítica tendo em conta os seguintes contextos de impedimento - inadmissibilidade de intervenção (ou não ocorrência) de algum elemento entre o clítico e o verbo; inadmissibilidade de coordenação com outro DP; inadmissibilidade de sofrer modificação por outro elemento; inadmissibilidade de focalização contrastiva;

<sup>22</sup> Udi (Nakh-Daghestanian (Lezgif): Azerbaijão)

a. kayuzax azq'e

kayuz-ax a=z=q'-e

carta-dat receber1=1sg=receber2-aorII

‘Eu recebi a carta.’ (raíz: aq'-).

<sup>23</sup> Pashto (Indo-European (Irão): Afeganistão, Paquistão)

a. á=me=ğustə

vestir1=1sg=vestir2

‘Eu estava vestindo (isto).’ (raíz: ağust-).

<sup>24</sup> Clitics are often analysed as syntactic head, which are either independent or adjoined to other syntactic heads (POLETTO & TORTORA, 2016, p. 772).

e inadmissibilidade de ocorrência sozinha/isolada. Os pronomes não-clíticos não estão sujeitos teoricamente a nenhuma destas restrições, bem como os DPs plenos (PRATAS, 2004). Nesse sentido, qualquer expressão que tenha condicionamento ou que esteja de acordo com os impedimentos apresentados anteriormente consiste numa forma clítica.

A partir disso, em seguida realizaremos testes de cliticização sobre as expressões pronominais do kriol, procurando identificar os pronomes clíticos e os não-clíticos. Para identificarmos a natureza clítica dos pronomes no kriol, realizaremos testes de cliticização. Tais testes são relevantes para entendermos a multifuncionalidade de clíticos no kriol, sendo que alguns deles podem funcionar tanto como clíticos quanto como não-clíticos nas sentenças. Primeiro, retomaremos os testes de cliticização realizados por Pratas (2004) sobre as expressões pronominais do kabuverdianu.

### 3.3 Testes de cliticização no kabuverdianu

Conforme já foi apresentado, Pratas (2004) propõe a seguinte classificação para o sistema pronominal do kabuverdianu: uma classe de pronomes fortes (XP), uma classe de pronomes fracos (XP), que se aproxima de clíticos em certos contextos, por isso, a autora argumenta que às vezes chama esse pronome de fraco, e outras vezes de clítico tônico. Ela justifica utilizar o termo “clítico” pelo comportamento sintático desse pronome, e “tônico” pela morfologia que apresenta em relação aos outros clíticos; por fim, a pesquisadora apresenta a terceira classe de pronomes, que é a classe dos clíticos átonos. Ao contrário de Pratas (2004), que admite a ocorrência do pronome fraco como sujeito antes de verbos como *kanta* (cantar), Pina (2006, *apud* SILVA, 2012) e Andrade (2015) defendem que esta forma pronominal, na variedade de Santiago, somente pode funcionar como clítico sujeito quando ocorre com o verbo copulativo *ser*; a não ser que seja seguida pelo elemento *ki* ou por uma das formas átonas do pronome pessoal (ANDRADE, 2015).

Silva (2012) e Andrade (2015) dividem o sistema pronominal do kabuverdianu em formas tónicas e formas átonas, que seria também, respectivamente, formas não-clíticas e formas clíticas (PINA, 2006, *apud* SILVA, 2012). Adotaremos no presente trabalho esta proposta de classificação para o sistema pronominal do kabuverdianu.



Estes são alguns dos dados apresentados pela autora para demonstrar um comportamento similar entre as formas clíticas (4.c), as não-clíticas (pronomes fortes – 4.c e pronomes fracos – 4.e), bem como o DP pleno (4.d).

### Posição de objeto

Diferentemente do que se verificou na posição do sujeito, na de objeto os resultados do teste mostram uma distinção entre as formas clíticas e as não-clíticas, devido a restrições entre o clítico objeto e o verbo, ligadas à natureza morfossintática de advérbios: sendo que as formas adverbiais simples (como o advérbio *so*) podem ocorrer entre um verbo e um objeto somente quando este se encontrar em forma de pronome não-clítico ou de DP (PRATAS, 2004).

(5)

a.	Djon	odja	-1	/	Djon	ta	odjaba	el	
	DP	TMAØ	ver		OCLT	DP	TMA	verTMA	Não-CLT
	O João viu-o			/	O João via-o				
b.	* Djon		odja		so		1		
	DP-pl	TMAØ	ver		adv.		OCLT		
	O João viu só OCLT								
c.	Djon	ta	odjaba		so		el		
	DP-pl	TMA	verTMA		adv.		Não-CLT		
	O João via só ONão-CLT								
d.	Djon		odja		so		Pedru		
	DP-pl	TMAØ	ver		adv.		DP-pl		
	O João viu só o Pedro								

Nestes exemplos, observa-se que, ao contrário das formas clíticas (5.b), a forma não clítica (5.c) e o DP pleno (5.d) admitem a ocorrência de uma forma adverbial simples entre eles e o verbo.

### c. Inadmissibilidade de coordenação de um clítico com outro DP

#### Posição de sujeito

Neste teste de cliticização, observa-se que os clíticos apresentam uma restrição tanto na posição de sujeito (6.c e 6.d) quanto na de objeto (7.c) (PRATAS, 2004); e os pronomes fortes também não ocorrem na posição de objeto (7.d) (ANDRADE, 2015), diferentemente dos pronomes fracos, que ocorrem como sujeito (6.a; 6.b) e como objeto (7.a; 7.b) (PRATAS, 2004).

(6)

a. Mi ku Maria, nu ta bai beiramar

Eu e a Maria vamos à beira praia

b. Maria ku mi, nu ta bai beiramar

A Maria e eu vamos à praia

c. \*N ku Maria, nu ta bai beiramar

d. \*Maria ku N, nu ta bai beiramar.

#### Posição de objeto

(7)

a. Djon odja mi ku Maria

b. Djon odja Maria ku mi

c. \* Djon odja Maria ku N

d. \*E' ta ba ku ami... (Andrade, 2015).

Nestes dados, verifica-se que o pronome clítico não se pode coordenar com o DP quer na posição de sujeito (6.c e 6.d), quer na posição do objeto (7.c). Além disso, os dados

mostram a possibilidade de os pronomes fracos serem coordenados com o DP e deste com os pronomes fortes, ou seja, podendo ocorrer tanto antes da conjunção (*ku*) (7.a), quanto depois desta (7.b). Na variedade de Santiago, não se admitem as preposições *ku* (com / e), *pa* (para), *na* (em ou na/no) e *di* (de) antes do pronome forte (não-clítico), conforme observamos em (7.d), “porque a vogal inicial *a* é uma preposição, por isso, ela não pode ser precedida de uma outra preposição” (BAPTISTA, 2002, apud ANDRADE, 2015, p. 254). Andrade (2015) defende que os pronomes tónicos (fortes e fracos) são variantes de um mesmo pronome, mas desempenham funções diferentes, apresentando comportamento similar na posição de sujeito, e comportamento diferente na posição de objeto, na qual somente o pronome fraco pode ocorrer; pois o primeiro torna-se agramatical neste contexto.

#### d. Não modificação de um clítico por outro elemento

Este teste é aplicado tanto aos clíticos quanto aos pronomes não-clíticos, que são modificados no kabuverdianu neste contexto em análise. De acordo com os dados, os pronomes clíticos tornam-se agramaticais ao serem modificados por um outro elemento (8.a), diferentemente dos fracos (não-clíticos) (8.b) (PRATAS, 2004).

(8)

a. \*Nu dos ta ganha txeu dinheru

Nós dois ganhamos muito dinheiro

b. El *so* ta ganha txeu dineru

Ele sozinho ganha muito dinheiro

#### e. Impossibilidade de focalização de um clítico

##### Posição de sujeito

A focalização do pronome, no kabuverdianu, é possível somente com pronomes fortes (seguidos de pronomes clíticos, no contexto de redobro pronominal – (9.c)) ou com um DP pleno (9.d) (PRATAS, 2004). Vale dizer, porém, que os pronomes fracos podem ser focalizados quando ocorrerem com o elemento (*ki*) – 9.e - (ANDRADE, 2015).

(9)

- a. Kenhi ki ganha txeu dinheru?  
Quem ganha muito dinheiro?
- b. \*E ganha txeu dinheru
- c. Ael, e ganha txeu dinheru  
Ele ganha muito dinheiro
- d. Pedru ganha txeu dinheru  
O Pedro ganha muiti dinheiro
- e. Bo ki rabati-m!  
Tu que me socorreste! (Andrade, 2015)

**f. Um clítico não pode ocorrer sozinho**

No kabuverdianu, os clíticos não podem ocorrer isoladamente numa sentença (10.a); e os pronomes fortes (10.d) e o DP (10.e) ocorrem nesse contexto (PRATAS, 2004); enquanto que, em relação aos pronomes fracos, segundo Pratas (2004), alguns informantes consideram-nos possíveis de ocorrer sozinho (10.c) e outros não (10.b).

(10)

Kenhi ki ta ganha txeu dinheru?

Quem ganha muito dinheiro?

a. \*N

CLT

b. \*Mi

Não-CLT

c. Mi

Não-CLT

d. Ami

Não-CLT

e. Pedru

DP-pl

### 3.4 A posição dos clíticos sujeito e objeto no kabuverdianu

No kabuverdianu, há uma semelhança morfológica entre as formas pronominais clíticas, assim como é o caso também do kriol.

No kabuverdianu, os clíticos sujeitos (11.a) e clíticos objetos (11.b) ocorrem em posições diferentes, aqueles na posição de sujeito e estes na de objeto (ANDRADE, 2015). “Os próprios termos ‘proclítico’ e ‘enclítico’ indicam que, foneticamente, todas as formas proclíticas são ‘explosivas’ (i. e.: a sua perceptibilidade aumenta no decurso da sua realização) e todas as enclíticas ‘implosivas’ (i. e.: a sua perceptibilidade diminui no decurso da sua realização)” (ANDRADE, 2015, p. 238).

(11)

a. N ta ba manhan.

Vou amanhã.

b. Kusé ki bu kré pa N dá-bu?..

O que é que queres para te dar?..

As formas clíticas que desempenham a função do sujeito precedem sempre o verbo, tanto nas sentenças simples (12.a) quanto nas sentenças complexas (12.b) (salvo com as formas *e* e *era* do verbo copulativo, em que tais formas não ocorrem); bem como com as partículas verbais (11.a - acima) e com a negação (12.c e 12.d) (ANDRADE, 2015).

(12)

a. N ten es poder.

Tenho este poder.

b. Nton, ben odja rikéza ki N tene li...

Então, vem ver a riqueza que tenho aqui...

c. N ka ta da!  
 Não lho darei!

d. Ka bu djobe!  
 Não vejas!

No que diz respeito aos clíticos objetos direto e indireto no kabuverdianu, segundo Pratas (2004), as diferenças morfossintáticas encontradas estão ligadas à posição dos marcadores verbais de tempo, modo e aspecto (TMA). A autora argumenta que o marcador do passado imperfeito “ba”, que ocorre na posição pós-verbal, contribui para a realização de um ou de outro clítico. Por exemplo, na ausência deste marcador (ou TMA nulo, que corresponde ao pretérito perfeito), ocorre de forma preferencial o clítico átono (13.a e 13.b), e a presença do marcador exige a realização das formas pronominais fracas (que seriam também clíticos tónicos nos termos da autora) (13.c). Tais razões estariam relacionadas à natureza morfossintática do morfema “ba” ou às propriedades estruturais do verbo (com a determinação da posição pós-clítica como a única possível) (BAPTISTA, 1997, *apud* PRATAS, 2004).

(13)

- a. E odja-l  
 Ele viu-o
- b. E fla-l  
 Ele disse-lhe
- c. E odjaba el  
 Ele via-o
- d. \*E odjaba-l  
 Ele via-o.

### 3.5 Objeto preposicionado no kabuverdianu: Pronome fraco

O pronome fraco pode ocorrer tanto como sujeito (14.a), quanto como objeto (14.b). Além disso, admite a possibilidade de redobro ocorrendo com o pronome forte (14.c). Em seguida, podemos verificar esses dados com base em Andrade (2015).

(14)

a. Papá, mi ki ta purguntá-u pa el...

Papá, eu que te pergunto por ele...

b. E' ta ba ku mi...

Ela vai comigo...

c. Mi N ben li...

Eu vim aqui...

d. N ka pa bo, bu ka pa mi

não sou para ti, não és para mim!

e. Pa mi, so m'e dja skóla!...

Para mim, basta que seja uma escola!...

O kabuverdianu, assim como o kriol, permite a deslocação do objeto em sintagma preposicionado (PP) da posição pós-verbal (14.d) para pré-verbal (14.e).

### Quadro 1

#### Expressões pronominais do kabuverdianu

Número e pessoa gramaticais	Formas Não-clíticas		Formas clíticas	
	Pronome forte	Pronome fraco	Clítico sujeito	Clítico objeto
1ª sing.	ami	mi	N	-m
2ª sing. (informal)	abo	bo	bu	-u/-bu
2ª sing. (formal, masc.)	anho	nho	nhu	-nho
2ª sing. (formal, fem.)	anha	nha	nha	.nha
3ª sing. (fem. e masc.)	ael	el	e/el	-l
1ª pl.	anos	nos	nu	-nu
2ª pl.	anhos	nhos	nhos	-nhos
3ª pl.	aes	es	es	-s

Adaptado de Silva (2012) e Andrade (2015).

No quadro acima apresentado, temos a distribuição das formas pronominais em quatro colunas, nas duas primeiras colunas, encontram-se as não-clíticas (divididas em pronomes fortes e fracos); e, na terceira e quarta colunas, estão as formas clíticas, respectivamente, de sujeito e objeto. No kabuverdianu, tanto as formas fortes quanto as formas fracas (em determinados contextos) podem funcionar como sujeito, e estas últimas ocorrem geralmente como objeto. Por fim, nas últimas colunas, estão os clíticos que ocorrem na posição proclítica, funcionando como sujeito; e os que ocorrem na posição enclítica, funcionando como objeto. Na segunda pessoa de singular, esta língua faz a distinção do gênero gramatical e do tratamento cortês/formal e informal, conforme apresentado em seguida: 2ª pessoa informal: *abo, bo, bu, -(b)u*; formal: *anho, nho, nhu, anha, nha, nha*, (PRATAS, 2004; SILVA, 2012; ANDRADE, 2015).

Em seguida, realizaremos testes de cliticização propostos por Kayne (1975) sobre o kriol. Vale lembrar que, dentre as restrições sintáticas das formas pronominais clíticas, tem-se: inadmissibilidade de intervenção (ou não ocorrência) de algum elemento entre o clítico e o verbo; inadmissibilidade de coordenação do clítico com outro DP; inadmissibilidade de ser modificado por outro elemento; inadmissibilidade de focalização contrastiva; e inadmissibilidade de ocorrência sozinha/isolada.

### **3.6 Testes de cliticização no kriol**

#### **a. Inadmissibilidade de intervenção de algum elemento entre um clítico e verbo**

##### **Posição de sujeito**

Vale destacar que no kriol verifica-se que existe coincidência entre as formas clíticas e não-clíticas no que toca a essa regra. Porém, para os DPs plenos, tal regra acima mencionada não se aplica.

(15)

a.	Anos	senpri		no		tarbadja
	Não-CLT/1ppl	adv.		SCLT/1ppl	TMA Ø	trabalhar
	Nós sempre trabalhamos					
b.	*Abo	(/) Bu		senpri		tarbadja
	Não-CL/1ps	SCLT/2ps		adv.	TMA Ø	trabalhar
	Tu sempre trabalhaste					
c.	*I	senpri				tarbadja
	SCLT/3ps	adv.		TMA Ø		trabalhar
	Ele sempre trabalhou					
d.	*E	ka	senpri			tarbadja
	SCLT/3ppl	N	adv.		TMA Ø	trabalhar
	Eles sempre não trabalharam					
e.	Fanta	senpri				tarbadja
	DP-pl	adv.		TMA Ø		trabalhar
	A Fanta sempre trabalhou					

Podemos perceber nessas sentenças que os pronomes clíticos, assim como os não-clíticos não aceitam a ocorrência de advérbio entre eles e o verbo (cf. 15.b, 15.c e 15.d), o que acontece também com os não clíticos (pronomes fortes) em (15.b); a sentença em (15.a) é gramatical, pois o advérbio ocorre entre o pronome forte e o pronome clítico, encontrando-se numa posição em que normalmente pode ocorrer na posição pré-verbal, isto é, entre uma forma forte e clítica. Por outro lado, os DPs plenos podem ocorrer com o advérbio. Ou seja, no kriol, é possível a intervenção do advérbio entre o DP pleno e o verbo (15.e).

### Posição de objeto

Em relação aos clíticos na posição de objeto direto e/ou indireto, também é impossível no crioulo a ocorrência de uma expressão adverbial entre o verbo e essas formas pronominais, assim como entre o verbo e os pronomes fracos. Contudo, essa restrição não se aplica quando o objeto é realizado por meio de uma forma pronominal forte ou DP.

Apresentaremos exemplos de sentenças em pretérito perfeito, pretérito imperfeito e futuro acompanhadas de clíticos.

(16)

a. ? Ntoni    na    bai    tchoma    so/son / tudu dia    ami  
 DP -pl    TMA    ir    chamar    adv. / loc.adv.    Não-CLT/1ps

O António irá chamar-me/ O António chamar-me-ia todo dia

b. Ntoni    ta    tchoma    l    ba  
 DP-pl    TMA    chamar    OCLT/3ps    TMA

O António chamava-o

c. \*Ntoni       tchoma    so/son    l  
 Dp-pl    TMA Ø    chamar    adv.    OCLT/3ps

O António só lhe chamou

d. \*Ntoni    na    bai    tchoma    tudu dia    u  
 DP-pl    TMA    ir    chamar    loc.adv.    OCLT/2ps

O António irá chamar-te todo dia/ O António chamar-te-ei todo dia

e. \*I       tchoma    so/son / tudu dia    mi  
 SCLT/3ps    TMAØ    chamar    adv. / loc.adv.    Não-CLT/1ps

Ele chamou so / todo dia a mim

f. I    ta    tchoma    so/son / tudu dia    Binta  
 SCLT/3ps    TMA    chmara    adv. / loc.adv.    DP

Ele chama só / todo dia a Binta

Através dessas sentenças, podemos perceber que, ao contrário dos pronomes fortes (16.a) e do DP (16.f), os clíticos objetos não admitem a presença de nenhum elemento entre eles e o verbo; por isso, as sentenças em 16.c e 16.d tornaram-se agramaticais, tanto com as formas adverbiais consideradas muito simples, conforme o caso de *son* ou *so* (só em português), quanto com as formas adverbiais consideradas complexas, por exemplo, *tudu dia* (todos os dias). Assim, a natureza morfossintática de advérbios não viola esse princípio com as formas clíticas (PRATAS, 2004). Usamos os pontos de interrogação antes da sentença que está com o pronome forte para indicar que ela não parece estranha, embora dificilmente ser usada, diferentemente das sentenças que estão com os pronomes fracos.

Seguimos então para a segunda regra proposta por Kayne (1975) para identificação dos clíticos, segundo a qual não se pode coordenar um clítico com outro DP.

### **b. Inadmissibilidade de coordenação de um clítico com outro DP**

De fato, com este teste, constatamos que no kriol um clítico não pode ser coordenado com outro DP na posição de sujeito, devido à própria natureza desses clíticos, que não podem ocorrer sozinhos (questão a ser desenvolvida adiante); os pronomes fracos também não admitem ser coordenados nesta posição. Apenas os pronomes fortes podem aceitar ser coordenados com outro DP. No entanto, na posição de objeto, é possível a coordenação de um clítico com outro DP (exemplo 18).

#### **Posição de sujeito**

(17)

a. * N	ku <sup>25</sup>	Malam,	no	na	djuga	bola
SCLT/1ps	Conj.	DP-pl	SCLT/1ppl	TMA	jogar	DP

<sup>25</sup> Vale observar que essa forma dependente *ku/ki* pode ocorrer tanto como conjunção “e”, quanto como preposição ou pronome relativo – a depender do contexto; por exemplo, *istoria de Lubu ku/ki Lebri* (história de Lobo e Lebre); *I na bai ku bo* (ele vai com você); *ami ku/ki na lei* (Eu que estou a ler).

Eu e o Malam estamos a jogar a bola

b. \*I            ku        Malam,        e            na        djuga        Bola  
                  SCLT/3ps   Conj.    DP pl        SCLT/3ppl   TMA        jogar        DP

Ele e o Malam estão a jogar a bola

c. Ami            ku        Malam,        no            na        djuga        Bola  
                  Não-CL/1ps   Conj.    DP-pl        SCLT1ppl   TMA        jogar        DP

Eu e o Malam estamos a jogar a bola

d. El            ku        Malam,        e            na        djuga        Bola  
                  Não-CL/3ps   Conj.    DP-pl        SCLT/3ppl   TMA        jogar        DP

Ele e o Malam estão a jogar a bola

e. \*mi        ku        Fernando,    no            na        lei  
                  Não-CLT   prep.    DP-Pl        SCLT/1ps   TMA        ler

Assim, os resultados do nosso teste confirmam a impossibilidade de coordenação de um pronome clítico com DP (17.a e 17.b) e de um pronome fraco (17.e); sendo possíveis sentenças gramaticais somente as que têm os pronomes fortes, tal como observamos em (17.c e 17.d).

### Posição de objeto

(18)

a. Luiza                    tchoma    n            ku        Buba  
                  DP-pl    TMA Ø    chamar    OCLT/1ps   prep.    DP-pl

A Luiza chamou-me e/com o Buba

b. *Luiza	tchoma	Buba	ku	u		
DP-pl	TMAØ	chamar	DP-pl	prep.	OCLT/2ps	
A Luiza chamou o Buba contigo						
c. Fenda	tchoma	Mariama	ku	mi	/ Buba	
DP-pl	TMAØ	chamar	DP-pl	prep.	Não-CLT1ps	DP
A Fenda chamou a Mariama e eu / comigo /e Buba						
d.? Fenda	tchoma	Mariama	ku	ami		
DP-pl	TMAØ	chamar	DP-pl	prep.	Não-CLT1ps	

Com esses exemplos, procuramos demonstrar que na posição de objeto é possível a coordenação de um clítico (quando estiver junto do verbo) com um DP (18.a); mas quando o clítico estiver um pouco afastado do verbo ocorrendo entre ele e o verbo um DP (18.b) a sentença torna-se agramatical. Por outro lado, os pronomes fracos podem ser coordenados com um DP (18.c), este pronome normalmente ocorre nessa posição. Em 18.d, observamos a ocorrência de pronome forte na posição de objeto preposicionado, o que, embora não causasse muita estranheza, seria raro.

A terceira regra sobre o teste de cliticização proposta por Kayne (1975) diz respeito ao fato de que um clítico não poder ser modificado por outro elemento.

### c. Não modificação de um clítico por outro elemento

No kriol, essa regra aplica-se não somente para os pronomes clíticos, mas também para os não-clíticos, pois ambos não admitem nenhuma modificação de uma expressão com valor de modificador, por exemplo, adjetivo *son* (so), advérbio *tchuu* ou *manga di* (muito) ou ainda por um numeral, como exemplo, *dus*. Entretanto, em alguns contextos, com o modificador *tchuu*, é possível a modificação do não-clítico e/ou do clítico, e de toda sentença, que ganha outro sentido (19.d).

a. *Abo	son/so		sumia	mancarra	tchiu <sup>26</sup>
Não-CLT/1ps	adj.	TMAØ	semear	DP	adv.
Tu semeaste sozinho muito amendoim					
b. *No	dus		sumia	manga di	mancarra
SCLT/1ppl	num.	TMAØ	semear	adv.	DP
Nós dois semeamos muito amendoim					
c. * I	son/so		sumia	mancarra	tchiu
SCLT/3ps	adv.	TMAØ	semear	DP	adv.
Ele sozinho semeou muito amendoim					
d. Abo	bu	tchiu		sumia	mancarra
Não-CLT/2ppl	SCLT/2ps	adv.	TMAØ	semear	DP
Tu/você semea com frequência (ou gosta de semear) amendoim					

Assim, observamos que a agramaticalidade das sentenças de (19.b a 19.c) confirmam que um clítico não pode ser modificado, assim como um pronome forte (não-clítico) (19.a). No entanto, o advérbio *tchiu* pode modificar os pronomes fortes (não-clíticos) e os clíticos, que admitem tal possibilidade com esse elemento linguístico, junto com toda a sentença (em 19.d), que passa a ter a semântica de uma ação que se realiza com frequência ou habitualmente.

Em seguida, a próxima regra diz respeito à não focalização de um clítico.

#### e. Impossibilidade de focalização de um clítico

<sup>26</sup> Esta sentença é gramatical no sentido de “Tu semeias (ou gostas de semear) muito amendoim”.

Curiosamente, no kriol essa regra não se aplica, pois os pronomes clíticos podem ser focalizados, quando não são seguidos do pronome relativo (ku/ki).

(20)

Kim                    ku                                    sumia      mancara    tchiu?

P. inter              p.rel              TMAØ      semear      DP              adv.

Quem semeou muito amendoim?

a. Ami                n                                        sumia      mancara    tchiu

Não-CLT1ps   SCLT1ps      TMA Ø      semear      DP              adv.

Eu semeei muito amendoim

b. Ami                ku                                        sumia      mancara    tchiu

Não-CLT/1ps   p.rel              TMAØ      semear      DP              adv.

Fui eu que semeei muito amendoim

c. I                                            sumia      mancara    tchiu

SCLT/3ps        TMAØ      semear      DP              adv.

Ele semeou muito amendoim

d. \*I                    ku                                        sumia      mancara    tchiu

SCLT/3ps        p.rel.              TMAØ      semear      DP              adv.

Ele semeou muito amendoim

e. Braima                                    sumia      mancara    tchiu

DP-pl              TMAØ      semear      DP              adv.

O Braima semeou muito amendoim

Com esses dados, podemos perceber que no kriol admite-se a focalização do clítico (20.c), que, nesse contexto, tem o mesmo comportamento que um pronome forte (não-clítico) (20.a e 20.b) ou um DP pleno (20.e); e é possível o redobro de pronome (forte e clítico), tal como vimos em (20.a). No entanto, a sentença torna-se agramatical quando o clítico é seguido do pronome relativo (ki/ku), conforme verificamos em (20.d).

#### **f. Inadmissibilidade de um clítico ocorrer sozinho**

No kriol, um clítico não ocorre sozinho (21.a 21.b e 21.c); e em relação aos não-clíticos, os pronomes fracos (21.b) também não podem ocorrer isoladamente, apenas os pronomes fortes (21.d) e os DP's plenos (21.e) podem ocorrer sozinhos.

(21)

Kim ku durmi tchiu?

Quem dormiu muito?

a. \*N

CLT1ps

Eu

b. \*Mi / \*Nos

Não-CLT1ps/3ppl

c. \*I

CLT3ps

Ele

d. Ami

Não-CLT1ps

Eu

e. Braima

DP-PI

O Braima

Com aplicação dos testes de cliticização propostos por Kayne (1975, apud PRATAS, 2004) para averiguar as formas pronominais que funcionariam como clíticas ou não-clíticas, podemos perceber que, no kriol, em alguns contextos os clíticos apresentam o mesmo comportamento dos não-clíticos (15.b, 15.c e 15.d; 17.a, 17.b e 17.e; 19.a, 19.b e 19.c; 20.a e 20.c), dos DPs (20.e) e em outros não (21). Além disso, é interessante também observar que os nossos dados mostram que não seria estranha a ocorrência do pronome forte (não clíticos) como objeto (16.a e 18.d), podendo ser modificado por um advérbio (16.a).

Em seguida, vamos tratar sobre a posição dos clíticos sujeitos e objetos no kriol.

### **3.7 A posição dos clíticos sujeito e objeto no kriol**

Muitas vezes, assume-se que o clítico objeto é rigidamente ordenado na base específica de uma língua. Contudo, levando em consideração principalmente algumas línguas românicas, Pescarini (2016, p. 753) defende que “a ordenação dos clíticos não é tão rígida, tendo em conta que as línguas podem passar de um padrão de ordenação a outro<sup>27</sup>”. Entretanto, embora concordemos com a ideia de que é algo que está sujeito à mudança, o kriol, assim como o kabuverdianu, parece apresentar uma estrutura rígida de ordenação em relação aos clíticos, que apresentam exclusivamente a posição proclítica, para os clíticos sujeitos; e enclítica, para os clíticos objetos. Destacamos que é possível a co-ocorrência das formas não clítica e clítica, ou seja, o redobro pronominal numa mesma sentença. Podemos demonstrar com exemplos os diferentes contextos sintáticos em que tais formas pronominais podem ocorrer.

<sup>27</sup> “clitic ordering is not so rigid, as languages may move from one ordering pattern to another” (PESCARINI, 2016, p. 753).

(23)

Elis e na lei

Não-CLT1ps SCLT TMA Ler

Eles estão a ler / Eles leem

b. Nha mame kunpra n ropa

P.poss. DP TMA Ø comprar OCLT1ps DP

A minha mãe comprou-me roupa

c. Guiné-Bissau da no manga di riqueza

DP TMA Ø dar OCLT1ppl adv. prep. adj.

A Guiné-Bissau deu-nos muita riqueza.

d. Bu ka manda elis imcumenda

SCT/2ps N mandar OCLT3ppl DP

Tu não lhes mandaste a encomenda

e. Ka bu tchora

N SCLT2ps TMA Ø chorar

Não chore

Com esses exemplos, procuramos demonstrar os contextos de ocorrência das formas pronominais clíticas no kriol. Na alínea “a”, temos redobro de pronomes (com a ocorrência de pronome não clítico (Elis) e de pronome clítico (E)) na posição de sujeito. Na alínea “b” e “c”, ocorrem os clíticos (N) e (No), respectivamente, na posição de objeto indireto. E na alínea “d” e “e”, temos o clítico (Bu) como sujeito. Diferentemente dos pronomes clíticos, os pronomes fortes (23.a) somente têm interpretação + humano. Observando todos os dados, dá para perceber claramente o uso proclítico (do clítico sujeito), ocorrendo antes dos marcadores de TMA (23.a) e da negação (23.d), salvo em sentenças imperativas (23.e), em que a negação precede o clítico; e quanto ao clítico objeto, verificamos apenas o uso enclítico (23.b e 23.c).

(24)

a. Bu/u      na              skirbi

SCLT2ps   TMA            escrever

Tu estás a escrever/Tu escreves

b. N                              tchoma              u

SCLT3ps   TMAØ            chamar              OCLT2ps

Eu chamei-te

c. I                              tene                  l/elis                  na                  kasa

SCLT3ps   TMA Ø                              OCLT3ps/3ppl   prep.          DP

Ele tem-no/nos em casa

d. Conta    n                  ami                  /    nu

Contar      OCLT1ps   Não-CLT1ps /   OCLT1ppl          Não-CLT1ppl

Conte-me / conte-nos

Nessas sentenças, podemos perceber que temos Bu/u como sujeito clítico (em “24.a”); e N como sujeito clítico, U como objeto direto (em “24.b”). Na fala espontânea, a consoante B do clítico Bu tende a cair para dar lugar a U. Por outro lado, em “24.c”, o clítico I ocorre como sujeito, e os clíticos l/elis como objeto direto. E na alínea “d”, além da presença de N como objeto indireto, verificamos a possibilidade de os pronomes fortes ocorrerem como objeto num contexto de redobro pronominal. Dá para perceber que em certos contextos os mesmos clíticos podem desempenhar a função de sujeito e de objeto, apresentando, assim, um comportamento multifuncional.

### 3.8 Objeto preposicionado no kriol: pronomes fracos

Os pronomes fracos ocorrem como objeto preposicionado, geralmente com as preposições *pa* (para), *ku* (com), *entri* (entre). Vale destacar que, com a preposição *pa*, ocorre a inserção de uma consoante (epêntese consonantal – destacada em negrito) nas terceiras pessoas de singular e plural de pronomes fracos (25.d e 25.e), diferentemente de outras preposições.

(25)

a. Nha ermon sta ku mi na kasa

Meu irmão está comigo em casa

b. E badja ku el / ku el e badja

Eles(as) dançaram com ele/ela / com ele(a) dançaram

c. Nada ka ten entri (a)mi ku bo / entri (a)mi ku bo nada ka ten

Não há nada entre mim e você / entre mim e você não há nada

d. Gardisi pa rel / pa rel gardisi

Agradeça por ele / faça súplica para ele / Para ele agradeça/faça súplica

e. Ropa kumpradu pa relis / pa relis ku ropa kumpradu

As roupas foram compradas para eles / Para eles é que as roupas foram compradas

Assim, vimos que os objetos preposicionados, ao contrário de objetos clíticos, podem admitir a deslocação de uma posição (pós-verbal) para outra (pré-verbal) na estrutura sintática, por conta da preposição (constituindo-se um PP), com a qual se movem. Verificamos que os pronomes fortes podem ocorrer também na alínea “c”, funcionando-se, assim, como pronome fraco. Em relação ao fenômeno de epêntese consonantal (inserção de consoante **r**) depois da preposição *pa* (para), pode ser explicado como derivado etimologicamente de forma “para ele” ou “para eles” do português, resultando no kriol respectivamente na forma reduzida *pa rel / pa relis*.

Abaixo, apresentamos uma tabela com as formas pronominais que acabamos de analisar: as não-clíticas e as clíticas.

## Quadro 2

### Expressões pronominais no kriol

Número e pessoa	Formas Não-Clíticas		Formas Clíticas	
	Pronome Forte	Pronome Fraco	<i>Clítico Sujeito</i> (Próclise)	<i>Clítico objeto direto/indireto</i> (Ênclise)
	/ <i>Sujeito</i> (Próclise)	/ <i>Objeto preposicionado</i> (Ênclise)		
1 <sup>a</sup> sg	Ami	Mi	N	N
2 <sup>a</sup> sg	Abo	Bo	Bu / u	U
3 <sup>a</sup> sg	El	El	I	L
1 <sup>a</sup> pl	Anos	Nos	No	No
2 <sup>a</sup> pl	Abos	Bos	Bo	Bos
3 <sup>a</sup> pl	Elis	Elis	E	Elis

Nas duas primeiras colunas, temos as formas não-clíticas (pronomes fortes e fracos), tendo, por um lado, os pronomes fortes como os que ocupam a posição de sujeito; e podem ocupar a posição de objeto no contexto de redobro pronominal (cf. 24.d); embora raramente, em alguns contextos possam ocupar a posição de objeto sem haver o redobro pronominal (16.a e 18.d). Por outro lado, encontram-se os pronomes fracos, que ocorrem como objetos preposicionados. E nas duas últimas colunas, temos as formas clíticas, que podem ocorrer como sujeito ou objeto, a depender do contexto. Chamamos a forma pronominal *Elis* de híbrida, por ocorrer como forma não-clítica e clítica, podendo, portanto, desempenhar as funções de sujeito e de objetos (direto, indireto e preposicionado).

Os pronomes fortes e fracos são tónicos, assim como os clíticos sujeitos (salvo o clítico da primeira pessoa, que seria átono e nasalizado), ao contrário dos clíticos objetos, que são todos átonos.

Comparando o kabuverdianu e o kriol em termos do sistema pronominal, considerando o que vimos até aqui, podemos verificar semelhanças e diferenças nas duas línguas. Embora elas apresentem um sistema pronominal semelhante: com os pronomes não-clíticos (fortes e fracos) e os clíticos fazendo parte do paradigma pronominal, pode-se perceber

diferença na realização desses pronomes. No kabuverdianu, os pronomes fortes e fracos podem funcionar como sujeito; este último (pronome fraco) funcionando como sujeito em contextos restritos, ocorrendo geralmente como objeto preposicionado. Por seu lado, no kriol, os pronomes fortes funcionam como sujeito, e em certos contextos funcionam como objeto; os pronomes fracos somente funcionam como objeto preposicionado.

Em relação aos clíticos, tanto no kriol quanto no kabuverdianu os clíticos sujeitos ocorrem na posição pré-verbal; e os objetos na posição pós-verbal.

Sobre os testes de cliticização, constatamos comportamentos similar e diferente entre os clíticos e os não-clíticos nas duas línguas em certos contextos. No kriol, na posição de sujeito, existe coincidência entre as formas clíticas e não-clíticas no que se refere à não intervenção de algum elemento entre o verbo e as formas pronominais. E na posição de objeto, também é impossível nessa língua a ocorrência de algum elemento entre o verbo e os clíticos, assim como entre o verbo e os pronomes fracos. Entretanto, essa restrição não se aplica quando o objeto é realizado por meio de pronome forte ou DP. Em relação à impossibilidade de coordenação de um clítico com outro DP, isso é válido somente aos clíticos na posição de sujeito, pois na posição de objeto um clítico pode ser coordenado com outro DP. Também no kriol, tanto os pronomes clíticos, quanto os não-clíticos (pronomes fortes e fracos) não admitem nenhuma modificação de uma expressão com valor de modificador, por exemplo, adjetivo *son* (so), advérbio *tchuu* ou *manga di* (muito) ou ainda por um numeral, como exemplo, *dus*. Entretanto, em alguns contextos, com o modificador *tchuu*, é possível a modificação do não-clítico e/ou do clítico, e de toda sentença, que passa a ganhar outro sentido (19.d). Sobre a focalização dos clíticos, no kriol essa regra não se aplica, pois os pronomes clíticos podem ser focalizados; entretanto, eles não podem ocorrer isoladamente ou sozinho.

De forma semelhante, há também no kabuverdianu um comportamento similar, em determinados contextos, entre os clíticos e os não-clíticos. Tanto as formas clíticas (4.c), as não-clíticas (pronomes fortes 4.c e pronomes fracos 4.e), quanto o DP pleno (4.d) não admitem a intervenção de algum elemento linguístico entre eles e o verbo. Sobre a não coordenação do clítico com outro DP, observa-se que os clíticos não podem ser coordenados quer na posição de sujeito (6.c e 6.d) quer na de objeto (7.c); e os pronomes fortes também não são coordenados, eles, aliás, não ocorrem na posição de objeto (7.d) (ANDRADE, 2015), diferentemente dos pronomes fracos (6.a e 6.b; 7.a e 7.b) (PRATAS, 2004; ANDRADE, 2015), que podem ser coordenados com o DP, e este com os pronomes fracos; ou seja, os pronomes fracos podem

ocorrer tanto antes da conjunção (*ku*) (6.a e 7.a), quanto depois desta (6.b e 7.b). Por seu lado, como demonstrado, no kriol, admite-se a possibilidade de ocorrência do pronome forte como objeto no contexto de redobro pronominal, e este pronome não parece estranho quando ocorrer antes da conjunção, ao contrário do kabuverdianu.

Assim como os clíticos, que não podem ocorrer isoladamente numa sentença (10.a), no kabuverdianu, contudo, parece haver a possibilidade de os pronomes fracos ocorrerem sozinho (10.c) (PRATAS, 2004), ao contrário do kriol.

## CAPÍTULO IV.

### O PREENCHIMENTO DA POSIÇÃO DO SUJEITO NO KRIOL E KABUVERDIANU

O parâmetro de sujeito nulo ou pro-drop tem a ver com a não realização fonética do sujeito, ou seja, o não preenchimento da posição do sujeito (conhecido como sujeito nulo/oculto). Na teoria de princípios e parâmetros, Chomsky (1981) defende a tese de que as línguas compartilham propriedades gramaticais, devido a princípios inatos; e a realização desses princípios, entretanto, depende de cada língua. Assim, sobre o parâmetro do sujeito nulo, o autor assume que todas as línguas têm a categoria gramatical sujeito (princípios), cuja realização seria obrigatória em algumas línguas; e em outras não (parâmetros).

Segundo Donati (2008), nas línguas como o italiano, o português europeu ou o árabe, o sujeito pode ser sempre subentendido: são as denominadas línguas de sujeito nulo; e, nas línguas como o inglês ou o francês, o sujeito nunca é omitido: são as chamadas línguas de sujeito não nulo ou sujeito obrigatório.

A autora exemplifica esse fato com dados linguísticos em italiano e em inglês, tal como apresentaremos abaixo<sup>28</sup>.

(26)

a. Guarda la luna [italiano]

Olha a lua

b. He observes the moon [inglês]

Ele olha a lua

c. \*Observes the moon [inglês]

<sup>28</sup> Utilizei-me de uma versão em português do livro de Donati (2008), traduzida pelo professor Aquiles Tescari Neto, ainda em processo de análise editorial.

Conforme podemos perceber, sendo inglês uma língua da realização fonética obrigatória do sujeito, a sentença de alínea (c) é agramatical, por violar essa regra. O sujeito nulo é permitido na língua inglesa em frases não finitas (ou frases infinitivas) que selecionam, por exemplo, complementos de verbos *querer/want* (27.a) (PRATAS, 2004). Tal sujeito é de natureza sintática diferente e conhecido como PRO, que “não faz parte da discussão sobre o parâmetro do sujeito nulo” (PRATAS, 2004, p. 102).

(27)

a. They want to PRO go to school

Eles querem ir à escola

Entretanto, apesar da diferença no preenchimento da posição do sujeito entre essas línguas, considerando que (como apontado anteriormente) no italiano temos a ocorrência do sujeito nulo, e não em inglês, ambas as sentenças – (26.a) e (26.b) – têm exatamente a mesma interpretação: sendo que “o referente do argumento externo do verbo [o que corresponde ao sujeito nesse caso] deve ser estabelecido pelo contexto. Se não há este contexto e, encontrando um amigo me dirijo diretamente a ele com um enunciado como [a e b], tanto em italiano como em inglês, me perguntará de quem estou falando” (DONATI, 2008, p. 79 tradução de Aquiles Tescari Neto).

Vale dizer, porém, que há estudos que refutam a possibilidade de o inglês ser uma língua que exige a realização de sujeito em todos os contextos. A partir de um estudo bibliográfico, Arruda (2017, p. 12) mostra que no inglês, “apesar de haver restrições, o sujeito nulo se dá em contextos informais de fala e escrita (que, se pensarmos bem, são bem vastos)”. Por isso, a autora é da hipótese de que esta língua apresenta uma estrutura mais próxima a do “*Radical NSL* (ou *discourse pro-drop*)” (ARRUDA, 2017, p. 12), ou seja, Línguas de Sujeito Nulo Radicais<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> Línguas de Sujeito Nulo Radicais são as que admitem os argumentos nulos (tanto o sujeito quanto o objeto), mesmo que não tenham uma morfologia flexional considerada rica; e o contexto comunicativo/discursivo permitiria a recuperação do argumento omitido (cf. ARRUDA, 2017).

(28)

a. (I) told you the other day.

‘Te disse outro dia’.

b. (It) Seems to be working.

‘Parece estar funcionando’.

Com base nesses dados exemplificados, seguiremos tratando do kriol, retomando a forma dos pronomes pessoais nessa língua.

O kriol apresenta dois tipos de sujeitos pronominais, aos quais Intumbo (2007) chama de sujeito enfático e sujeito não-enfático; por sua vez, Castro (2013) chamou-os, respectivamente, de pronomes em formas: longas e curtas. Entretanto, conforme já foi apresentado, nós adotamos neste trabalho a denominação sujeito não-clítico (pronomes forte e fraco) e sujeito clítico. Os pronomes fortes podem ser redobrados pelos clíticos na função de sujeito. Em seguida, observaremos alguns exemplos, apresentando, nas duas primeiras ilustrações, sentenças com clítico sujeito e, em seguida, nas duas últimas, sentenças com clítico e não-clítico na posição de sujeito, ou seja, o caso de redobro de pronomes – que é possível ocorrer no kriol.

(29)

a. Bu            na            lei

SCLT2ps      TMA      ler

Tu leste/Tu estás a ler

b. No            na            lei

SCLT1ppl      TMA      ler

Nós lemos/Nós estamos a ler

c. Abo            bu            na            lei

Não-CLT2ps    SCLT2ps    TMA    ler

Tu leste/ Tu estás a ler

Com esses exemplos, observamos que os pronomes clíticos podem ocorrer sozinhos (exemplo 29.a), e os exemplos 29.b e 29.c mostram que é possível o redobro de pronomes, ou seja, a ocorrência do não-clítico e do clítico ao mesmo tempo. No entanto, os pronomes não-clíticos não podem ocorrer sozinhos, salvo se estiverem acompanhados de pronome relativo *ki/ku*. Exemplo: Abo (na) lei\*, Anos (na) lei\*; Abo ki/ku (na) lei.

Por seu lado, o kabuverdianu apresenta quatro tipos de sujeitos pronominais, que são realizados por meio de pronomes não-clíticos (fortes e fracos) e pronomes clíticos (tônicos e átonos, PRATAS, 2004) ou simplesmente pronomes não-clíticos (pronomes fortes e fracos - tônicos) e clíticos (átonos) (SILVA, 2012; ANDRADE, 2015), adotaremos esta última proposta de classificação pronominal neste trabalho – tal como já referimos. Em seguida, apresentaremos as quatro formas pronominais que podem desempenhar a função de sujeito.

(30)

a. Bu <sup>30</sup>			kanta
SCLT2ps	TMA∅		cantar
Tu cantaste			
b. Anhos	/	nos	kanta
Não-CLT1ppl /SCLT1ppl	TMA∅		cantar
Nós cantamos			
c. Ael	e		kanta
Não-CLT3ps	SCLT3ps	TMA∅	cantar

<sup>30</sup> Ao contrário do kriol, no sistema pronominal do kabuverdianu, há distinção entre o pronome de segunda pessoa de singular masculino (anhu/nhu) e o pronome de segunda pessoa de singular feminino (anha/nha), ambos são também da modalidade formal; ao passo que o pronome (abo/bo) é de segunda pessoa da modalidade informal (cf. Pratas, 2004).

Ele cantou

d. Mi	n	bem	li
SCLT1ps	SCLT1ps	TMAØ	vir adv.

Eu vim aqui (Andrade, 2015).

e. Mi	ki	máta!
SCLT1ps	p.rel.	matar

Fui eu que a matei! (Andrade, 2015).

Nessas sentenças, demonstramos as quatro possíveis ocorrências de sujeitos pronominais no kabuverdianu. Em 30.a, temos pronome clítico como sujeito; em 30.b, temos pronome forte (não-clítico) e pronome fraco (ambos sendo tónicos), nesse caso, é possível a ocorrência de um desses sujeitos nesse contexto. Em 30.c, temos pronome forte e clítico (átono), isto é, pode ocorrer o redobro pronominal nesse contexto, assim como ocorreu em 30.d, entre o pronome fraco e o clítico (átono). E finalmente em 30.e temos o pronome fraco ocorrendo como sujeito, o que seria possível, segundo Andrade (2015), somente quando é seguido por um clítico (cf. 30.d), por pronome relativo (cf. 30.e) ou quando é seguido de cópula *ser*.

Vale destacar que, assim como no kriol, no kabuverdianu um marcador de TMA nulo corresponde ao passado realizado, ou perfectivo, ocorrendo neste último (no kabuverdianu “com os verbos não-estativos<sup>31</sup> (abri, bai, fla, kanta, komi...)” (PRATAS, 2004, p. 63).

Em todos os exemplos apresentados nas duas línguas, percebemos a ocorrência de sujeito, ou seja, o preenchimento do espaço de sujeito, ou ocorrendo somente o clítico (29.a[dados do kriol]; 30.a [do kabuverdianu]) ou o pronome não-clítico e o clítico (29.b e 29.c [do kriol]); e no kabuverdianu pode ocorrer somente o pronome forte (30.b), somente o pronome fraco (30.e), o pronome forte e o clítico (30.c) ou o pronome fraco e o clítico (30.d).

31 São verbos que permitem descrever situações dinâmicas (MATEUS, 2003, p. 191).

Em seguida, analisaremos sentenças com verbos de expressão temporal “chover” e “fazer” (no sentido temporal), bem como “ter” (no sentido de existir) e verbo “existir” no crioulo e no kabuverdianu.

Donati (2008, p. 80 tradução por Aquiles Tescari Neto) defende que existe “uma correlação bastante robusta entre tipo de flexão e parâmetro do sujeito nulo”. A autora argumenta também que “nas línguas de sujeito nulo é sempre possível ‘inverter’ o sujeito<sup>32</sup>”. Assim, as línguas crioulas são consideradas como as que não admitiriam sujeito nulo, devido ao fato de que geralmente nessas línguas o verbo não se flexiona e ao fato de raramente haver a inversão da ordem básica de sujeito (SVO) na frase. Entretanto, há evidências de que a questão do sujeito nulo em relação às línguas sem flexão verbal não pode ser reduzida a propriedades variáveis de concordância ou da flexão (HOFHERR, 2017; LIPSKI, s/d).

Ao comparar os crioulos Mauriciano, Kabuverdianu, Haitiano e de Guadalupe na distribuição de sujeito pronominal nulo - o *pro*, Cabredo Hofherr (2017, p. 8) conclui que “Tanto a concordância quanto o inventário de pronomes desempenham um papel no licenciamento de sujeitos nulos”. Segundo a autora, “pronomes nulos diferentes refletem uma hierarquia de deficiência do pronome”. Ela propõe existir uma diferença na estrutura dos pronomes nulos disponíveis entre essas línguas. Segundo Hofherr (2017), o *pro* em Mauriciano, Kabuverdianu, Guadalupeno e Haitiano teria as seguintes estruturas:

*pro* contável sem antecedente:  
= null *one*)

[NumP [NP]] (Mauriciano, CVC<sup>33</sup>)

<sup>32</sup> a. Il treno è arrivato

o trem é chegado

'O trem chegou'

b. È arrivato il treno

'Chegou o trem'.

<sup>33</sup> Crioulo de Cabo Verde (o kabuverdianu).

*pro* de massa sem antecedente:

NP (do crioulo de Guadeloupe)

*pro* expletivo:

NP (Haitiano)

Nos exemplos apresentados pela autora, haveria sujeito nulo nos contextos em que ocorrem sentenças com verbos modais de possibilidade (31.a) e verbos impessoais (31.c) (no Mauriciano); bem como com verbos que apresentam semântica de tempo cronológico (31.b), e em contextos em que há referência indefinida ou genérica (31.d) no Mauriciano; os três últimos contextos de sujeito nulo são verificados também no Kabuverdianu, respectivamente (32.a, 32.b e 32.c). Em relação ao crioulo de Guadalupe, os dados da autora mostram os seguintes contextos de ocorrência de sujeito nulo: sentenças com verbos meteorológicos (33.a), modais (33.b) e verbos com semântica de tempo cronológico (33.c). Por fim, o Haitiano admitiria sujeito nulo somente no contexto em que se tem sentença com verbo “parecer” (34.a) e verbo no sentido de tempo cronológico (34.b).

Abaixo apresentaremos alguns exemplos com dados em: Mauriciano (31), Kabuverdianu (32), Crioulo de Guadalupe (33) e Haitiano (34).

(31)

a. Ø Posib Pyer lakaz

É possível que o Peter esteja em casa

b. Ø res 2 zour avan nou vwayaz Antilles

Faltam dois dias antes da nossa viagem às Antilhas

c. Ø Paret ki Pierre pou al en vwayaz demin

Parece que Pierre vai viajar amanhã

d. Ø fer rom ar disik kann

Fez-se açúcar com cana de açúcar

(32)

- a. \*El fika dos dias antes di nos viaji

Faltam dois dias antes da nossa viagem

- b. Ø ka debe roba

Não se deve roubar

- c. Na vernon, Ø ta korda sedu.

No verão, acorda-se cedo

(33)

- a. Ø Ka fè cho dèwò-la.

Está quente lá fora

- b. Ø As enposib kè sé Pyè asasen-la

É impossível que Pierre seja o assassino

- c. Ø Ka rété dé jou avan vwayaj on nou oz antiy.

Faltam dois dias para nossa viagem às Antilhas

(34)

- a. Ø Sanble Pyè ap vwayaje demen

Parece que Pyè viajará amanhã

- b. Ø Rete de jou pou nou pati na Antiy la

Faltam dois dias para partirmos para as Antilhas

Assim, seguindo a proposta de Hoffher (2017) sobre a distribuição de sujeitos pronominais nulos nas línguas crioulas, compararemos o kriol e o kabuverdianu. Observamos que, ao contrário deste, no kriol preenche-se a posição do sujeito em todos os contextos em que ocorrem sentenças com verbos meteorológicos e existenciais.

(35)

- a) I tchubi

	SCLT3ps	TMA $\emptyset$	chover
	Choveu		
b)	Tchuba		tchubi
	DP	TMA $\emptyset$	chover
	A chuva	choveu	
	Choveu		

Nessas sentenças, a posição de sujeito está preenchida. Temos a realização de sujeito pronominal (em 35.a), e sujeito não pronominal, ou seja, em forma de substantivo ou expressão nominal - *tchuba* (em 35.b). E é possível também a seguinte ocorrência:

c)	Tchuba	i		tchubi
	DP	SCL3ps	TMA $\emptyset$	chover
	Choveu			

Nesse contexto, *tchuba* ocupa a posição tópica [spec, Top], e enfatiza a expressão temporal “a chuva”. Assim, podemos interpretar a sentença como ‘Quanto à chuva, choveu’.

Em seguida, analisaremos o funcionamento do verbo “fazer” quanto à possibilidade ou não de admitir a ocorrência de sujeito nulo.

(36)

a)	I		fassi	frio
	SCLT3ps	TMA $\emptyset$	fazer	DP
	Fez frio			

b) *\*pro* fassi frio  
 TMA $\emptyset$  fazer DP  
*\*pro* faça frio

Verificamos também nessa sentença a necessidade de preenchimento da posição de sujeito, ocorrendo o pronome ou clítico *i* nessa posição (em 36.a). Por outro lado, em 36.b, temos uma sentença agramatical pelo fato de não poder funcionar como uma frase imperativa temporal.

(37)

a) Frio ten  
 DP TMA $\emptyset$  haver  
 Faz frio

Podemos perceber nesta última sentença, a presença do substantivo *frio* (em 37.a) na posição de sujeito. Em todas essas sentenças já apresentadas, devido à obrigatoriedade da realização do sujeito no kriol, a posição do sujeito foi preenchida ou por um substantivo ou por pronome (o que em português ocorreria como *pro* expletivo).

Verificamos também situação semelhante no caso do verbo “ter” (no sentido de existir) no kriol, podemos perceber a alternância entre o substantivo (38.a) e o sujeito expletivo *i* (38.b) na posição do sujeito.

(38)

a. Iagu ten na puti  
 DP ter prep. DP  
 Há água no pote  
 b. I ten iagu na fonti

SCL3ps    ter            DP            prep.        DP

Há água no poço

No primeiro caso (38.a), temos a expressão nominal ocupando espaço de sujeito, e no segundo (38.b) a expressão pronominal ocorre na mesma posição.

Por outro lado, tratando-se do kabuverdianu, ao contrário de Batista (1997; 2002, *apud* PRATAS, 2004), que considera esta língua como pro-drop; e de Pina (2006, *apud* SILVA, 2002) e Silva (2012), que o consideram como não pro-drop, Pratas (2004) defende para o kabuverdianu o parâmetro semi-pro-drop, argumentando que esta língua não admite sujeito expletivo realizado e os sujeitos argumentais nulos. A autora reforça sua tese destacando que, mesmo em orações encaixadas finitas (39.a) ou não finitas (39.b), há realização/preenchimento da posição do sujeito, podendo ou não ser co-indexado (correferencial) com o sujeito da oração matriz. Esta pesquisadora toma esse posicionamento partindo de abordagem de Costa & Galves (2001, *apud* PRATAS, 2004), que apresentam uma evidência contra o tratamento binário do parâmetro pro-drop e não pro-drop; isto é, apontam a possibilidade de uma língua não ser pro-drop, tal como o português europeu, nem não pro-drop, tal como o inglês e o francês; podendo ser língua semi-pro-drop, tal como o português brasileiro.

Abaixo, a partir de Pratas (2004), apresentamos dois exemplos, com o sujeito da oração encaixada em negrito.

(39)

a. Djon<sub>i</sub> fla e<sub>i,j</sub> ta bai kaza

O João<sub>i</sub> disse que ele<sub>i,j</sub> vai para casa

b. Pedru<sub>i</sub> laba antis dí e<sub>i</sub> bai deta

O Pedro<sub>i</sub> lavou-se antes de PRO<sub>i</sub> ir dormir

Vale dizer que o kriol também apresenta tais características em orações encaixadas finitas (40.a) e não finitas (40.b), conforme podemos observar abaixo.

(40)

a. Rapaz<sub>i</sub> konta ba kuma  $\bar{i}_{i/j}$  para bibiO rapaz<sub>i</sub> dizia que ele parou<sub>i/j</sub> de beberb. I mandruga <sub>i</sub> pa  $\bar{i}$  <sub>i</sub> sedu purmeru ku na tchiga na escolaEle<sub>i</sub> foi cedinho para PRO<sub>i</sub> ser o primeiro a chegar à escola

O kabuverdianu admite um *pro* expletivo com predicados meteorológicos (41.a) e existenciais (41.b e 41.c) (BAPTISTA, 1997, *apud* PRATAS, 2004, p. 104; LANG, 2018).

(41)

a. *pro* Sta faze kalor oji

Hoje faz calor

b. *pro* Tem dez gatu na nha kaza

Ha dez gatos em minha casa

c. *pro* dja ten txeu sumána ki bu ka ba skóla!

Há já muitas semanas que você não vai à escola!

Segundo Pratas (2004), tal como o português brasileiro, o kabuverdianu não admite sujeitos expletivos realizados (exemplo 42.a); mas, diferente daquele, em certos contextos, admite um sujeito não pronominal realizado em construções com verbos meteorológicos (42.b e 42.d) e existenciais (42.c).

(42)

a. \* El txobi txeu

b. Txuba txobi txeu

‘Choveu muito’

c. Nhordés ta izisti/ten

‘Deus existe’

d. txuba sa ta txobeba manenti

‘A chuva caía sem parar’ (LANG, 2018, p. 168).

Por outro lado, Lang (2018) apresenta dados que indicam a possibilidade da ocorrência de pronomes na posição de sujeito com verbos meteorológicos, que destacamos em **negrito** (43.a, 43.c), e outros verbos sem a realização de sujeito (43.b, 43.d), mostrando o caso de verbos *manxe* (amanhecer) e *noti* (anoitecer) (p. 224):

(43)

a. Bon, **N** manxe sédu, **N** po pé na kaminhu

‘Bem, levantei-me cedo e pus-me a caminho’

b. dja sa ta manxeba

‘já estava amanhecendo’

c. Tudumódi dja **nhu** noti dja!

‘De qualquer forma, já anoiteceu!’

d. dja noti [...]

‘já tinha anoitecido [...]

Observando os exemplos apresentados até aqui, dá para perceber que o kabuverdianu permite a realização de um *pro* expletivo em alguns contextos e em outros não; além disso, “admite em certos contextos e com uma intenção discursiva determinada, um sujeito não pronominal realizado mesmo em construções sobre o estado do tempo (com predicados meteorológicos)” (PRATAS, 2004, p. 104).



Duas pessoas chegaram

c. Mininu                      nansi              dinti

DP              TMA $\emptyset$       nascer              DP

Nasceram os dentes da criança

d. Dintis              di              mininu                      nansi

DP              prep.              DP              TMA $\emptyset$       nascer

Os dentes da criança nasceram

e. Mariama                      tchiga

DP              TMA $\emptyset$       chegar

A Mariama chegou

f. \*Tchiga                      Mariama

Chegar              TMA $\emptyset$       DP

\*Chegou a Maria

Porém, nas sentenças com verbos inergativos, constatamos que, quando o argumento externo se deslocar para a posição pós-verbal, a sentença torna-se agramatical, como nos exemplos em 45.b, 45.d e 45.f.

(45)

a. Mininu    na              kurri              ba

DP              TMA              correr              TMA

A criança corria

b. \*I              na              kurri              ba              mininu

SCL3ps TMA correr TMA DP

Corria o menino

c. Pape tarbadja

DP TMA∅ trabalhar

O pai trabalhou

d. \*I tarbadja pape / \*tarbadja pape<sup>34</sup>

SCL3ps TMA∅ trabalhar DP trabalhar DP

Trabalhou o pai

e. Alguin nada

P.ind. TMA∅ nadar

Alguém/eu nadou/ei

f. \*I nada alguim / \*nada alguim

SCL3ps V p.ind. nadar p.ind

Nadou/ei alguém/eu

Concordamos com Kihm (1994, *apud* CASTRO, 2013) de que o verbo *parsi* (parecer) pode ser o único que permite um sujeito nulo no kriol. Em seguida, apresentamos para demonstração quatro sentenças, sendo as duas primeiras com os nossos dados (46.a, 46.b) e as duas últimas com os dados do autor (46.c e 46.d). Nesses exemplos, temos a ocorrência do sujeito expletivo (46.c), de substantivo como sujeito (46.b) e do sujeito nulo (46.a e 46.d).

(46)

<sup>34</sup> Seria gramatical se fosse no imperativo, tendo, portanto, uma pequena pausa na fala. *Tarbadja, pape* “Trabalhe, pai”.

a. Parsi sol mansi dja  
parecer DP amanhecer adv.

‘Parece que já amanheceu’

b. Mininu parsi n contenti  
DP parecer SCLT1ps adj.

‘A criança parece-me contente’

c. I parsi n kuma kil fulanu ka ta obi kriyol  
SCLT1ps parecer SCLT1ps p.rel DET DP N TMA ouvir Kriyol

‘Parece-me que aquele cara não entende Kriyol’

d. Parsi n kuma no ka ten já mafe  
Parecer 1SG conj. SCLT1pl N ter adv. DP

‘Parece-me que nós já não temos mais mafe’

(KIHM, 1994, *apud* CASTRO, 2013, p. 123).

Em seguida, verificaremos o funcionamento dos verbos inergativos, inacusativos e de alçamento<sup>35</sup> no kabuverdianu. Nessa língua, os verbos inergativos (que selecionam apenas argumento externo) admitem obrigatoriamente sujeito pré-verbal (PRATAS, 2004), tal como no kriol. Abaixo, apresentaremos alguns exemplos.

(47)

a. Djon spira

O João espirou

<sup>35</sup> Construção de *alçamento* é possível com todos os verbos impessoais como *parecer*. Nela, o verbo principal não atribui papel temático ao sujeito, que pode se mover ao especificador de T da [sentença] principal, e tornar-se o sujeito da principal sem violar o critério temático (DONATI, 2008, p. 84 tradução de Aquiles Tescari Neto).

b. \*Spira Djon

\*Espirou o João

c. Djon viaja

O João viajou

d. \*Viaja Djon

\*Viajou o João

Conforme acabamos de ver, em sentenças com verbos inergativos, admite-se somente sujeito pré-verbal (em 47.a e 47.c); as sentenças tornam-se agramaticais quando o sujeito se desloca para a posição pós-verbal (em 47.b e 47.d).

Segundo Pratas (2004), em relação aos verbos inacusativos, o argumento interno, em contextos de indefinitude, pode mover-se para a posição do argumento externo (posição pré-verbal) (48.b), mas também pode permanecer na sua posição de base (48.a). Quanto a contextos de definitude, o sujeito move de forma obrigatória para a posição pré-verbal (48.c, 48.d e 48.f).

(48)

a. Txiga tris pessoa

Chegaram três pessoas

b. Tres pessoa txiga

Três pessoas chegaram

c. \*Txiga Djon

\* Chegou o João

d. Djon txiga

O João chegou

e. \*(Dja) Kai abion de Lisboa

(TMA) Caiu o avião (que vinha) de Lisboa

f. Abion di Lisboa (dja) kai

O avião (que vinha) de Lisboa caiu.

Por outro lado, enquanto Pratas (2004) afirma que as construções de alçamento são evitadas no kabuverdianu, explicando que os informantes recorrem a paráfrases semelhantes para exprimir a mesma ideia (em 49.a), Lang (2018) apresenta dados com exemplos desse verbo (em 49.b e 49.c).

(49)

a. Djon sta parvu

O João parece que está parvo

b. sa ta parse-m ma bo, oxi, bariga ka ta due-bu!

Parece-me que, a ti, hoje, a barriga não te dói

c. ta parse-m ma kes kusa ta da probléma.

Parece-me que estas coisas vão causar problemas.

Analisando os dados apresentados até aqui, constatamos que no kriol o argumento interno, nas sentenças com verbos inacusativos, pode mover-se para a posição de sujeito; e, quando não houver esse movimento, ocorre um sujeito expletivo *i* (pronome sem conteúdo semântico) ou então parte do argumento interno desloca-se para a posição do argumento externo (posição pré-verbal). Enquanto que, nas sentenças com verbos inergativos, quando o argumento externo se deslocar para a posição pós-verbal, a sentença torna-se agramatical. Já no kabuverdianu, os verbos inergativos requerem sujeito pré-verbal; em relação aos verbos inacusativos, o argumento interno, em contextos de indefinidade, pode mover-se para a posição externa (pré-verbal), mas também pode permanecer na sua posição de base; quanto a contextos de definitude, o sujeito move de forma obrigatória para a posição pré-verbal, assim como no kriol. Por outro lado, no que diz respeito ao verbo de alçamento (parecer), além do caso apresentado por Pratas

(2004), no kabuverdianu não ocorre sujeito nas sentenças com esse verbo (LANG, 2018), diferentemente do kriol, em que em alguns contextos nessas sentenças omite-se o sujeito e em outros não.

De acordo com esses dados, e levando em consideração a proposta de Cabredo Hoffer (2017), o kabuverdianu seria da estrutura [NumP] e [NP], por admitir sujeito nulo em contextos de referência impessoal ou genérica (50.a e 50.b) e sujeito nulo expletivo, respectivamente. Ao passo que o kriol seria da estrutura [NP], por admitir somente a possibilidade de sujeito nulo com verbo “parecer”; o Haitiano (34.a) e o inglês (28.b) também admitem sujeito nulo neste contexto. As sentenças em (50.a e 50.b) são do kabuverdianu; e as de (50.c e 50.d), do kriol.

(50)

a. Na        vernon, Ø ta        korda        sedu

Prep.        DP        TMA        acordar        adv.

No verão, acorda-se cedo

b. Ø ka        debe        roba

N        dever        roubar

Não se deve roubar. (adaptado de Hoffer, 2017).

c. Tenpu    di    tchuba, labur ta    ten / djintis    ta    labra

DP        prep. DP    DP    TMA haver    DP.    TMA lavar

Na época de chuva, pratica-se a lavoura / as pessoas lavram

d. Furta    ka        bali

Roubar    N        adj.

Roubar / o furto não é bom

Com esses dados, podemos verificar que o kriol é a língua que mais exige a realização do sujeito, diferentemente do kabuverdianu, que apresenta vários contextos com o sujeito

nulo. Ou seja, no kriol o único contexto de sujeito nulo que encontramos é com o verbo *parecer*; ao passo que no kabuverdianu há vários contextos com sujeito nulo, dentre os quais, com esse verbo, bem como em contextos de referência impessoal ou genérica (50.a e 50.b) e sentenças com sujeito expletivo. Enquanto o kriol exige a realização do sujeito com verbos existenciais e meteorológicos, o kabuverdianu admite a possibilidade de um *pro* expletivo em certos contextos, tal como em 43.b e 43.d. Há, entretanto, uma coincidência entre as duas línguas no que diz respeito à possibilidade de realização de sujeito não pronominal (35.b, 35.c, e 37.a e 38.a - kriol; 42.b, 42.c e 42.d- kabuverdianu).

No kriol, o argumento interno (objeto/complemento verbal), nas sentenças com verbos inacusativos, pode mover-se para a posição pré-verbal; e, quando não ocorrer esse movimento, verifica-se que o sujeito expletivo *i* ou então parte do argumento externo (sujeito) desloca-se para a posição pré-verbal (contexto de indefinitude) (44.c). No contexto de definitude, assim como no kabuverdianu, o sujeito desloca-se obrigatoriamente para a posição de sujeito (ou pré-verbal) (44.e e 44.f). Ao passo que, nas sentenças com verbos inergativos, quando o sujeito se desloca para a posição pós-verbal, a sentença torna-se agramatical. Já no kabuverdianu, os verbos inergativos exigem a realização de sujeito no contexto pré-verbal; e quanto aos verbos inacusativos, o argumento interno, em contextos de indefinitude, pode mover-se para a posição pré-verbal, mas também pode permanecer na sua posição de base (pós-verbal); em relação a contextos de definitude, nas duas línguas, o sujeito move-se obrigatoriamente para a posição pré-verbal.

## 4.2. Posição estrutural de sujeito

### a. Sentenças simples

Nesta seção, começaremos por apresentar dados do kriol e depois traremos dados do kabuverdianu. No kriol, a posição do sujeito em sentenças declarativas (51.a), interrogativas (51.b e 51.c), imperativas (51.d) e exclamativas (51.e) é sempre pré-verbal, ou seja, antes do verbo.

(51)

a. Pursoris      sta            na            grevi

DP COP prep. adj.

Os professores estão em greve

b. (Kê) pursoris sta na grevi?

P.int DP COP prep. adj.

(Será que) os professores estão em greve?

c. (Kê) pursoris ka sta na greve?

P.int. DP n COP prep. adj.

(Será que) os professores não estão em greve?

d. Governu, (bo<sup>36</sup>) kumpri ku revindicason di pursoris!

Voc<sup>37</sup> SCL2ppl cumprir prep. DP prep. DP

Governo, cumpra com as reivindicações dos professores!

e. E mininu pudi djugu bo!

SCL3ppl DP poder jogar ENF<sup>38</sup>

Que menino jogador!

Como verificamos, em todas as sentenças apresentadas, temos como a única posição do sujeito no kriol o contexto pré-verbal. A sentença de “51.d” é o único caso em que é possível ocorrer o sujeito nulo ou oculto; entretanto, nesse mesmo contexto (de sentenças imperativas) pode-se realizar também o sujeito, tal como vimos a possibilidade de ocorrência do sujeito clítico da segunda pessoa de plural (bo).

<sup>36</sup> Usado quando se refere a mais de uma pessoa num contexto comunicativo; podendo se referir também raras vezes a uma pessoa. *Nha ermon, bo djudan* Meus irmãos, ajudem-me / Meu irmão, ajude-me.

<sup>37</sup> Vocativo.

<sup>38</sup> Ênfase.

Considera-se que a ausência de clítico sujeito em sentenças imperativas sugere que o imperativo é de fato uma forma diferente das outras “Nota-se que até em línguas não pro-drop (tal como o Inglês), o imperativo sempre permite sujeito nulo, o qual sugere que ‘sujeito nulo em sentença imperativa’ não é do mesmo tipo que o sujeito padrão encontrado em verbos flexionais de línguas pro-drop genuínas (tal como o italiano, o espanhol e o catalão)<sup>39</sup>” (POLETTO & TORTORA, 2016, p. 779, **tradução nossa**).

### b. Sentenças complexas

Podemos perceber que em todos esses exemplos, constituídos por duas orações finitas em coordenação, temos a realização do sujeito de forma obrigatória e na posição pré-verbal. Quando se inverter o sujeito (deslocando-o de uma posição para outra) da sua posição (pré-verbal) na oração, a sentença torna-se agramatical (cf. 52.b), a mesma coisa acontece também quando se omitir o sujeito, tal como vimos em 52.e.

(52)

a. N'	kanta	ku	bo,	n'	badja	ku	el
SCL1ps	cantar	prep.	OCLTP1ppl <sup>40</sup>	SCLT1ps	dançar	conj.	OCLTP

Cantei contigo/com você e dancei com ele/ela.

b. *na	lei	bu,	na	skirbi	bu
TMA	Ler	SCLT2ps	TMA	Escrever	SCLT2ps

Tu lêes e escreves

c. Bu	na	lei,	bu	na	skirbi
SCLT2ps	TMA	ler	SCLT2ps	TMA	escrever

<sup>39</sup> Note that even in non-pro-drop languages (such as English), imperatives always allow for nul subjects, which suggests that an ‘imperative null subject’ is not of the same type as the standard-issue null subject found in inflected clauses in genuine pro-drop languages (such as Italian, Spanish, and Catalan). (POLETTO & TORTORA, 2016, p. 779).

<sup>40</sup> Objeto Clítico Preposicionado.

Tu lês e escreves

d. I	ta	konta,	i	torna	konta	memu	storia
SCL3ps	TMA	contar	SCLT3ps	Voltar	contar	adv.	DP

Ele conta e volta a contar a mesma história

e. *Senpri	bu		kume	batata,	_____	bibi	iagu <sup>41</sup>
Adv.	SCLT2ps	TMAØ	comer	DP	SCL2psØ	TMAØ beber	DP

Sempre comeu a batata e bebeu a água

Em seguida, verificamos orações subordinadas em que teremos uma oração encaixada na outra.

Nas orações subordinadas, tem-se também o sujeito na posição pré-verbal. É interessante destacar que a presença de sujeito na oração infinitiva encaixada é opcional (em 53.c, 53.d e 53.e), quando o sujeito é antecedido de uma preposição. Entretanto, ao ser antecedido de advérbio, de locução adverbial ou de conjunção subordinativa *kuma* (que), o sujeito torna-se obrigatório (em 53.a e 53.b, respectivamente); caso contrário, a sentença torna-se agramatical (53.f e 53.g). Enquanto isso, em 53.b, percebe-se que o sujeito da oração encaixada (*i*) pode ser ou não correferencial ao sujeito da oração matriz (*rapaz*) a depender do contexto.

(53)

a. N'	tchiga	antis	di	i / e	(d'i/d'e)	riba
SCL1ps	chegar	adv.	prep.	SCL3ps/3ppl		voltar

Eu cheguei antes de ele/eles voltar/voltarem

<sup>41</sup> Nessa sentença, caso a segunda oração - “bibi iagu” – fosse interpretada como imperativa, a frase seria gramatical. Considerando que *Senpri bu kume batata, bibi iagu* significaria “sempre que comer a batata, beba água”.

b. Rapaz	konta	ba	kuma	i / e	para	bibi
DP	contar	TMA	p.rel	SCLT3ps/3ppl	parar	beber
O rapaz dizia que ele parou de beber/ O rapaz dizia que eles pararam de beber						
c. Mindjer	bai	fera	pa	(i) ?	fassi	compra
DP	ir	DP	prep.	SCL3ps	fazer	DP
d. No	djuga	diritu	pa	(no)	(n)ganha	djugu
SCL1ppl	jogar	adv.	prep.	SCL1ppl	ganhar	DP
e. Bu	bin		sin	(bu)	avisa	n
SCLT2ps	vir	TMA $\emptyset$	prep.	SCLT2ps	avisar	OCLT1ps
Tu vieste sem me avisar						
f. *N'	tchiga	antis	di	*(e)	riba	
SCLT1ps	chegar	adv.	prep.	SCLT3ppl	voltar	
Eu cheguei antes de eles voltarem						
g. Rapaz	conta	ba	kuma	*(i)	para	bibi
DP	contar	TMA	conj.	SCL3ps	parar	beber
O rapaz dizia que ele parou de beber						

Em relação ao kabuverdianu, apresentaremos exemplos de algumas sentenças em declarativa (54.a, 54.d, e 54.f), interrogativa (54.c), imperativa (54.b) e exclamativa (54.e) (PRATAS, 2004, p. 64-70; ANDRADE, 2015; LUCCHESI, 2009).

(54)

a. E bai skola

Ele foi à escola

b. Toni, bai kaza

Toni, vai para casa

c. Kenhi ki ta ganha txeu dinheru?

Quem ganha muito dinheiro?

d. Dja straga un barku di Maio

Já estragou um barco de Maio.

e. N ka pa bo, bu ka pa mi!

não sou para ti, não és para mim!

f. Tchiga ospedes.

‘chegaram os hóspedes’.

Segundo Pratas (2004), a sentença em 54.b tem um valor modal de imperativo, o que se percebe pelo contexto discursivo, bem como pela admissão do sujeito nulo, que no kabuverdianu, segundo a autora, é possível em um número muito restrito de contextos. Por outro lado, apresenta-se a possibilidade da inversão da ordem Sujeito-Verbo em (54.d) (PRATAS, 2002, *apud* SILVA, 2012) e em (54.f) (LUCCHESI, 2009). Lucchesi (2009) apresenta o forro são-tomense, que também permite a inversão do sujeito.

(55)

a. Chigaza ine convidado.

‘chegaram os hóspedes’.

Encontramos no kabuverdianu, na oração coordenada, sentenças em que o sujeito parece estar omitido (56.b) (ANDRADE, 2015) e (56.c) (LANG, 2018), nos dois casos o sujeito nulo é da terceira pessoa de singular (56.b e 56.c). Por outro lado, as orações subordinadas (57-58) exigem a presença de sujeito, quer na oração matriz, quer na oração encaixada; a sentença torna-se agramatical quando não se realiza o sujeito numa das orações em sentença subordinada (57.b e 58.b).

(56)

a. Bo ki dja pensa, bu kré bai, bu ta bai.

Tu que já pensaste, queres ir e, irás.

b. e' po mo na kexáda, ta pensa si poku sórti.

pôs a mão no queixo e refletiu sobre a sua pouca sorte.

c. E el ki máta bitxa-fera di séti kabésa y salba-m...

É ele que matou “bitxa-fera” de sete cabeças e salvou-me...

d. \*Bu ten paxenxa ku mi pamodi (bu) *pro* e nha' amigu

‘Tu tens paciência comigo porque *pro* és meu amigo’. (PRATAS, 2004).

Tal como no kriol, no kabuverdianu, o pronome realizado na posição de sujeito na oração encaixada pode ser ou não correferencial ao sujeito da oração matriz – “não viola nenhuma das condições sobre ligação, uma vez que os predicados das frases, quer *fla* quer *sabi*, não são reflexivos” (PRATAS, 2004, p. 107).

(57)

a.	Djon <sub>i</sub>	fla	e <sub>i/j</sub>	ta	bai	kaza
	DP	falar/dizer	SCLT3ps	TMA	ir	DP

O João<sub>i</sub> disse que ele<sub>i/j</sub> vai para casa

b.	*Djon <sub>i</sub>	fla	<i>pro</i> <sub>i</sub>	ta	bai	kaza
	DP	falar/dizer		TMA	ir	DP

O João<sub>i</sub> disse que *pro*<sub>i</sub> vai para casa

c.	Djon <sub>i</sub>	sabi	ma	el <sub>i/j</sub>	e	spertu
	DP	saber	conj.	SCLT3ps	COP	sdj.

O João<sub>i</sub> sabe que ele<sub>i/j</sub> é esperto

c.	Pedru <sub>i</sub>	laba	antis	di	e <sub>i</sub>	bai	deta
----	--------------------	------	-------	----	----------------	-----	------

DP lavar adv. prep. SCLT3ps ir deitar

O Pedro<sub>i</sub> lavou-se antes de PRO<sub>i</sub> ir dormir

d. Maria<sub>i</sub> xinta p' e<sub>i</sub> obi pursor

DP sentar prep. SCLT3ps ouvir DP

A Maria<sub>i</sub> sentou-se para ouvir PRO<sub>i</sub> o professor

Apesar de o PRO ser considerado uma forma de sujeito nulo universal, Pratas (2004) conclui que o kabuverdianu não admite essa forma de sujeito em contextos canônicos. Segundo ela, tal ideia é reforçada pelo exemplo em 58.a - em que aparece um verbo que apresenta aparentemente uma forma infinitiva.

(58)

a. E tarbadja txeu p'e ser riku

Ele trabalhou muito para ser rico

b. \*E tarbadja txeu pa PRO ser riku

Ele trabalhou muito para ser rico

Assim, verificamos que a não admissibilidade de PRO nulo faz com que a sentença em 58.b seja agramatical.

Com esses dados, podemos constatar no kriol e no kabuverdianu o contexto pré-verbal como a posição de sujeito, tanto nas sentenças simples (embora observado casos de inversão acima, em (54.d e 54.f) no kabuverdianu - o que é raro acontecer (cf. SILVA, 2012)), quanto nas sentenças complexas. Essa característica das duas línguas quanto à ordem de sujeito na frase confirma a tese de Donati (2008), ao defender que a inversão de sujeito é sempre possível nas línguas de sujeito nulo, sendo, portanto, menos provável nas línguas do sujeito não nulo ou sujeito obrigatório, como é o caso do kriol e do kabuverdianu.

O kabuverdianu admite, na oração coordenada, o sujeito nulo (56.b) (ANDRADE, 2015) e (56.c) (LANG, 2018), o que verificamos no contexto da terceira pessoa de singular, diferentemente das orações subordinadas (57-58), que exigem a presença de sujeito, quer na oração matriz, quer na oração encaixada. Por seu lado, no kriol, enquanto o sujeito é exigido nas sentenças coordenadas; nas sentenças subordinadas, o sujeito é opcional na oração infinitiva encaixada (em 53.c, 53.d e 53.e), quando é antecedido de uma preposição.

### 4.3 Funções de clítico sujeito

Poletto e Tortora (2016, p. 783) classificam “as funções de sujeitos clíticos em dois grandes tipos, que são: (a) funções relacionadas à origem etimológica dos sujeitos clíticos (i. e. funções que pertencem à realização e identificação formal do sujeito) e (b) funções não relacionadas à realização / identificação do sujeito<sup>42</sup>”.

Entretanto, seguindo Benincà, as duas autoras chamam atenção de que “existem clíticos que derivaram etimologicamente de sujeito pronominal, mas com funções não relacionadas à identificação do sujeito<sup>43</sup>” (POLETTO & TORTORA, 2016, p. 783). Elas exemplificam esse caso com dados de Donceto (uma variedade italiana do norte deste país), apresentados por Cardinaletti e Repetti (2008); considerou-se que o sujeito enclítico (V), que ocorre nessa variedade linguística na segunda pessoa de plural em sentença interrogativa, seria um sinal de ativação do domínio de complementador (devido ao movimento de verbo); e que, apesar de sua clara origem etimológica de forma *v*, ou do latim *uos* ‘você’, não se trata de nenhum tipo de identificador do sujeito nulo da segunda pessoa de plural (PALETTO & TORTORA, 2016).

(59)

a. Buvi

SCL2pl. Beber

<sup>42</sup> We can therefore classify the functions of subject clitics according to two major types: (a) those functions which are related to the etymological source of subject clitics (i.e. functions that pertain to the realization and formal identification of the subject) and (b) those functions that are not related to the realization / identification of the subject (POLETTO & TORTORA, 2016, p. 783).

<sup>43</sup> There are in fact clitics which derive etymologically from pronominal subjects, but whose functions are unrelated to the identification of the subject (POLETTO & TORTORA, 2016, p. 783).

Vocês estão bebendo

b. Buvi-V?

Beber SCL2pl

Vocês estão bebendo?

De forma inversa, há também “clíticos que não derivam etimologicamente de maneira clara de sujeitos pronominais (ou até de pronomes), mas com funções diretamente relacionadas à identificação do sujeito<sup>44</sup>” (POLETTO e TORTORA, 2016, p. 783). As autoras mencionam o caso do clítico *ke* do Gascon (da variedade occitana), que deriva etimologicamente do complementador; porém, argumentaram que esse elemento serve curiosamente para licenciar formalmente o sujeito nulo.

No kriol, tal como vimos nos testes realizados até aqui, os clíticos sujeitos derivam etimologicamente de sujeitos pronominais e têm funções relacionadas à origem etimológica dos sujeitos clíticos, ou seja, voltadas à realização e identificação formal do sujeito. Mesmo em sentenças expletivas, pela natureza sintática do kriol, que exige a presença do sujeito, acreditamos que a presença do sujeito clítico expletivo (em 60.c), apesar de não possuir algum conteúdo semântico, ocorre como identificador formal ou preenchedor da posição de sujeito; em 60.a, temos o que se chama tradicionalmente de sujeito, entidade/ser que pratica ação.

(60)

a. I                    na                    kunpu                    kasa

SCLT3ps            TMA                    construir            DP

Ele constrói uma casa

b. Ermon                                    tene                    friu

<sup>44</sup> There are clitics which clearly do not derive etymologically from pronominal subjects (or even pronouns), but whose functions are directly related to the identification of the subject (POLETTO e TORTORA, 2016, p. 783).

DP	TMA $\emptyset$	ter	DP
O irmão está com friu			
c. I	na	tchubi	
SCLT3ps	TMA	chover	
Está a chover			

A mesma característica é percebida também no kabuverdianu, em que verificamos que os clíticos apresentam uma função de identificação formal do sujeito.

(61)

a. N		kanta	
SCLT/1ps	TMA $\emptyset$	cantar	
Eu cantei			
b. Djon		bai	skola
DP	TMA $\emptyset$	ir	DP
O João foi à escola			
c. Bon,	N	manxe	sédu [...]
MD	SCLT/1ps	TMA $\emptyset$	amanhecer adv.
Bem, levantei-me cedo			

Os dados ilustram que, tal como no kriol, os clíticos sujeitos do kabuverdianu derivam etimologicamente de sujeitos pronominais e têm função relacionada à realização e identificação formal do sujeito, embora o kabuverdianu admita em alguns contextos sujeitos expletivos nulos.

Sobre a posição do sujeito nas sentenças simples e complexas, verificamos o contexto pré-verbal de sujeito tanto no kriol quanto no kabuverdianu. Entretanto, verificamos

diferenças entre as duas línguas no que diz respeito à realização de sujeito nessas sentenças. Por um lado, no kriol, quando se omitir o sujeito na oração coordenada a sentença torna-se agramatical, tal como vimos em 52.e; constatamos que, nas sentenças subordinadas, quando o sujeito é antecedido de uma preposição, a presença de sujeito na oração infinitiva encaixada é opcional (em 53.c, 53.d e 53.e). Entretanto, ao ser antecedido de advérbio, de locução adverbial ou de conjunção subordinativa *kuma* (que), o sujeito torna-se obrigatório (em 53.a, 53.b, 53.f e 53.g).

Por outro lado, no kabuverdianu, encontramos na oração coordenada sentenças em que o sujeito parece estar omitido (56.b) (ANDRADE, 2015) e (56.c) (LANG, 2018), diferentemente das orações subordinadas (57-58), que exigem a presença de sujeito, quer na oração matriz, quer na oração encaixada; a sentença torna-se agramatical quando não se realiza o sujeito numa das orações em sentença subordinada (56.d).

## CAPÍTULO V.

### O CASO DE *I* NO KRIOL E *E* NO KABUVERDIANU NAS SENTENÇAS COM CÓPULA: PRONOME CLÍTICO OU CÓPULA?

Na concepção de Donati (2008), as sentenças com cópula são sentenças reduzidas (mini-orações ou *small-clauses* em inglês). Segundo a autora, são sentenças, pois têm um conteúdo proposicional, ou seja, podem ser verdadeiras ou falsas. Ainda, ela argumenta que a cópula não atribui papel temático (de agente e paciente, por exemplo), o qual é atribuído por um núcleo lexical, mas não verbal.

Analisaremos o funcionamento do *i* no kriol e *e* no kabuverdianu procurando saber se se trata da cópula ser ou do pronome da terceira pessoa de singular. Os dois elementos serão averiguados quanto à natureza sintática deles, observando a semelhança estrutural e funcional que apresentam nas duas línguas.

Há defensores da ideia de que o *i* deriva da terceira pessoa de singular do verbo copulativo português “ser” tendo em conta a semelhança da posição que é ocupada pelos dois elementos linguísticos na estrutura da sentença e a semelhança formal entre eles. Ichinose (1993) explica que a comparação direta de X e Y pode levar à conclusão de que o elemento copulativo teria se originado da forma conjugada (ou da terceira pessoa de singular) do verbo “ser” de português. Ideia que, conforme o autor, parece ser reforçada pela hipótese de que alguns verbos do kriol têm proveniência da forma verbal flexionada em terceira pessoa do presente do indicativo do português.

A partir de uma perspectiva diacrônica, porém, este autor defende a ideia de que o *i* do kriol não se originou do verbo “ser” do português, mas sim do pronome da terceira pessoa de singular daquela língua, ou seja, do kriol. Destacamos a seguir algumas das evidências empíricas apresentadas pelo autor para embasar essa análise. Em primeiro lugar, ele argumenta que o *i* não tem as características verbais, fundamentando que, se as tivesse, as frases agramaticais, em 62.b e 62.e, seriam gramaticais; pois a partícula ou o morfema de tempo, modo e aspecto (TMA) do kriol deve preceder o verbo no primeiro caso e segui-lo no segundo caso; o que, porém, não ocorreu, criando equívocos quanto às características verbais do *i*. Entretanto, nas frases de (62.a), (62.f) e (62.g), a posição ocupada pelos morfemas “na” e “ba” garantiram

a gramaticalidade das sentenças, pelo fato de “sedu” ter as características verbais, sendo um verbo que poderia ter originado do verbo “ser” de português.

(62)

a) Ami n´na sedu pursor

Eu serei professor

b) \*Ami n´na i pursor

Eu serei professor

c) El i pursor

Ele é professor

d) El i pursor ba

Ele era professor

e) \*El i ba pursor

Ele era professor

f) El i sedu ba pursor

Ele era professor

g) El i sedu pursor ba

Ele era professor

Em 62.d, constatamos que, quando a cópula *i* ocorre com o morfema “ba”, esse marcador do pretérito imperfeito não segue o *i*, mas sim o complemento nominal (63.a e 63.b), o que também foi verificado por Truppi (2019). Esta autora chamou o *i* de cópula não verbal, por não apresentar características verbais.

(63)

a. Sedu	jornalista	<b>i</b>	ka	nha	opson	<b>ba.</b>
Ser	DP	COP	N	p.poss	DP	TMA

Ser jornalista não era minha opção

b. Abo	<b>i</b>	bon	alunu	<b>ba.</b>
SCL2ps.	COP	adj.	DP	TMA

Tu eras um bom aluno

Ainda, reforçando a tese de Ichinose (1993), Truppi (2019) acrescenta que, no kriol, o *i* apresenta um comportamento diferente em relação aos verbos no que diz respeito ao contexto de negação. Ela explica que, particularmente, a negação *ka* sempre ocorre antes dos verbos, isto é, na posição pré-verbal; enquanto que sempre segue o *i* nas sentenças copulativas.

(64)

a. N	ka	na	lembra.
SCL1ps. N		TMA	lembrar

Eu não me lembro

b. *Bula	ka	<b>i</b>	un	sidadi	garandi.
DP	N	COP	p.ind.	DP	adj.

Bula não é uma cidade grande

c. Bula	<b>i</b>	ka	un	sidade	garandi
DP	COP	N	art.ind.	DP	adj.

Não é uma cidade grande



Mesmo com a justificativa feita pela autora de que há uma pequena pausa prosódica nesses dados, dá para perceber que, no primeiro exemplo, o que parece ocorrer seria uma fusão fonológica entre o *i* final do pronome de primeira pessoa de singular e o *i* cópula, não uma omissão deste último. E no segundo caso, a ausência da cópula *i* faria com que a sentença fosse agramatical. Ou seja, do nosso ponto de vista, ambos os exemplos seriam agramaticais sem a cópula *i*:

(66)

a. \*Ami Ø tenista.

b. \*Kil omi-s la (i) piskadur(-is).

Admite-se, entretanto, com base nos nossos dados, a possibilidade da ocorrência de cópula nula, mas não com predicativos em forma de expressão nominal ou de substantivo, e sim de adjetivos.

(67)

a. Tarbadju                      bon

DP              COPØ      adj.

O trabalho é bom

b. E                      mininus                      djiru

P.dem.              DP              COPØ      adj.

Estas crianças são inteligentes

c. Ki                      filme                      kunpridu      mal

P.dem              DP              COPØ      adj.              adv.

Aquele filme é muito longo

d. Furta              Ø              ka              bali

DP	COP	N	adj.
O furto/roubo não é bom			
e. I	ka	pikininu	
COP	N	adj.	
Não é pequeno			

Assim, confirma-se a possibilidade de ocorrência de cópula nula, quando temos predicativo de sujeito em forma de adjetivo (cf. 67.a a 67.c); bem como quando, em contexto de negação, temos um predicativo adjetivo antecedido por um substantivo na posição de sujeito (cf. 67.d). Quando se omite o substantivo, requer-se o a realização da cópula (cf. 67.e).

Tais dados vão de acordo com o resultado obtido por Holm (2013) no seu estudo sobre cópulas nas línguas crioulas de Alta Guiné e outras línguas. Neste trabalho, o autor segue a tese de Labov (1972) de que existe uma correlação entre a possibilidade de exclusão de uma cópula e o ambiente sintático após a cópula: observando que geralmente a exclusão ocorre quando a cópula é seguida de um adjetivo; não de um substantivo.

De fato, no kriol se o predicativo de sujeito se encontra em forma de uma expressão nominal ou de um substantivo, é obrigatório o uso da cópula, se não a sentença torna-se agramatical.

(68)

a. Elis	i	tarbadjadur(is)
SCL3ppl	COP	adj.
Eles são trabalhadores		
b. *El		montiadur
SCL3ps	COPØ	adj.
Ele é caçador		

c. \*Aminata                      jornalista

DP              COPØ      adj.

A Aminata é jornalista

d. Djon              i              pursor

DP              COP              adj.

O João é professor

Verificamos que as sentenças em “68.b” e “68.c” são agramaticais por causa de haver um predicativo em forma de substantivo, o que não admite a ausência de cópula. Contrariamente, as sentenças em “68.a” e “68.d” são gramaticais pois há presença de cópula nelas.

Tais resultados foram verificados também por Intumbo (2007), que chama aos adjetivos que designam qualidades físicas, emocionais e as cores de verbos adjetivais, argumentando que possuem propriedades verbais. Além da ausência da cópula *ser* (69.a), o autor apresenta também o caso do apagamento da cópula *estar* (69.b) com o adjetivo seguido do TMA de passado imperfeito (p. 62):

(69)

a. N                                      kumpridu.

1s                      COPØ      V.ADJØ

Sou alto

b. N                                      kontenti      ba.

1s                      COPØ      V.ADJ      TMA

Eu estava contente

Segundo o autor, no balanta, “existem também verbos adjetivais que em tudo se comportam como verbos estativos” (70.a) (INTUMBO, 2007, p. 83). E outras categorias de adjetivos, dentre os quais “os neologismos importados do português” (p. 83), os quais requerem o verbo copulativo, conforme ilustrado em (70.b):

(70)

a. N		bonh.
1s	COPØ	V.ADJØ
'Sou lindo'		
c. Ileison	gi	demokratiku.
Eleições	COP	ADJ
'As eleições são democráticas'.		

Ferguson citado por Ichinose (1993) afirma que em variantes linguísticas simplificadas, tais como 'baby talk', 'foreigner talk' e 'pidgin' se observa com frequência a expressão equacional sem cópula 'X Y'. Assim, para esse autor, na hipótese de os crioulos terem sido formados a partir do pidgin nativizado, não seria estranha a manutenção de algumas estruturas ou características gramaticais daquelas no crioulo. Nesse sentido, para Couto (1991, *apud* ICHINOSE, 1993, p. 26), "o 'foreigner talk' (variante simplificada do português) ou pidgin português que aqueles primeiros três grupos [lançados, tangomãs e grumetes] falavam e o crioulo recém-nascido que os últimos [filhos da terra] formaram poderiam ter a estrutura copular do tipo 'X Y'". Ichinose (1993, p. 26) cita Ferguson (1971), para quem as línguas sem o elemento copulativo ou "copular na expressão equacional podem recorrer-se ao uso de pronomes da terceira pessoa para dar ênfase na ligação semântica como em definições e pronunciamentos exclamatórios". Ichinose (1993) admite a existência desse tipo de estrutura para o kriol. Ele defende que o *i* tem a função topicalizadora do sujeito, o que se pode perceber, segundo o autor, se se prestar atenção à ligeira pausa que se coloca depois do sujeito na entoação do falante, embora não se ouça praticamente.

De forma semelhante, Couto (2009) considera o *i* como uma cópia do sujeito, explicando com a seguinte frase: *Jon i pursor*, que traduz de forma literal ou ao pé da letra como: *João, ele professor*. Assim, o autor defende que há "uma tendência à inexistência de cópula" no kriol (COUTO, 2009, p. 108).

O kriol usa *i* tanto nas sentenças com o sujeito no sentido tradicional do termo quanto nas sentenças com o sujeito expletivo e nas sentenças com expressões temporais, para preencher e/ou valorar os traços-phis do sujeito. A partir de uma perspectiva da linguística histórica, Lohndal (2009) considera que as cópulas podem desenvolver-se de verbos plenos para verbos auxiliares e destes para os pronomes e então para os afixos; nesse caso, teríamos, segundo o autor, um ciclo completo da mudança da cópula. Para Lohndal (2009), a maior transição é aquela em que o especificador se torna núcleo (cópula) e este se transforma em um afixo.

Podemos verificar esta situação no kriol e no kabuverdianu (a ser observado mais adiante), com o clítico da terceira pessoa a transformar-se em cópula e perdendo o traço de pessoa.

Este caso é verificado também em hebreu, ocorrendo perda de traço de pessoa, com a cópula a transformar-se no pronome da terceira (KATZ, 1996, apud LOHNDAL, 2009).

(71)

a. *hu ohev et-Rivka*

he loves acc-Rivka

Ele ama Rivka.

d. *Ata hu ha- 'iš*

thou.masc cop def-man

You are the man.

Você é o homem.

Diferentemente de McWhorter (2005), que assume que as cópulas nos crioulos não resultaram da transferência direta de línguas africanas, pelo fato de, conforme argumenta, as cópulas serem categoricamente realizadas em todos os substratos linguísticos plausíveis, Ichinose (1993) defende que o *i* do kriol teria sua influência nas línguas de substrato (línguas africanas). Este autor ainda argumenta que existem línguas como Hausa na África Ocidental que, tal como o kriol, usam uma mesma palavra para as sentenças com sujeito explícito, bem como para as sentenças com sujeito implícito ou oculto. Na mesma linha de raciocínio, Holm (2013) e Truppi (2019) consideram que as línguas Níger-Congo influenciaram o surgimento e a organização do sistema de cópulas nas línguas crioulas e no inglês afro-americano (HOLM, 2013). Truppi (2019) estuda esse fenômeno no kriol, na variedade crioula de Santiago (o kabuverdianu) e no crioulo de Casamansa em comparação com os substratos mandinga e wolof, demonstrando entre outros o caso do *i* e *sta*.

Destacamos alguns exemplos apresentados pela autora das línguas wolof (72.a e 72.b) e mandinga (72.c e 72.d).

(72)

a. *Sidi* (l-)a woon.

DP-Pl COP past

Foi o Sidi

b. Démb, Ndakaaru laa nekk - oon.

Adv. DP 1SG.ENF COP PAST

Ontem eu estava em Dakar.

c. Mans-óo le mu.

DP-D FOC COP

Ele é o rei

d. Dbé nŭŋ ñŋ saatéw-o to kótóo-ke.

SCLT1pl COP TMA P.dem Loc.adv DP

Eu estava aqui nesta aldeia no passado

A autora observa algumas semelhanças estruturais entre as duas línguas e o kriol; dentre as quais destacamos a seguinte constatação: assim como o uso do morfema do passado no kriol, o mandinka usa o marcador do passado *nŭŋ*, na posição pré-verbal ou mais à direita do VP (sintagma verbal). E esclarece que o mesmo fato “ocorre no caso de predicação não verbal: em sentenças copulativas no passado, *nŭŋ* segue *bé* (ou *mú*) ou ocorre em uma posição mais periférica (Creissels & Sambou 2013: 82). Isso se assemelha ao caso de kriyol *ba*, CAS [crioulo de casamansa] *baŋ* e Wolof *woon*<sup>46</sup>” (TRUPPI, 2019, p. 109, **tradução nossa**).

Voltando ao *i* no kriol, outro aspecto relevante sobre esse assunto é que, se considerarmos as sentenças com o verbo copulativo “ser” junto com os pronomes clíticos, todas elas seriam agramaticais. Ou seja, a cópula *i* não ocorre com o clítico sujeito (73.a, 73.b e 73.d), somente com o não-clítico (73.f) e com o pronome demonstrativo (73.e). Consideremos, portanto, os seguintes exemplos:

<sup>46</sup> The same is true in the case of nonverbal predication: in past copular clauses, *nŭŋ* follows *bé* (or *mú*) or occurs in a more peripheral position (Creissels & Sambou 2013: 82). This resembles the case of Kriyol *ba*, CAS *baŋ*, and Wolof *woon* (TRUPPI, 2019, p. 109).



SCL3ps      N            COP      DP

Ele não é/foi pintor

d. N'      sta            na            scola

SCLT1ps      COP            TMA      DP

Eu estou na escola

e. No      na            sta            na            kampu      amanha

SCLT1ppl      TMA            COP      prep.      DP            adv.

Nós estaremos no estádio amanhã

f. Mininus na            (ba)            sta            na            kasa

DP            TMA            ir            COP            TMA            DP

Os meninos estarão em casa

Assim, verificamos que, ao contrário da cópula *i*, as sentenças com cópulas *sedu* e *sta* são gramaticais com os pronomes clíticos.

Com todos os dados analisados até aqui, tal como Couto (2009), Ichinose (1993) e Truppi (2019), defendemos que o *i* do kriol não é uma cópula derivada do verbo “ser” da língua portuguesa, como pode parecer. Assim, a ideia de o *i* corresponder ao verbo copulativo “ser”, de “sedu”, é equivocada. Defendemos neste trabalho que o *i* cópula seria uma versão reduzida (e nuclear) do *i* pronome que, por sua vez, seria um pronome clítico no sentido de Cardinaletti e Starke (1994). Teria ocorrido um processo de gramaticalização de *i*, que perde o traço de pessoa. O *i* cópula é gerado diretamente em INFL em lugar de se mover para lá. Houve um processo semelhante de gramaticalização verificado por Robert (2007) em Francês, a respeito da expressão *point*<sup>47</sup>, que originalmente era um substantivo que significa “ponto” e que foi

<sup>47</sup> a. Ja por rien nel te deïsse se **point de ton bien** i veïsse.

Já por nada não você diria ponto da sua mercadoria lá vejo.

‘Eu não diria se vi a menor peça de suas mercadorias’

emprestado para o inglês; esse termo já é usado no francês contemporâneo como um elemento de negação, ou seja, segundo o autor, não é mais um substantivo e carece de gênero gramatical e outras características nominais, como o número. Embora o *i* do kriol não tenha perdido completamente o traço de pessoa e número em todos os contextos, pois, quando é pronome, mantém esses traços, mas quando funciona como a cópula *ser*, observa-se a perda do traço de pessoa, uma vez que pode ser usado para qualquer pessoa da conjugação, conforme demonstramos.

No que diz respeito ao kabuverdianu, retomamos a discussão de Fernanda Pratas (2004) sobre a cópula *e* nessa língua. Segundo a autora, nas sentenças com cópula *ser* no kabuverdianu, o *e* é entendido, por um lado, como verbo copulativo que pode ocorrer com ou sem o pronome sujeito na terceira pessoa de singular (BAPTISTA, 1997, apud PRATAS, 2004) ou, por outro lado, como um fenômeno de natureza fonológica em que há aglutinação entre o *e* cópula e o *e* clítico; ou seja, um dos dois é aglutinado com o outro (PRATAS, 2004). No que se refere ao preenchimento da posição do sujeito nas sentenças com cópula (os chamados verbos de ligação), Pratas (2004) concorda com Batista (1997) de que é possível opcionalmente a ocorrência do sujeito nulo no kabuverdianu nas frases com verbo *ser*, especificamente na terceira pessoa de singular. Segundo Baptista (1997, apud PRATAS, 2004), com um predicado *individual-level*, que expressa características inerentes ao indivíduo, o pronome da terceira pessoa pode ser opcionalmente nulo (cf. 75); mas é obrigatoriamente realizado/preenchido com predicados *stage-level*, que expressa estado ou características transitórias do indivíduo, conforme exemplificado em 77.

(75)

a. (El)            e            nha            pai

(Ele)            é            meu            pai

b. (El)            e            spértu

b. cel aweule la qui n'a **point d'argent ne de houce** ausi.

aquele cego que não tem dinheiro nem roupas também

‘Aquele cego que não tem dinheiro nem roupas’

(FOULET, 1990, apud ROBERTS, 2007, p. 147).

(Ele)            é            esperto/a

Pratas (2004) esclarece que essa possibilidade de sujeito nulo é verificada somente na forma presente do verbo ser (*e*), não na forma do passado desse verbo (*era*), em contextos em que o sujeito pronominal seria terceira pessoa de singular. A autora apresenta um outro exemplo numa oração encaixada para confrontar os dados, como forma de observar o comportamento do que chama de hipotético pronome nulo, argumentando que subsiste a dúvida sobre a natureza sintática deste fenômeno, por isso escolheu colocar uma dupla interrogação em 76.a.

(76)

a. E ten paxenxa ku mi pamodi e nh' amigu

‘Ele tem paciência comigo porque ?? meu amigo’

b. Bu ten paxenxa ku mi pamodi bu e nh' amigu

‘Tu tens paciência comigo porque tu és meu amigo’

c. \*Bu ten paxenxa ku mi pamodi *pro* e nha' amigu

‘Tu tens paciência comigo porque *pro* és meu amigo’

Por outro lado, a autora destaca uma sentença com predicado *stage-level*, em que é obrigatória a realização/preenchimento do sujeito, tal como exemplificado em 77.b (p. 105).

(77)

a. El            sta            duenti

Ele            está            doente

b. \*Sta            duenti

Está            doente

Em seguida, destacamos exemplos em que podemos perceber a perda do traço de pessoa no pronome *e*, da terceira pessoa de singular, que passa a funcionar como cópula no kabuverdianu (ANDRADE, 2015).

(78)

a. E' ta ba ku mi...

Ela vai comigo...

b. Amí e fidju di nho.

Eu sou seu filho. / Eu sou filho do senhor.

c. Abô e nos konsolason!

Tu és a nossa consolação!

Abaixo, apresentamos sentenças em que se observa a possibilidade de não realização da cópula *ser* em contextos de sentenças negativa (79.d) (PRATAS, 2004); bem como a omissão de cópula *estar* (cf. 79.e) (ANDRADE, 2015).

(79)

a. Djon e bon rapas

Djon é um bom rapaz

b. \*Djon bon rapas

c. ? Djon e ka bon rapas

Djon não é um bom rapaz

e. Djon ka bon rapas

Djon não é um bom rapaz

e. “Ael fártu...”

Ele está satisfeito... (ANDRADE, 2015).

Como podemos verificar, essa não omissão da cópula em 79.a e 79.b – que se tornou agramatical pela ausência da cópula - no kabuverdianu pode estar ligada ao fato de que, tal como o Palenquero (crioulo de base lexical espanhola e portuguesa falado em Colômbia),

expressa cópulas antes dos adjetivos, preservando as distinções superstrativas entre estados permanentes (*ser*) e temporários (*estar*) (HOLM, 2013); embora não ocorra o mesmo em 79.c, o que pode estar ligado ao contexto de negação; e em 79.e, tal como no kriol. Segundo Kihm (1994, apud TRUPPI, 2019), o “sedu” deriva do verbo “ser” do português europeu com delta-cismo (pronúncia incorreta) de / r / e epêntese (inserção) de final / u /.

O *sedu* viria, portanto, de uma forma infinitiva, enquanto todas as outras cópulas verbais (e verbos, em geral) derivam das formas 3SG [terceira pessoa de singular]. [...]. A presença de cópulas verbais como *ser* e *sedu*, encontradas em SCV [Crioulo de Santiago] e CAS [Crioulo de Casamansa], respectivamente, representa mais evidências de EP [Português Europeu] *ser* como fonte de *ser* / *sedu* / e reforça a hipótese de um proto-crioulo UGC [Crioulos da Alta Guiné] compartilhado<sup>48</sup> (TRUPPI, 2019, p. 91).

Em suma, observamos de certa forma uma semelhança entre o *i* clítico e o *i* cópula do kriol e o *e* clítico e o *e* cópula do kabuverdianu. No kriol defendemos que o *i* cópula seria uma versão reduzida (e nuclear) do *i* pronominal clítico sem traços de pessoa. Entretanto, para o kabuverdianu, as explicações de Baptista (1997, cf. PRATAS, 2004) dão-nos a entender que o *e* seria cópula verbal; e para Pratas (2004) existe dúvida quanto à natureza dessa categoria sintática. Porém, pela semelhança estrutural e funcional com o kriol, nossa hipótese é que ambos estariam passando por um processo de gramaticalização, perdendo o traço de pessoa e sendo gerados diretamente do INFL, fato que pode ser observado no contexto de sentenças com a cópula *ser*.

<sup>48</sup> *Sedu* would, thus, come from an infinitive form, while all other verbal copulas (and verbs, in general) derive from 3SG forms. [...] The presence of verbal copulas such as *ser* and *sedi*, which are found in SCV and CAS, respectively, represents further evidence of EP *ser* as the source of *ser/sedu/sedi* and reinforces the hypothesis of a shared UGC proto-creole.

## CAPÍTULO VI.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PAPEL DO CONTATO COM AS LÍNGUAS AFRI- CANAS – O CASO DO MANDINGA

Constatamos semelhanças e diferenças entre o kriol e o kabuverdianu quer no sistema pronominal, quer em relação ao funcionamento das cópulas, mas a grande diferença estaria no parâmetro do sujeito nulo das duas línguas, com o kriol a admitir menos sujeito nulo que o kabuverdianu.

Sobre o sistema pronominal, há a mesma distribuição dos pronomes nas duas línguas, havendo os não-clíticos (pronomes fortes e fracos) e os clíticos. Observamos uma semelhança entre as duas línguas em relação ao funcionamento dos clíticos, com os clíticos sujeitos a ocorrerem na posição pré-verbal, de próclise; e os clíticos objetos a ocorrerem na posição pós-verbal, ou de ênclise. Entretanto, verificamos diferenças no que diz respeito aos pronomes fortes e fracos. No kriol os pronomes fortes podem funcionar tanto como sujeito, quanto como objeto. E de forma contrária, no kabuverdianu, são os pronomes fracos que ocorrem quer como sujeito quer como objeto. Nas duas línguas, os pronomes fracos ocorrem como objeto preposicionado, podendo deslocar-se junto com a preposição (numa estrutura de PP) de uma posição para outra na estrutura sintática.

Assim, a grande diferença que se verifica no sistema pronominal das duas línguas é em relação ao funcionamento dos não-clíticos (pronomes fortes e fracos), que são usados de maneira diferente. Andrade (2015, p. 255) associa esse fato de o kabuverdianu não aceitar a ocorrência do pronome forte na posição do objeto à influência da língua portuguesa, observando que “se admitirmos a possibilidade da vogal inicial *a* ser uma preposição e de ter derivado do

português, é bem provável que a variedade de Santiago tenha o mesmo comportamento do que (sic) a língua que lhe deu origem”, ou melhor, da língua lexificadora, o português.

Em relação ao funcionamento das cópulas *i* do kriol e *e* do kabuverdianu, são verificados traços das línguas africanas. Tais formas linguísticas apontam estarem a passar por um processo de gramaticalização, passando do pronome clítico da terceira pessoa do singular para funcionar como cópula *ser* (ligada a propriedades intrínsecas do sujeito), perdendo o traço de pessoa. Embora mais no kriol do que no kabuverdianu, as duas línguas admitem o apagamento da cópula em sentenças com adjetivo na posição predicativa e com a negação (*ka*). Ainda, verificamos no kriol a possibilidade do apagamento da cópula *estar*, o que também se observa no balanta, uma das línguas do substrato do kriol (INTUMBO, 2007; SCANTAMBURLO, 2013) e que está em contato com esta língua na Guiné-Bissau. Constatamos também o apagamento da cópula *estar* no kabuverdianu (cf. 79.e). Curiosamente, verifica-se uma semelhança formal entre as cópulas *sta* (*estar*) nas duas línguas, cuja origem parece vir do português; e a forma da cópula *e* (*ser*) do kabuverdianu, que lembra mais a forma copulativa portuguesa (*é*) do que o *i* do kriol.

No que diz respeito ao parâmetro de sujeito nulo, verificamos que o kriol exige mais o preenchimento da posição do sujeito do que o kabuverdianu, pois o único contexto em que admite a possibilidade de sujeito nulo é quando se tem sentenças com verbo *parecer*. Enquanto isso, o kabuverdianu apresenta vários contextos com sujeito nulo, dentre os quais as sentenças com verbos meteorológicos, com verbos de expressão de tempo cronológico, com verbos existenciais, com a cópula *ser*, e em contextos com referência genérica ou indefinida, bem como a terceira pessoa do singular das orações coordenadas. Sugerimos que essa diferença entre as duas línguas é o resultado de contato linguístico nos respectivos territórios em que as duas línguas são faladas. Enquanto em Cabo Verde convivem o kabuverdianu e o português, na Guiné-Bissau convivem o kriol, o português (que não é muito falado no país) e cerca de 20 línguas locais.

Hagemeijer & Alexandre (2012), ao compararem os crioulos de Alta Guiné (de que fazem parte o kriol, o kabuverdianu e o crioulo de Casamansa) com os crioulos de Golfo da Guiné, verificaram que:

há claros indícios de que a influência do superstrato sobre os CAG [Crioulos de Alta Guiné] foi, de facto, mais marcada do que nos CGG [Crioulos de Golfo da Guiné]. Os dados genéticos comparativos, embora referentes à população actual, mostram que o genótipo europeu representa, em média, 11% do genótipo são-tomense e 40% do genótipo cabo-verdiano (Coelho et al. 2008). Estas percentagens poderão significar, historicamente, maior acesso à língua lexificadora (HAGEMEIJER & ALEXANDRE, 2012, p. 248).

Vale dizer que, entre os crioulos de Alta Guiné, o kabuverdianu parece ser o mais influenciado pela língua lexificadora do que as outras línguas que fazem parte desse grupo linguístico. Essa porcentagem do genótipo da população cabo-verdiana, resultante do processo histórico da formação da população local, influenciaria não somente no acesso à língua portuguesa, mas também na estrutura gramatical de kabuverdianu, devido à convivência entre as duas línguas no território de Cabo Verde.

Assim, tendo em conta o fato de que ambas têm línguas Nígero-Congolesas como línguas de substrato (DONEUX & ROUGÉ, 1993; HAGEMEIJER & ALEXANDRE, 2012), e considerando a realidade linguística dos dois países, percebe-se que, enquanto o kabuverdianu perde contato com as línguas africanas, o kriol mantém contato com elas e mostra uma forte semelhança estrutural com estas línguas. Para ilustrar isso, trazemos o caso de língua mandinga<sup>49</sup> (como uma das línguas de substrato do kriol), que apresenta estruturas gramaticais semelhantes das do kriol.

(80)

a. Sama	be/ba	kela	
DP	TMA	chover	
Chove			
b. A		keta	bake
SCLT3ps	TMA $\emptyset$	Chover	adv.
Choveu muito			
c. Sumia	be/ba	kerin	
DP	TMA	haver/fazer	

<sup>49</sup> Os dados do mandinga são provenientes do conhecimento linguístico do pesquisador, enquanto falante nativo desta língua.

- Faz frio
- d. A karamunta / karatinko dindi'n boitale
- SCLT3ps TMA $\emptyset$  parecer DP cair
- Parece(-me) que a criança caiu
- e. Nhinan sama, seno be kela fan fan
- Adv. DP DP TMA fazer adv. adv.
- Na época chuvosa deste ano, lavrar-se-á muito
- f. A sakele bi tilo be bola
- SCLT3ps TMA $\emptyset$  MOD.P adv. DP TMA sair
- É possível que hoje haja sol

Esses dados permitem-nos argumentar que existem muita semelhança estrutural entre o mandinga e o kriol, principalmente em termos do parâmetro do sujeito nulo, observando que as duas línguas exigem o preenchimento da posição do sujeito com uma expressão nominal (a) ou com um pronome clítico (b), conforme ilustrado no exemplo (35), retomado abaixo em 81.

(81)

- a) I tchubi
- SCLT3ps TMA $\emptyset$  choveu
- Choveu
- b) Tchuba tchubi
- DP TMA $\emptyset$  chover
- Choveu

Verificamos no kriol o uso do pronome clítico *i* (da terceira pessoa) na posição do sujeito nas sentenças meteorológicas e existenciais. Esse pronome parece ter um comportamento semelhante com o também clítico da terceira pessoa do mandinga (o *a*), que também ocorre em sentenças com sujeito expletivo (como ilustrado há pouco) e com sujeito referencial.

(82)

a. A		tata		suoto
SCLT3ps	TMAØ	ir		DP

Ele foi para casa.

Por seu lado, no kabuverdianu, não se usa o pronome na posição de sujeito em sentenças com verbos que selecionam um sujeito expletivo (PRATAS, 2004), salvo o caso ilustrado por Lang (2018) em que se verifica os clíticos da primeira (a) e segunda pessoa (b) de singular nesse contexto.

(83)

a. Bon, **N** manxe sédu, **N** po pé na kaminhu

‘Bem, levantei-me cedo e pus-me a caminho’

b. Tudumódi dja **nhu** noti dja!

‘De qualquer forma, já anoiteceu!’

Não assumimos neste trabalho uma posição diacrónica. Procuramos explicar as diferenças linguísticas aqui verificadas por via do contato linguístico na Guiné-Bissau (um país multilíngue) e em Cabo Verde (em que se observa uma situação de bilinguismo em construção entre o português e o kabuverdianu (cf. Veiga, 2015)).

Embora não saibamos dizer com precisão se é o kriol que deu origem ao kabuverdianu ou se é o contrário, há muitas semelhanças formais e funcionais entre as duas línguas, o que seria uma grande evidência de elas estarem relacionadas. Aliás, os fatos históricos mostram-nos que houve escravização e deslocamento de pessoas das regiões dos rios da Guiné para

as ilhas de Cabo Verde (ROUGÉ, 1995; MCWHORTER, 2005), de onde posteriormente houve movimento de pessoas para a Guiné-Bissau (MELLO, 2007; JACOBS, 2010). Não obstante a evidência linguística baseada em wolof apresentada por Jacobs (2010) sobre a possível transferência do kabuverdianu a partir de Santiago para a Guiné-Bissau, é possível também que esta língua que está no centro da argumentação do autor tenha contato com as línguas locais da Guiné-Bissau; aliás, o wolof, o mandinga e o temne funcionavam como línguas veiculares na região (ROUGÉ, 1995).

Ainda uma das questões necessárias para ser averiguada seria a história das duas línguas, que se encontram muito relacionadas. E é também de suma importância aprofundar o estudo comparativo entre o kriol e as línguas locais da Guiné-Bissau com as quais está em contato, como é caso do mandinga.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. R. Gonçalves. *Pronomes pessoais na variedade de Santiago: uma análise comparativa entre ami, abo... e mi, bo....* **Papia**, São Paulo, 25, n. 2, 2015, pp. 235-262.

ALEXANDRE, Nélia. *Um olhar sobre o crioulo de Cabo Verde do século XIX através das cartas de A. J. Ribeiro a H. Schuchardt.* **Journal of Ibero-Romance Creoles**, vol. 9, 2019, pp. 278-305.

ARRUDA, C. P. de S. *Sujeito nulo na língua inglesa: propriedades, restrições e questionamentos.* IEL (UNICAMP), 2017.

CÁ, V. J. B. *Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau.* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

CALVET, Louis-Jean. *Os instrumentos do planejamento linguístico.* In: CALVET, Louis-Jean (2007). *As políticas linguísticas.* São Paulo: **Parábola**. Cap. 3, pp. 61-86.

CARDINALETTI, A.; STARKE, M. *The typology of structural deficiency.* On the three grammatical classes. *Working Paper in Linguistics*, v. 4, n. 2, 1994, pp. 41-109.

CASTRO, Pollyanna Pereira de. *As construções interrogativas, de tópico e de foco na língua crioula de guiné-bissau.* Dissertação (Mestrado). UFRJ: Rio de Janeiro, 2013.

CHAPOUTO, S. M. C. *Contributo para a descrição de aspetos fonológicos e prosódicos do crioulo guineense.* Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, 2014.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on government and binding.* dordrecht: foris, 1981.

COSTA, Paula Mendes. *Descrição fonológica do crioulo guineense.* Dissertação (Mestrado). Recife, 2014.

COUTO, H. Honório do. *O crioulo guineense em relação ao português e as línguas nativas.* *Linguística* vol. 29 n. 1, 1989, pp. 107-128. Acesso em: 26 de abr. 2018. Disponível em: <https://revije.ff.uni-lj.si/linguistica/article/download/4582/4271/>.

\_\_\_\_\_. *Linguística, ecologia e ecolinguística: Contato de línguas.* São Paulo: **Contexto**, 2009.

\_\_\_\_\_. *O crioulo português da Guiné-Bissau.* Hamburg: Buske, 1994.

\_\_\_\_\_. *Hipótese da relexificação na gênese dos crioulos e pidgins.* **Revista da ABRALIN**, vol. 1, no 1, 2002, pp. 221-250.

COUTO, H. H; EMBALÓ, F. *Literatura, língua e cultura na guiné-bissau: um país da CPLP*. **Papia** n. 20, 2010.

DIAS, J. B. *Língua e poder: transcrevendo a questão nacional*. **Mana** vol. 8, n. 1, 2002, pp. 7-27.

DONATI, Caterina. *La Sintassi: Regole e Strutture*. Bologna: Il Mulino, 2008.

DONEUX, Jean Louis; ROUGÉ, Jean Louis. *Gramática das línguas crioulas do país, Gramática do crioulo*. **Revista Papia**: v.2, n.2, 1993, pp. 1-5.

DUARTE, Inês; BRITO, Ana Maria. Predicação e classes de predicadores verbais. In: MATEUS, Maria Helena Mira et alii (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 5a.ed. revista e aumentada. Lisboa: Ed. Caminho. Pp.178-203.

EMBALÓ, Filomena. *O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional*. **PAPIA** vol. 18, 2008, pp. 101-107.

HAGEMEIJER, Tjerk; ALEXANDRE, Nélia. *Os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné: uma comparação sintáctica*. **Papia** vol. 22, n. 2, 2012, pp. 233-251.

HOFHERR, Patricia Cabredo. *Licensing null pronouns: evidence from Creole languages*. **Formal Approaches du Creole Studies 5, U. Kentucky**, 2017, pp. 1-12.

HOLM, John. *Copulas in Atlantic Creoles and Other Languages*. **Papia**: São Paulo, 23, n. 2, 2013, pp. 223-234.

ICHINOSE, Atsushi. *Evolução da expressão equacional no kiriol da Guiné-Bissau*. **Revista Papia**: v.2, n.2, 1993, pp. 23-31.

INTUMBO, Incanha. *Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, 2007.

JACOBS, Bart. *The Upper Guinea origins of Papiamentu: Linguistic and historical evidence*. *Diachronica*, vol. 26, n. 3, 2009, pp. 319-379.

\_\_\_\_\_. *Upper Guinea Creole: Evidence in favor of a Santiago birth*. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v. 25, n. 2, 2010, pp. 289-343,

JOHNSTONE, Barbara. *Qualitative methods in sociolinguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

LANG, Jurgen. *Gramática do Crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde) (obra em curso)*, 2018.

KWON, Kyongjoon. The subject cycle of pronominal auxiliaries in old North Russian. In Elly van Gelderen Cyclical (aditor). *Cyclical change*. John Benjamins Publishing Company, Amsterdam / Philadelphia, 2009, pp. 157-184.

LIPSKI, John M. *Null subjects in (Romance-derived) creoles: routes of Evolution*. **University of New Mexico**. sd, sp. Acesso em: 15 jul. 2020. Disponível em: <https://vdocuments.mx/null-subjects-in-romance-derived-creoles-routes-of-evolution-john.html>.

LOHNDAL, Terje. The copula cycle. In: Elly van Gelderen Cyclical (aditor). *Cyclical change*. John Benjamins Publishing Company, Amsterdam / Philadelphia, 2009, pp. 209-242.

LUCCHESI, Dante. A realização do sujeito pronominal. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 167-171.

MANÉ, Djiby. *Os crioulos portugueses do Golfo da Guiné: Quatro línguas diferentes ou dialetos de uma mesma língua?* Tese de Doutorado. UNB, Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. *Estudo comparativo entre a fonologia do crioulo guineense, a do manjaco, a do mancanha e a do pepel*. **Papia** n. 11, 2001, pp. 105-109.

MCWHORTER, John H. *Defining Creole*. Oxford University Press, New York, 2005.

MELLO, Maria, A. C. R. de. *A questão da produtividade morfológica no guineense*. Tese de doutorado. Brasília: Unb, 2007.

MUFWENE, Salikoko S. Pidgin and Creole Languages. In: James D. Wright (editor-in-chief). *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 2nd edition, vol 18. Oxford: Elsevier. Pp. 133–145, 2015.

NARO, Anthony Julius. *Estudos diacrônicos*. Tradução de nove artigos por Lais Campos e Katia Elisabet Santos. **Petrópolis**, Vozes, 1973.

PEREIRA, Dulce. *Crioulos de base portuguesa*. **Editora Caminho**, SA, Lisboa, 2006.

PEREIRA, P. M. Nazaré. *O Expansionismo Europeu: Os Descobrimentos e a Nova Visão do Mundo nos Séculos XV e XVI Uma experiência de Ensino*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Lisboa, 2013.

PESCARINI, Diego. *Clitic pronominal systems: morphophonology*. Oxford University press, 2016.

PETTER, M. (Org.) (2015). *Introdução à linguística africana*. São Paulo: **Contexto**.

POLETTI, Cecilia; TORTORA, Christina. *Subject clitics: syntax*. **Oxford University Press**, 2016.

PRATAS, Fernanda. *O sistema pronominal do Caboverdiano: Questões de gramática*. **Edições Colibri**: Lisboa, Fevereiro, 2004.

ROBERTS, Ian. *Diachronic Syntax*. **Oxford University Press**, 2007.

ROUGÉ, J. L. *A formação do léxico dos crioulos portugueses da África*. **Revista Papia**: 2005, v. 15, 1973.

\_\_\_\_\_. *Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné-Bissau e da Casamansa*. *Soronda*, n. 2, pp. 81-98, 1986.

\_\_\_\_\_. *A propósito da formação dos crioulos de Cabo Verde e da Guiné*. *Soronda*, n 20, 1995, pp. 28-49.

SCANTAMBURLO, Luigi. *O léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: o ensino bilingue português-crioulo guineense*. Tese de doutorado. 2ª edição. Lisboa, 2013.

\_\_\_\_\_. *Dicionário do guineense volume II: Dicionário guineense-português*. Edições FASPEBI. Disponível em: <https://guinebissaudocs.files.wordpress.com/2010/02/415-dicionariocriouloportuguesintroduziona.pdf>. Acesso em: 17 de jun. 2019.

SILVA, F. Vaz da. *Aspectos do parâmetro do sujeito nulo no cabo-verdiano – variante de santiago – e no português europeu: um esboço de análise sintáctica*. Monografia (Licenciatura). Universidade de Cabo Verde, 2012.

TARALLO, F; ALKMIN, T. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

TRUPPI, T. *Copulas in contact: Kriyol, Upper Guinea Creoles, and their substrate*. **Journal of Ibero-Romance Creoles**, 9.1, 2019, pp. 85-114.

VEIGA, Manuel. *Cabo Verde: da Diglossia à Construção do Bilinguismo*. **Papia**, vol. 25 n. 2, 2015, pp. 177-187.

VELUPILLAI, Viveka. *An Introduction to Linguistic Typology*. Filadélfia, 2012.